

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

MARJORI DE SOUZA MACHADO

**CULTURA POLÍTICA EM SANTA CATARINA: EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS
ASSISTENTES SOCIAIS E TENSIONAMENTO COM AS POLÍTICAS SOCIAIS**

FLORIANÓPOLIS

2011

MARJORI DE SOUZA MACHADO

**CULTURA POLÍTICA EM SANTA CATARINA: EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS
ASSISTENTES SOCIAIS E TENSIONAMENTO COM AS POLÍTICAS SOCIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Serviço Social da
Universidade Federal de Santa Catarina
como requisito parcial para obtenção do
título de Bacharel de Serviço Social.

Orientadora: Profª Dra. Vania Maria Manfroi

FLORIANÓPOLIS
2011/1

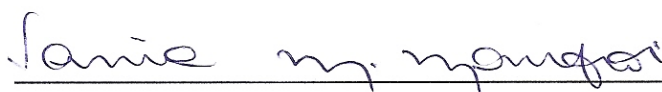
Marjori de Souza Machado

**CULTURA POLÍTICA EM SANTA CATARINA: EXERCÍCIO PROFISSIONAL
DOS ASSISTENTES SOCIAIS E TENSIONAMENTO COM AS POLÍTICAS
SOCIAIS.**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, do Departamento de Serviço Social do Centro Socioeconômico, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 06 de julho de 2011.

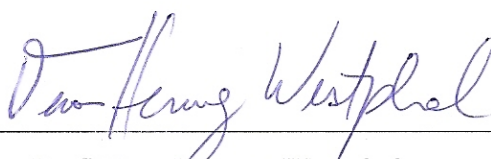
BANCA EXAMINADORA



Prof^a Dra. Vania Maria Manfro

Professora do Departamento de Serviço Social – UFSC

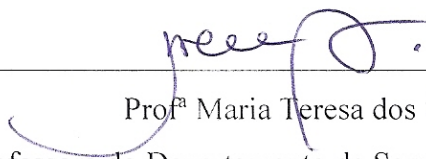
Orientadora



Prof^a Vera Herweg Westphal

Professora do Departamento de Serviço Social – UFSC

Primeira Examinadora



Prof^a Maria Teresa dos Santos

Professora do Departamento de Serviço Social – UFSC

Segunda Examinadora

RESUMO

A formação histórica brasileira e catarinense esteve sempre permeada por relações autoritárias. Termos como clientelismo, coronelismo e assistencialismo fazem parte de uma herança escravista que ainda predominam tanto nas relações sociais como na cultura política. O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo refletir como a cultura política interfere sobre as políticas sociais e o exercício profissional dos assistentes sociais de Santa Catarina. Para isso, partir-se-á dos dados obtidos pela Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina, que, embora não teve como foco este debate, ao longo de seu desenvolvimento, constatou-se um número considerável de profissionais referindo-se às dificuldades no seu cotidiano relacionadas à cultura política local. Observou-se, então, que essa dimensão precisaria ser contemplada em uma análise específica. A estrutura do trabalho está dividida em dois momentos. No primeiro capítulo será resgatada a formação histórica, social, econômica e política do Brasil e de Santa Catarina, para, a partir deste embasamento teórico, analisar alguns dados referentes à influência da cultura política no cotidiano profissional. O segundo capítulo conterá uma discussão teórica sobre a influência das relações clientelistas e autoritárias sobre a construção e implementação das políticas sociais e posterior análise sobre os dados referentes à percepção dos assistentes sociais sobre este tema, dificuldades e alternativas de enfrentamento. Pode-se afirmar, a partir dos dados analisados que as relações coronelistas, clientelistas, assistencialistas e autoritárias ainda estão presentes na relação entre Estado e Sociedade Civil.

Palavras-chave: cultura política, política social, exercício profissional, assistente social.

LISTA DE SIGLAS

ACAFE – Associação Catarinense das Fundações Educacionais.
APAS/OESTE – Associação Profissional dos Assistentes Sociais do Oeste de Santa Catarina
CAPES – Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social
CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRAS – Conselho Regional de Assistentes Sociais
CRESS – Conselho Regional de Serviço Social
CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social
DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral
DSS – Departamento de Serviço Social
EAD – Ensino à Distância
FIESC - Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
FSSSC – Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina
FURB – Universidade Regional de Blumenau
GEPSS - Grupo de Estudos e Pesquisa em Serviço Social
IES – Instituição de Ensino Superior
INSS - Instituto Nacional de Seguro Social
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
NESSOP – Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular
NESPP - Núcleo de Estudos Estado, Sociedade Civil e Políticas Públicas
PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PET/SSO Programa de Educação Tutorial de Serviço Social
PIS - Programa de Integração Social
PND - Planos Nacionais de Desenvolvimento
RJU - Regime Jurídico Único
SATC - Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão
SESI - Serviço Social da Indústria
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
UFA – Unidade de Formação Acadêmica
UNIPLAC – Universidade do Planalto Catarinense
UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária da Região de Chapecó
UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Gênero	32
Gráfico 2 - Faixa etária	33
Gráfico 3 - Vinculação religiosa.....	34
Gráfico 4 - Denominação religiosa.....	34
Gráfico 5 - Cor.....	35
Gráfico 6 - Orientação sexual.....	36
Gráfico 7 - Estado civil.....	36
Gráfico 8 - Número de filhos.....	37
Gráfico 9 - Renda familiar.....	38
Gráfico 10 - Número de componentes da família.....	39
Gráfico 11 - Situação no mercado de trabalho	41
Gráfico 12 - Natureza jurídica da instituição.....	41
Gráfico 13 - Participação em eventos da categoria	42
Gráfico 14 - Participação em movimentos sociais	43
Gráfico 15 - Participação em associações civis	43
Gráfico 16 - Participação em Conselhos de Direito e/ou Políticas Públicas	44

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Perfil dos Profissionais Participantes dos Grupos Focais de Chapecó.....	45
Quadro 2 - Perfil dos Profissionais Participantes dos Grupos Focais de Lages	46
Quadro 3 - Perfil dos Profissionais Participantes do Grupo Focal Itapema	47
Quadro 4 - Perfil dos Profissionais Participantes do Grupo Focal Tubarão.....	48
Quadro 5 - Problemas que dificultam a realização do trabalho - Cultura Política	50
Quadro 6 - Condições de trabalho permitem a atuação segundo o Código de Ética? - Cultura Política.....	50
Quadro 7 - Expectativas quanto ao futuro da profissão - Cultura política	51
Quadro 8 - Problemas que dificultam a realização do trabalho - Fragmentação e desarticulação das políticas sociais	74
Quadro 9 - Problemas que dificultam a realização do trabalho - Falta de recursos financeiros, materiais e de profissionais.....	75
Quadro 10 - Problemas que dificultam a realização do trabalho - Relações Políticas	78
Quadro 11 - Problemas que dificultam a realização do trabalho - Burocracia e Organização Institucional	79
Quadro 12 - Expectativas quanto ao futuro da profissão - Valorização profissional	85

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Cidades citadas nas entrevistas na Grande Florianópolis	12
Mapa 2 - Municípios citados nos grupos focais em Santa Catarina por microrregiões	13

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Gênero	32
Tabela 2 - Faixa etária	33
Tabela 3 – Vinculação religiosa	33
Tabela 4 - Denominação religiosa	34
Tabela 5 - Cor	35
Tabela 6 - Orientação sexual	35
Tabela 7 - Estado civil	36
Tabela 8 - Número de filhos	37
Tabela 9 - Renda.....	38
Tabela 10 - Número de componentes da família.....	39
Tabela 11 - Renda familiar e composição familiar.....	39
Tabela 12 - Situação no mercado de trabalho.....	40
Tabela 13 - Natureza jurídica da instituição	41
Tabela 14 - Participação em eventos da categoria.....	42
Tabela 15 - Participação em movimentos sociais.....	42
Tabela 17 - Participação em associações civis	43
Tabela 18 - Participação em Conselhos de Direito e/ou Políticas Públicas	44
Tabela 19 - Há Problemas que dificultam a realização do seu trabalho?	73
Tabela 20 - Problemas que dificultam a realização do trabalho.....	73

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 CULTURA POLÍTICA NO BRASIL E EM SANTA CATARINA: A INTERFACE COM O EXERCÍCIO PROFISSIONAL	16
2.1 FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA E CULTURA POLÍTICA DO BRASIL	16
2.2 FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA E CULTURA POLÍTICA EM SANTA CATARINA	23
2.3 O REBATIMENTO DA CULTURA POLÍTICA CATARINENSE NO COTIDIANO DOS ASSISTENTES SOCIAIS.....	31
2.3.1 O perfil dos profissionais da Grande Florianópolis.....	32
2.3.2 O perfil dos profissionais entrevistados do interior do estado de Santa Catarina ...	44
2.3.3 O rebatimento da cultura política no cotidiano dos assistentes sociais catarinenses	49
3 A RELAÇÃO DA CULTURA POLÍTICA COM A CONSTRUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS E O REBATIMENTO NO COTIDIANO DOS ASSISTENTES SOCIAIS EM SANTA CATARINA	58
3.2 POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL EM SANTA CATARINA	66
3.3 O TENSIONAMENTO DA CULTURA POLÍTICA NAS POLÍTICAS SOCIAIS E A RELAÇÃO COM A AUTONOMIA PROFISSIONAL EM SANTA CATARINA	72
3.3.1 Expectativas sobre a profissão e alternativas de enfrentamento.....	84
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
REFERÊNCIAS	92
ANEXOS	96
ANEXO I - QUESTIONÁRIO PESQUISA MERCADO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL – GRANDE FLORIANÓPOLIS	97
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	98
ANEXO II - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	103
ANEXO III – ROTEIRO DE ENTREVISTA GRUPO FOCAL	105
ANEXO IV – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO GRUPO FOCAL	107
ANEXO V – FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES GRUPO FOCAL	109

1 INTRODUÇÃO

A cultura política brasileira foi historicamente marcada por relações autoritárias e clientelistas. Herança do escravismo, estas características permaneceram presentes na relação entre Estado e Sociedade Civil, mesmo nos dias atuais. As instituições públicas e privadas foram permeadas por estas relações, assim como a construção das políticas sociais tiveram esta base. Partindo dos dados da Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais de Santa Catarina, este trabalho tem como objeto a análise do rebatimento da cultura política nas políticas sociais e no exercício profissional dos assistentes sociais catarinenses. O objetivo geral é refletir sobre como a cultura política interfere nas políticas sociais e o exercício profissional dos assistentes sociais de Santa Catarina.

A pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina teve início em 2008 e contou com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Foi realizada através da articulação entre os núcleos de pesquisa NESPP (Núcleo de Estudos Estado, Sociedade Civil e Políticas Públicas) e NESSOP (Núcleo de Estudos de Serviço Social e Organização Popular), mais recentemente o GEPSS (Grupo de Estudos e Pesquisa em Serviço Social), juntamente com o PET/SSO (Programa de Educação Tutorial de Serviço Social), estudantes de graduação do curso de Serviço Social da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), alguns voluntários e outros estudantes inseridos no Programa Bolsa Permanência gerida pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFSC.

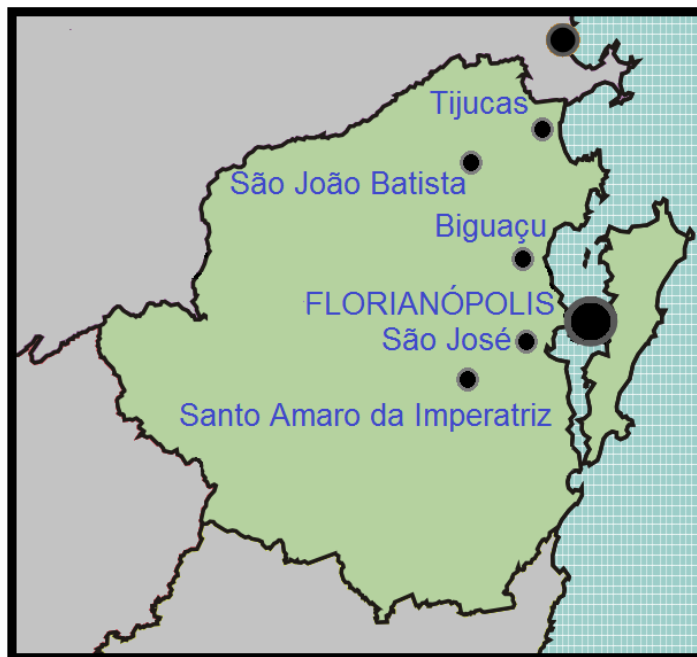
A pesquisa contou com três instrumentos de coleta de dados. Pela grande concentração de profissionais na região da Grande Florianópolis, foram aplicados questionários com cento e trinta e dois assistentes sociais. O universo da pesquisa constituiu-se pelos assistentes sociais inscritos no CRESS 12ª Região, num total de novecentos e sessenta profissionais em 02/10/2008, e utilizando uma lista cadastral fornecida pela Instituição, foi realizado sorteio pelo Programa Excel, tendo como cálculo amostral: margem de erro de 8%, um nível de confiança de 95% e uma perda amostral de 20%. Inicialmente a margem de erro era de 7%, o nível de confiança de 95% e a perda amostral de 20%, totalizando 184 profissionais, entretanto, pela dificuldade de se obter os endereços de trabalho, telefones, e-mails resolveu-se finalizar a busca pelos profissionais.

Cabe destacar as dificuldades encontradas nesse processo: a falta de dados cadastrais dos profissionais, o que dificultou o acesso aos mesmos; a falta de tempo dos profissionais;

certa resistência em responder ao questionário. Por estas questões, foram realizados dois sorteios de amostra, já que não foi possível estabelecer contato com boa parte dos profissionais da primeira amostra.

Abaixo se apresenta um mapa com as cidades citadas nas entrevistas da Grande Florianópolis:

Mapa 1- Cidades citadas nas entrevistas na Grande Florianópolis



Fonte: Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina, 2011.

No interior do estado foram realizados seis grupos focais. A escolha deste instrumento de pesquisa se deve à extensão do estado e a dificuldade de aplicação do mesmo questionário utilizado na grande Florianópolis. Além desse motivo, entendeu-se que os grupos focais seriam um espaço de pesquisa que também propiciariam um espaço para reflexão dos assistentes sociais sobre sua inserção no mercado de trabalho e sobre o exercício profissional. Nas cidades de Chapecó e Lages foram realizados dois grupos focais em cada município, além de um grupo em Itapema e um grupo em Tubarão. Ao final, houve a participação de 38 assistentes sociais. A escolha das cidades se deu pelo fato de elas serem pólos de diferentes regiões de Santa Catarina (com exceção de Itapema, cujos motivos serão expostos abaixo) com diferentes atividades econômicas, formação de classes e influências étnicas.

Estes grupos foram organizados após o contato com os coordenadores dos cursos de Serviço Social das Universidades UNOCHAPECÓ (Universidade Comunitária da Região de Chapecó), UNISUL (Universidade do Sul de Santa Catarina) e UNIPLAC (Universidade do

Planalto Catarinense). Estes profissionais foram os responsáveis pela mobilização e organização dos grupos. Apenas o grupo focal de Itapema não esteve articulado a uma Unidade de Formação Acadêmica e ocorreu devido à dificuldade de realização da atividade na região de Blumenau, que estava prevista após contato com a FURB (Fundação Universidade Regional de Blumenau).

Os critérios estabelecidos para participação nos grupos focais foram: diferentes naturezas de instituições (pública, privada, não lucrativas); tamanhos de municípios (assistentes sociais de municípios com população inferior a 10 mil habitantes, outros entre 10 e 30 mil habitantes e acima deste número de habitantes); tipos de contrato de trabalho, mesclando-se profissionais com contratos de trabalhos diferenciados (celetista, estatutário e contrato temporário); e tempo de atuação diferenciado. Para a realização dos grupos focais foi realizado um roteiro de questões (anexo I) que serviu como guia. Houve um grande esforço dos articuladores para a organização do grupo focal o que fica explícito na necessidade, em duas cidades, de subdividir o grupo, devido ao grande número de participantes.

Abaixo está o mapa com as cidades citadas nos grupos focais.

Mapa 2 - Municípios citados nos grupos focais em Santa Catarina por microrregiões



Fonte: Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina, 2011.

Além destes dois instrumentos, foram realizadas cinco entrevistas individuais com o objetivo de conhecer como esses profissionais percebiam as mudanças no mercado de

trabalho ao longo dos anos da sua trajetória profissional, as transformações no mercado, formação e exercício profissional. Por isso, buscou-se entrevistar profissionais que tinham uma trajetória de maior tempo na região e que estavam vinculados a algum processo coletivo, seja de formação, seja de atuação profissional.

A Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina não teve como foco o debate acerca da cultura política catarinense e seu reatamento no cotidiano profissional e na implementação das políticas sociais. Entretanto, ao longo das entrevistas constatou-se um número considerável de profissionais referindo-se às dificuldades relacionadas a este tema. Observou-se, então, que essa dimensão precisaria ser contemplada em uma análise específica.

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivos específicos: resgatar teoricamente a formação da cultura política brasileira e de Santa Catarina, compreender a relação da cultura política na construção das políticas sociais; avaliar a partir da perspectiva dos profissionais participantes da pesquisa como a cultura política influencia na atuação profissional dos assistentes sociais e na implementação das políticas sociais nos municípios onde estes se inserem.

Para atingir tais objetivos este trabalho está dividido em dois momentos. No primeiro capítulo será resgatada a formação histórica, social, econômica e política do Brasil e de Santa Catarina, para, a partir deste embasamento teórico analisar alguns dados referentes à influência da cultura política no cotidiano profissional.

O segundo capítulo conterà uma discussão teórica sobre a influência das relações clientelistas e autoritárias sobre a construção e implementação das políticas sociais e posterior análise dos dados referentes à visão dos assistentes sociais sobre este tema, dificuldades e alternativas de enfrentamento.

Na grande Florianópolis, os dados aqui apresentados são respostas às questões “quais problemas dificultam a realização do seu trabalho?”, “as condições de trabalho permitem atuação de acordo com o Código de Ética?” e “quais suas expectativas quanto ao futuro da profissão?”. Nos grupos focais os dados se referem ao debate acerca da autonomia profissional e da realidade do município no qual se inserem.

Para a identificação dos sujeitos desta pesquisa será utilizado o termo *Assistente Social* para aqueles entrevistados na Grande Florianópolis, os profissionais dos grupos focais serão referenciados como *Participante* e aqueles que se disponibilizaram em realizar entrevistas individuais, a citação será como *Entrevistado*. A numeração referente aos profissionais da

Grande Florianópolis corresponde ao número do sorteio da amostra, já os participantes dos grupos focais, foram numerados por ordem de apresentação nos grupos.

2 CULTURA POLÍTICA NO BRASIL E EM SANTA CATARINA: A INTERFACE COM O EXERCÍCIO PROFISSIONAL

2.1 FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA E CULTURA POLÍTICA DO BRASIL

A história do Brasil, como relata Francisco de Oliveira (1999), sempre esteve marcada por atos de violência, de proibição da fala e de anulação da política. Estas características, herança do escravismo, permaneceram presentes na relação entre Estado e Sociedade Civil.

Tais características foram constituindo uma cultura política autoritária e personalista, que vem, desde então, determinando as relações sociais, econômicas e políticas do país. Cultura política, a partir da perspectiva de Dagnino; Escobar e Alvarez (2000, p.25-26) é definida como

a construção social particular em cada sociedade do que conta com o político. Desse modo, a cultura política é o domínio de práticas e instituições, retiradas da totalidade da realidade social, que historicamente vêm a ser consideradas como propriamente políticas (da mesma maneira que outros domínios são vistos como propriamente 'econômicos', 'culturais' e 'sociais').

Compreende-se a política para além dos espaços institucionais como o parlamento e partidos, e abrangendo lutas de poderes, que correspondem a uma relação social difusa, “realizadas em uma ampla gama de espaços culturalmente definidos como privados, sociais, econômicos, culturais e assim por diante” (Idem, p. 29).

Desde a Independência do Brasil, a construção do Estado Nacional incorporou os interesses das oligarquias rurais, que não aderindo aos valores do liberalismo (tais como a democracia, a cidadania e o trabalho livre)¹, mantiveram o povo afastado das decisões centrais.

Bosi (1992, p.196) argumenta que “o liberalismo ativo e desenvolvimento simplesmente não existiu enquanto ideologia dominante, no período que se segue à Independência e vai até os anos centrais do Segundo Reinado”, pelo contrário, ele foi incorporado com uma

¹ De acordo com Barroco (2001, p. 202) “a ideologia liberal origina-se da teoria liberal clássica, inscrita no pensamento político moderno que, como expressão de uma sociedade em que o trabalho e a liberdade surgem como valores iminentes, tende a conceber a sociedade como uma associação de indivíduos livres e iguais que se relacionam entre si como proprietários de si mesmos. O homem é tratado como portador de direitos naturais à sua sociabilidade, entre eles o direito à propriedade e à liberdade”.

funcionalidade para a burguesia agroexportadora: “garantir para si e para a sua classe, as liberdades de produzir, mercar e representar-se na cena política” (Idem, p.198).

Para os representantes políticos brasileiros o termo liberalismo teve diversos significados:

- 1) Liberal para nossa classe dominante até meados do século XIX, pôde significar conservador das liberdades, conquistadas em 1808, de produzir, vender e comprar.
- 2) Liberal, pôde, então significar conservador da liberdade, alcançada em 1822, de representar-se politicamente: ou, em outros termos, ter o direito de eleger e de ser eleito na categoria de cidadão qualificado.
- 3) Liberal pôde, então, significar conservador da liberdade (recebida como instituto colonial e relançada pela expansão agrícola) de submeter o trabalhador escravo mediante coação jurídica.
- 4) Liberal pôde, enfim, significar capaz de adquirir novas terras em regime de livre concorrência, ajustando assim o estatuto fundiário da colônia ao espírito capitalista da Lei de Terras de 1850. (BOSI, 1992, p. 199-200)

Schwarz (2005, p. 64) descreve que neste momento o Brasil possuía três classes sociais: os latifundiários, os escravos e o homem livre. Sem o princípio do trabalho livre, este último dependia materialmente de uma personalidade “maior” através do favor. Até mesmo profissões liberais de prestígio como os médicos tinham os seus trabalhos subordinados às relações de favor. O autor descreve que o “favor é a nossa mediação quase universal” (Idem, p. 65), o que se contrapõe às idéias liberais sobre a autonomia da pessoa e a universalidade, criando uma relação de dependência.

No contexto brasileiro o favor assegurava que nenhuma das partes, em especial, a mais fraca, era escrava. Mesmo o mais miserável dos favorecidos via reconhecida nele, no favor, a sua livre pessoa, o que transformava pretação e contraprestação, por modestas que fossem, numa cerimônia de superioridade social, valiosa em si mesma (Idem, p.70).

A expansão do capital comercial colocou em pauta a “questão do trabalho livre e do mercado interno, o que conduziu à vinda massiva da figura do imigrante, a qual preencheu os espaços vazios com uma racionalidade adaptativa e versátil” (BEHRING, 2003, p. 97). Parte destes imigrantes influenciou, com sua mentalidade capitalista, o desenvolvimento industrial do país, enquanto outra grande parte acresceu as filas do proletariado nascente. Entretanto, estes também estiveram inclinados ao conservadorismo político, já que para legitimar-se, mantiveram a heteronomia, a dependência da formação brasileira aliando-se a aristocracia agrária:

em vez de fomentar a competição e o conflito, [o imigrante] nasce fadado a articular-se, estrutural e dinamicamente, ao clima de mandonismo, do paternalismo e do conformismo, imposto pela sociedade existente, como se o trabalho livre fosse um desdobramento e uma prolongação do trabalho escravo (FERNANDES, 1987, p. 193 *apud* BEHRING, 2003, p.100).

Segundo Behring (2003, p. 100) esta questão estrutural “vai retardar a consciência e ação política operárias no Brasil. Estas, quando se colocam mais adiante na cena política, extrapolando o mandonismo e paternalismo tradicionais das elites, serão tratadas a partir da repressão policial e da dissuasão político-militar”.

A autora, a partir do pensamento de Caio Prado Jr, afirma que a colonização brasileira esteve articulada com o processo de acumulação originária de capital dos países centrais, construindo uma relação de dependência e subordinação. O capitalismo no Brasil ocorreu com a substituição lenta do trabalho escravo pelo trabalho livre, que esteve acompanhada de elementos progressistas e conservadores, ou seja, de um lado a adaptação ao capitalismo e de outro, a permanência de componentes da antiga ordem. A revolução burguesa no Brasil, como uma necessidade sócio-histórica que define os padrões burgueses de civilização foi um processo específico impulsionado pela formação de um Estado Nacional (BEHRING, 2008, p.100).

Embora a Independência tenha significado a possibilidade de organização interna do Brasil, a construção deste Estado Nacional não esteve afastado das velhas relações conservadoras: o liberalismo foi incorporado pelas classes dominantes com uma concepção de equidade configurando-se como “emancipação dos estamentos e realização de certo *estatus* desfrutado por eles, ou seja, sem a incorporação das massas” (Idem, p. 92). A partir do pensamento de Sales (1994, Dagnino, Escobar e Alvarez (2000, p. 27) afirmam que

Esse liberalismo “fora de lugar” serviu às elites latino-americanas do século XIX ao mesmo tempo como resposta às pressões internacionais e como meio de manter um poder político excludente, na medida em que se baseava e coexistia com uma concepção oligárquica de política, transferida das práticas sociais e políticas do latifúndio, onde os poderes pessoal, social e político se superpunham, constituindo uma única e mesma realidade. Essa falta de diferenciação entre o público e o privado - onde não só o público é apropriado, como as relações políticas são percebidas como extensões das relações privadas - torna as relações de favor, o personalismo, o clientelismo e o paternalismo, práticas políticas comuns.

Não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina políticos defensores do liberalismo velaram pela manutenção do trabalho escravo. Os valores da cidadania, do trabalho livre não foram incorporados pela classe dominante. As instituições parlamentares eram utilizadas pela oligarquia rural para atender seus interesses e para consolidar seu papel como dirigente. Conforme aponta Ianni (2004, p.213):

à medida que se formava e desenvolvia o Estado nacional, organizava-se o aparelho estatal de modo a garantir o regime de trabalho escravo. Depois, à medida que o regime de trabalho foi sendo substituído pelo trabalho livre, os grupos e as camadas dominantes reorganizaram o aparelho estatal de modo a garantir o predomínio dos

seus interesses, em detrimento de trabalhadores rurais e urbanos, negros, índios, imigrantes. Os governantes reagiam negativamente às reivindicações populares.

Embora o modo de governar republicano exigisse o predomínio do interesse público sobre os interesses privados, garantindo assim, a democratização das relações sociais e políticas, a República foi se constituindo sem a participação da classe trabalhadora e sem a incorporação das reivindicações dos trabalhadores. O período monárquico de 1822 a 1889 foi marcado por uma série de movimentações populares, reivindicações, etc. primordiais para a Revolução Burguesa de 1888-1889. Enquanto isso, as classes dominantes alegavam a superioridade natural e a desigualdade de capacidades entre as classes, afirmando o racismo e a necessidade de um “Estado forte”. Os próprios teóricos da época não reconheciam esse movimento dialético afirmando o aspecto “amorfo” da população. (Idem, p. 213).

O início da República foi um momento no qual a classe trabalhadora se inseriu na cena política. Ao mesmo tempo, no governo de Campos Sales foi instaurada a “Política dos Governadores”, que permaneceu entre os anos de 1902 a 1930. A política dos governadores consistia num

esquema em que os presidentes dos estados apoiam o presidente da República, dando-lhe o voto garantido dos representantes no Senado e na Câmara dos Deputados; em troca, o presidente da República apoia o dos estados, garantindo-lhe a sobrevivência através do total apoio nas indicações para serem nomeados os funcionários federais a exercerem atividade nos Estados (IGLESIAS, 1985, p.162).

Esta organização possibilitou a consolidação do bloco agrário no poder. O aparelho estatal era então constituído de modo descentralizado tendo a figura dos governadores dos estados e, em nível local, dos coronéis. Esta condição conferia aos latifundiários e proprietários de terra uma posição central na hierarquia social, e concedia ao Poder Executivo certos privilégios e prestígio (IANNI, 2004).

Vale aqui retomar o conceito de Via Prussiana concebido por Lenin e apontado por Coutinho (2000), ao analisar a passagem para o capitalismo no Brasil, no qual as transformações ocorridas não envolveram o conjunto da população, constituindo-se em “reformas pelo alto”. Dessa forma, manteve-se a estrutura agrária adaptando-a às necessidades do capital, definindo a transição para um capitalismo nacional dependente. No plano cultural há um “fortalecimento da sociedade política - os aparelhos burocráticos que exercem a dominação através do governo- em detrimento da sociedade civil - do conjunto de aparelhos ideológicos através dos quais uma classe, ou um bloco de classes, luta pela hegemonia ou pela capacidade de dirigir a sociedade” (Idem, p.52).

O caráter “oligárquico, corporativo, populista e militar” (IANNI, 2004) do início da República não difere nos anos posteriores. A diferença está na forma de intervenção do Estado a partir dos anos 1930, quando os meios urbano e rural vivem uma inquietação com a organização dos trabalhadores.

A questão operária, vista como questão de polícia, era respondida com repressão e autoritarismo. A elite brasileira, em razão desta nova organização de classes, respondeu com reformas que se constituíram numa espécie de contra-revolução, “no sentido de fazer face ao ascenso político de forças populares” (IANNI, 2004, p. 218).

A ‘contra-revolução’ de 1930 se caracterizou pela repressão à classe trabalhadora acompanhada de um amplo projeto de integração em torno de uma campanha ideológica. A estratégia compreendia a repressão à organização autônoma e vinculação dos ‘direitos do trabalho’- verdadeiros ou fictícios- e a aceitação do sindicalismo controlado. Duas características do mesmo projeto de integração e desorganização do movimento operário, que não podem ser separadas e que também atingiam a burguesia assalariada, coibindo a mobilização das classes exploradas urbanas como um todo (IAMAMOTO e CARVALHO, 2004, p.156-158).

Conforme apontam Iamamoto e Carvalho (Idem, p. 155), o reconhecimento da cidadania e do proletariado “se dá dentro de uma redefinição das relações do Estado com as diferentes classes sociais e se faz acompanhar de mecanismos destinados a integrar os interesses do proletariado através de canais dependentes e controlados”. Durante décadas os direitos sociais estiveram associados ao trabalhador inserido no mercado de trabalho formal.

Portanto,

distinta da cidadania tal como construída nos países europeus, aqui prevaleceram as relações de favor e de dependência. Essa formação política aliada aos ‘efeitos modernos’ do grande capital, tem resultado em um encolhimento dos espaços públicos e um alargamento dos espaços privados, em que a classe dominante faz do Estado o seu instrumento econômico privado por excelência. (CARVALHO e IAMAMOTO, 2004, p. 141)

Este novo modelo de regulação e controle estatal sobre as relações entre capital e trabalho segundo D’Araújo (2003, p.217), “ficou intimamente ligada a tudo o que o país produziu desde então em termos de política social”.

A Revolução de 1930 assinalou também a formação de bloco industrial-agrário, em que as classes urbanas se aliam com a burguesia agrária. As medidas adotadas pelo governo para proteger a cafeicultura, favoreceram as fábricas e oficinas existentes, bem como a criação

de novas. É neste período que o governo se abre para um projeto de industrialização do país, embora a oligarquia rural ainda permaneça preponderante (IANNI, 2004, p. 218).

Entre 1930 e 1937 algumas características podem ser citadas:

participação do Estado em assuntos econômicos, tanto para proteger atividades econômicas preexistentes como para favorecer novas; sindicalismo atrelado ao aparelho estatal; formalização jurídico-política das relações de produção, segundo exigências do capitalismo industrial, conforme a Consolidação das Leis Trabalhistas; fortalecimento do Estado, em face das exigências do capital e do controle das classes assalariadas, tanto operários como empregados e funcionários (Idem).

Nos anos posteriores ao governo de Vargas vigorou a democracia representativa, entretanto, a característica populista presente nos governos incutiu conotações autoritárias no aparelho estatal (IANNI, 2004, p. 218). No governo de Gaspar Dutra (1946-1950), por exemplo, o Partido Comunista do Brasil foi posto na ilegalidade, bem como o mandato dos seus deputados cassado. Este governo exerceu uma repressão brutal contra operários, estudantes, políticos, camponeses e outros segmentos. Segundo Ianni (2004), o pouco que houve de democracia no período de 1946 a 1964 se restringiu a alguns municípios brasileiros e a “alguns setores burgueses e médios da cidade”.

O período que compreende 1964 e 1985 representou a explicitação do caráter autoritário do Estado. Período de Ditadura Militar, “o Estado fascista se impõe e sobrepõe às classes e grupos assalariados, às regiões e aos cidadãos, como um vasto bloco de poder articulado segundo as exigências da grande burguesia financeira e monopolista (estrangeira e nacional)” (Idem), causando o divórcio entre Estado e Sociedade Civil. A política econômica adotada pelos militares gerou uma rápida modernização, voltada para “o consumo de bens de consumo duráveis favoreceu as grandes empresas nacionais e estrangeiras, capitalizou e reprivatizou a economia, reduziu salários e estimulou o inchaço do sistema financeiro” (NOGUEIRA, 1998, p. 103). Todas essas medidas levaram o Brasil a uma crise inflacionária e recessiva que perdurou toda a década de 1980. No âmbito da administração pública, os governos militares buscaram a partir da década de 1970 reformar a administração pública e embora tenham conseguido criar “uma rica rede de instituições vocacionadas para a modernização” (Idem), não conseguiu suprir as necessidades e demandas do desenvolvimento social e econômico.

O período de redemocratização a partir de 1980 não pode realizar modificações profundas no quadro da administração pública, pois segundo Nogueira

a agenda da transição estava sobrecarregada, já que o novo governo formou-se predestinado a operar no calor do combate a dois desafios – o da institucionalização democrática e o da eliminação da crise econômico-social – e a responder uma complexa gama de interesses, expectativas e demandas. Não se tratava, portanto, apenas de romper com o governo autoritário, mas de superar todo um legado histórico, que estabelecera um sólido padrão de relacionamento Estado/sociedade (1998, p. 109).

A Ditadura Militar tomou medidas que favoreceram o desenvolvimento capitalista no país, entretanto, não diminuíram as desigualdades sociais, além de deixarem como herança “a fragmentação da sociedade em compartimentos estanques, presos a interesses particularistas e desejosos de um diálogo direto com o Estado, sem a mediação de partidos ou instituições representativas” (Idem). Dessa forma, embora a participação da população tenha aumentado, assim como a consciência democrática, a sociedade civil não logrou estabelecer maiores vínculos orgânicos com a sociedade política (Idem).

De acordo com Carvalho (2002, p. 199), a partir da década de 1985, em especial após o governo Sarney,

o desencanto começou a crescer, pois ficara claro que a democratização não resolveria automaticamente os problemas do dia-a-dia que mais afligiam o grosso da população. As velhas práticas políticas, incluindo a corrupção, estavam todas de volta. Os políticos, os partidos, o Legislativo voltaram a transmitir a imagem de incapazes, quando não de corruptos e voltados unicamente para seus próprios interesses.

Em 1986 é convocada a Assembléia Nacional Constituinte que construiu uma nova Constituição para o Brasil, tendo muitos avanços no que se refere aos direitos sociais.

Entretanto, a partir da década de 1990, a adoção dos preceitos do neoliberalismo redefiniu o contexto político no Brasil. O neoliberalismo tem como proposições básicas: a formação de um Estado forte que combata os sindicatos e possa controlar a moeda; diminuição dos gastos sociais e regulamentações econômicas; estabilidade monetária; reforma fiscal, desmonte dos direitos sociais e a restauração de uma taxa “natural de desemprego, ou seja, a recomposição do exército industrial de reserva que permita pressões sobre os salários e os direitos, tendo em vista a elevação das taxas de mais-valia e de lucro” (BEHRING, 2009, p. 10). Este discurso, de acordo com Iamamoto (2009, p. 149),

tem a espantosa façanha de atribuir título de modernidade ao que há de mais conservador e atrasado na sociedade brasileira: fazer do interesse privado a medida de todas as coisas, obstruindo a esfera pública e a dimensão ética da vida social pela recusa das responsabilidades e obrigações sociais do Estado.

Numa leitura sobre o Brasil contemporâneo, Carvalho (2002) aponta para a centralidade que assume o Poder Executivo no país ao mesmo tempo em que há uma

desvalorização do Legislativo, sendo que as eleições para os cargos de senador, deputados estaduais e federais despertam menos interesse da população. Entretanto, a criação de uma rede personalista se mantém, tendo em vista que o deputado, senador ou vereador “apoia o governo em troca de cargos e verbas para distribuir entre seus eleitores. Cria-se uma esquizofrenia política: os eleitores desprezam os políticos, mas continuam votando neles na esperança de benefícios pessoais” (IANNI, 2004, p. 224). Além disso, o autor afirma que a consolidação da democracia no país exige tempo: “quanto mais tempo ela sobreviver, maior será a probabilidade de fazer as correções necessárias nos mecanismos políticos e de se consolidar” (Idem).

De acordo com Ianni (2004, p.221)

sob vários aspectos, o que revela a história é o desenrolar de uma espécie de contra-revolução burguesa permanente. Diante dos frequentes movimentos do ascenso popular, na cidade e no campo, as classes dominantes respondem com a violência. Nem as conquistas democráticas básicas da própria burguesia são preservadas. Nesse sentido, há uma contra-revolução burguesa que atravessa a história.

Observa-se, portanto, que a história brasileira sempre esteve marcada pelo autoritarismo e que a conjuntura atual salienta ainda mais estas características.

Os elementos aqui descritos sobre a formação histórica do Brasil serão resgatados no segundo capítulo, quando se relacionará a cultura política brasileira com as políticas sociais. Por ora, será descrita a formação sócio-histórica de Santa Catarina para melhor compreender o rebatimento da cultura política no cotidiano dos assistentes sociais participantes da pesquisa.

2.2 FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA E CULTURA POLÍTICA EM SANTA CATARINA

Caio Prado Jr ao analisar a formação econômica, social e cultural do Brasil faz a seguinte explanação sobre o estado de Santa Catarina:

devemos fazer aqui lugar à parte à colonização açoriana de Santa Catarina. Encontra-se aqui qualquer coisa de inteiramente diverso e singular na fisionomia do Brasil. Não preciso repetir o que já falei acima: a pequena propriedade domina inteiramente, o escravo é muito raro, a população é etnicamente homogênea. Nenhum predomínio de povos ou castas, nenhuma hierarquia marcada de classes. Trata-se em suma de uma comunidade cujo paralelo encontraremos apenas nas colônias temperadas da América, e foge inteiramente às normas da colonização tropical, formando uma ilha neste Brasil de grandes domínios escravocratas ou seus derivados (2008, p. 290)

Embora Prado Junior analise a imigração açoriana ainda durante o período colonial, ressalta-se que a formação do estado teve a participação de outras etnias e que ao longo do tempo foram se miscigenando e não se caracterizam mais como homogêneas. A pequena propriedade esteve presente na maior parte de Santa Catarina, mas não em toda, como é o caso do planalto serrano. Sobre o escravismo, Goularti Filho (2007, p.107) afirma que no estado “houve a escravidão e não o escravismo. A escravidão entendida como uma relação de trabalho que era retroalimentada pelo tráfico”.

A ocupação do litoral catarinense foi seguida no século XVII com os vicentistas religiosos vindos de São Paulo, pelos açorianos no século XVIII que fundaram as cidades de São Francisco do Sul em 1645, Desterro (hoje Florianópolis) em 1651 e Laguna em 1676 (RAUD, 1999, p.85). No século XVIII a ocupação dos açorianos associa-se à necessidade de sustento e transporte (como bois, gados e cavalos) para a região das Minas Gerais, que na época era pólo de exploração aurífera. Esta condição faz com que paulistas ocupem o planalto catarinense como zona de transição do gado vindo do Rio Grande do Sul, movimento que cria a cidade de Lages, em 1771 (RAUD, 199, p.85).

Somente um século depois, o processo de imigração européia tem início em Santa Catarina: os alemães primeiramente ocupam São Pedro de Alcântara e logo depois o Vale do Itajaí, a partir de 1829; os italianos chegam após 1836 e se instalam primeiramente às margens do Rio Tijucas e logo depois no Vale do Rio Tubarão. A imigração serve como incorporação da força de trabalho livre, o que influencia a estrutura geoeconômica em Santa Catarina, trazendo consigo a mentalidade capitalista e o desenvolvimento industrial para as diferentes regiões (Idem).

Goularti Filho, (2007, p. 107) divide a gênese do operariado no estado em sete conjuntos de acordo com as regiões: os mineiros do sul; os trabalhadores da indústria da madeira do planalto serrano; os balseiros do rio Uruguai e os trabalhadores da indústria de alimentos no oeste; os tecelões e as costureiras no Vale do Itajaí; os ervateiros no planalto norte; e os metalúrgicos em Joinville e Jaraguá do Sul.

A extração da erva-mate em Santa Catarina se concentrava no Alto Vale do Uruguai e no planalto norte, tendo início no último quartel do século XIX. Esta atividade foi responsável pela fixação dos imigrantes nestas regiões, principalmente entre Joinville e São Bento do Sul, onde a industrialização do mate aconteceu de forma rápida, transformando Joinville em centro de comercialização e exportação de mate (Idem). Os ‘caboclos’ que habitavam a região antes da vinda dos imigrantes, cultivavam alimentos para sua subsistência. Com a presença das companhias colonizadoras, as terras ocupadas pelos caboclos passaram a pertencer aos

colonos. Nesse processo, os caboclos passam a ser incorporados como mão de obra barata para extração de erva-mate, ficando com o trabalho mais arriscado e difícil, enquanto os imigrantes eram responsáveis pela organização da produção. A formação do operariado desta região, portanto, foi marcada pela exploração de classe relacionando-se com uma dominação étnica (GOULARTI FILHO, 2007, p. 117).

Salienta-se que, atualmente, na região Nordeste há também indústrias de plásticos, *software* e a produção de banana. Na região de Joinville a ênfase é o setor metal mecânico, sendo que a força de trabalho incorporada nestes setores também tinha origem rural.

O carvão mineral foi descoberto no início do século XIX e sua exploração teve início na década de 1850 em Laguna. Até 1914 a exploração se deu de forma artesanal e em pequena escala. Com a Primeira Guerra Mundial, e a consequente queda das importações, as atividades carboníferas começaram a ser racionalizadas: entre 1917 e 1922 havia cinco companhias carboníferas, em 1930 foram criadas quatro, nos anos 1940 outras trinta foram fundadas e em 1950, mais oito. Algumas medidas e investimentos estatais, a partir de 1930 influenciaram esse crescimento, tais quais: a obrigatoriedade de consumo de 10% de carvão nacional (estabelecido por Vargas), o melhoramento do porto de Laguna e a construção de um lavador em Tubarão pela Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda e da Usina Termelétrica de Capivari (GOULARTI FILHO, 2007). Da mesma forma que os caboclos do Planalto Norte tiveram que vender sua força de trabalho para as empresas de extração de erva-mate, o surgimento do operariado mineiro acontece quando os colonos agricultores “vendem sua pequena propriedade para as companhias carboníferas e começam a trabalhar nas minas” (Idem, p. 110). Devido às precárias condições nas quais se encontravam os operários das minas carboníferas e o risco de mobilização desta classe, foi nessa região que se deu o início da intervenção estatal e empresarial em Santa Catarina. Assunto que será abordado mais adiante. Atualmente, além da extração do carvão, outra atividade econômica se consolidou na região: a produção de cerâmicas.

O setor madeireiro constituiu-se no início do século XX como uma fonte rápida e fácil de acumulação capitalista devido à abundância de recursos florestais que existia em Santa Catarina. Inicialmente a exploração de madeira se concentrou nas colônias do Vale do Itajaí e no litoral, sendo a araucária e, em menor proporção, a imbuia e a canela as espécies mais extraídas. A extração da madeira foi impulsionada pela chegada dos imigrantes, que ao se instalarem nas terras, desmataram territórios para a lavoura e, pela facilidade de escoamento através dos rios (principalmente no Vale do Itajaí que transportava até o porto de Itajaí), fez com que a exportação fosse um negócio lucrativo. Muitos italianos que já tinham experiência

no setor madeireiro se instalaram na região do Vale do Rio do Peixe. A madeira cortada era enviada ao Rio de Janeiro, Porto Alegre e Montevideo, e se constituiu como o principal produto transportado no estado após o início da construção da Estrada de Ferro Santa Catarina, ente Blumenau e Ibirama (GOULARTI FILHO, 2007, p. 89).

No final dos anos 1950 há uma crise no ramo madeireiro devido, basicamente, a dois fatores: “o esgotamento das reservas e a redução drástica das importações argentinas” (GOULARTI FILHO, 2007, p.88). Este último causado pelas medidas protecionistas da Argentina que envolviam o reflorestamento na região de Misiones. No Planalto Serrano esta ainda é principal atividade econômica. Historicamente, o padrão de crescimento que predominou no estado foi o baseado na pequena propriedade mercantil e nas atividades tradicionais. Entretanto, na região serrana sempre foi dominante a grande propriedade pecuária e extrativista mercantil (Idem). O surgimento da classe operária em Lages nos anos 1940, formada por caboclos que viviam nas fazendas, não foi acompanhada de uma ruptura com o fazendeiro, que ainda continuou sendo o ‘seu senhor’, ‘bom protetor’ (Idem, p. 114). Vale lembrar que é desta região uma das forças políticas mais importantes do estado: a família Ramos, que num primeiro momento apoiaram Lauro Muller, e logo conquistaram poder decisório do estado, tendo eleito grande número de governadores. Nesta região, a cultura do compadrio entre os caboclos e os fazendeiros, ainda é muito presente.

A indústria têxtil data do final do século XIX e está circunscrita basicamente ao Vale do Itajaí e ao norte do estado, tendo como principais cidades Blumenau, Brusque, Joinville e Jaraguá do Sul. Os imigrantes que chegaram ao estado após 1875, vindos da Saxônia, região industrial da Alemanha, detinham técnicas de tecelagem, puderam aqui instalar indústrias têxteis. Segundo Goularti Filho (2007, p. 93) “ao contrário da grande indústria pesada da Segunda Revolução Industrial, a indústria têxtil tinha um alto grau de difusão técnica, o que permitia a cópia com facilidade, não exigindo alto comando e vultuosos recursos financeiros”. Entre 1880 e 1900 foram criadas a Hering, a Karsten, a Garcia, a Buettner, a Renaux e a Dohler. Apenas a Garcia, comprada pela Artex não permaneceu no mercado, o restante representa, ainda hoje, parte significativa da indústria têxtil do estado. A expansão e consolidação da indústria têxtil, de acordo com o autor

pode ser explicada pelo desempenho da pequena produção mercantil e pela facilidade da cópia, mas a explicação da expansão e consolidação devem ser buscadas fora de seu meio, em elementos exógenos, são elas: a) a queda das importações durante a Primeira Guerra; b) o crescimento urbano e expansão da renda promovida pelo complexo cafeeiro; c) a política cambial dos anos 1920; d) a integração do mercado interno pós-1930; e, e) a queda das importações durante a Segunda Guerra (Idem, p 94-95).

Embora criada a partir de demandas e condições internas, a indústria têxtil catarinense, conseguiu se adaptar e se expandir conquistando o mercado nacional. Aqui os pequenos produtores, excedentes da população agrícola foram incorporados como força de trabalho nas indústrias têxteis. Goularti Filho (2007, p. 121) faz uma reflexão sobre a indiferenciação da questão étnica nesse processo em que o capital precisa se expandir, pois “quando o capital demanda mais trabalho, independe da idade, etnia e opção sexual, basta contribuir para a valorização máxima do capital”. Nesta região, atualmente se destaca também a fabricação de cristais.

Outro setor importante para a economia catarinense, presente desde o início do século XX, é a produção de alimentos. Ligada às atividades agrícolas dos açorianos, no começo se restringiu ao cultivo de cana-de-açúcar, mandioca, arroz, café e atividades pesqueiras. Com a chegada dos imigrantes, num primeiro momento somou-se a produção de banha, manteiga, queijo e salame, e no segundo, pós-1875, a diversidade aumentou com os derivados de suíno e leite, fabricação do vinho e da farinha de mandioca. Devido à colonização do estado, essas atividades eram praticadas por pequenos proprietários que produziam para subsistência e comercializavam o excedente, o que se tornou a primeira fonte geradora de acumulação capitalista. O investimento em outros setores nas regiões sul e norte (carbonífero e têxtil, respectivamente) não permitiu o desenvolvimento mais ativo do setor agrícola. A colonização da região Oeste possibilitou a consolidação da indústria alimentar principalmente entre os anos 1940 e 1950 com a criação dos frigoríficos. Nesta região se concentraram as chamadas agroindústrias, há também plantações de milho e de fumo. Os colonos que chegaram nessa época ao Oeste eram incorporados aos frigoríficos e se tornavam força de trabalho nesses estabelecimentos ou passavam a ser criadores de suínos (GOULARTI FILHO, 2007). Nesse processo ocorre “a subordinação ao grande capital do pequeno agricultor que criava suínos” (Idem p. 119). Muitos pequenos proprietários perdem suas terras e aí também se constitui o exército industrial de reserva.

A integração ferroviária com os grandes centros urbanos possibilitou o surgimento de comerciantes locais “que compravam suínos junto aos lavradores e os comercializavam em Osasco e Itararé (SP) trazendo em seu retorno muitos produtos manufaturados” (CAMPOS, 1987, p. 134 *apud* GOULARTI FILHO, 2007, p. 99). Esta relação com os grandes centros insere a economia catarinense no complexo cafeeiro. A industrialização e urbanização ditam o ritmo da produção agrícola e entre 1930 a 1955 acontece a transição para a agricultura

industrializada. Os primeiros moinhos de trigo e processadores de suínos surgem tendo em vista o mercado paulista, o que demonstra a influência do capital industrial sobre a produção alimentícia do estado. Logo houve a transição de pequenas propriedades para casas comerciais e frigoríficos e já na década de 1940 a região Oeste se consolida como centro produtor agropecuário atendendo tanto o mercado interno, quanto o nacional.

Vale ressaltar que no início da colonização do Oeste, outra força de trabalho era importante: a dos balseiros que transportavam madeira através dos rios. De origem cabocla estas pessoas não contavam com contratos de trabalho com os madeireiros e não possuíam nenhum tipo de proteção social (GOULARTI FILHO, 2007).

Embora Goularti Filho não tenha incluído nos seus estudos a região da Grande Florianópolis, vale ressaltar algumas características da região². Composta por vinte e dois municípios, incluindo Florianópolis, a capital do estado, que concentra boa parte dos serviços públicos estaduais e dos nacionais existentes no estado, as principais atividades da região são o turismo, a construção civil, o comércio e o setor de serviços. Além destas atividades o desenvolvimento da malacocultura, pesca e maricultura, também são importantes.

Do exposto até aqui, depreende-se que a relação com a população nativa e a incorporação dos imigrantes demonstra que a formação da classe trabalhadora se deu através do autoritarismo. Conforme aponta GOULARTI FILHO (2007, p. 123), o desenvolvimento da classe operária no estado “é uma trajetória de exclusão, de preconceito e de submissão”.

A resistência desta classe foi expressa na Guerra do Contestado, que teve início em 1912 e se perpetuou até 1916. A construção de uma estrada ferroviária que ligaria São Paulo ao Rio Grande do Sul pela Brazil Railway Company (subordinada à Southern Brazil Lumber and Colonization Company), trouxe à região vários trabalhadores para servir como força de trabalho para a construção da linha. De acordo com Goularti Filho após a finalização da obra

quando a Companhia iniciou o processo de colonização às margens da ferrovia, tratou de expulsar seus ex-trabalhadores, que já haviam construído ali pequenos ranchos. Muitos se juntaram aos caboclos, sem terra e sem proteção, e formaram uma irmandade cabocla que enfrentou os latifundiários e a Lumber durante a Guerra do Contestado. Os combatentes da Guerra do Contestado que sobreviveram juntaram-se aos caboclos que trabalhavam na madeira, aos ervateiros e aos balseiros (Idem, p. 119).

² De acordo com o sítio da Associação dos Municípios da Grande Florianópolis, os vinte dois municípios que compõem a região são: Águas Mornas, Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Canelinha, Florianópolis, Garopaba, Governador Celso Ramos, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Palhoça, Paulo Lopes, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São João Batista, São José, São Pedro de Alcântara e Tijucas. Disponível em: <http://www.granfpolis.org.br/home/> Consulta realizada no dia 24/06/11 às 13h25m.

Concentrando-se numa região de limites entre Paraná e Santa Catarina, somou-se ainda o fanatismo religioso expresso na figura do monge José Maria, quem em 1911 funda a ‘Monarquia Celeste’, uma comunidade que se baseava na propriedade comum e na formação de uma Irmandade. A resposta dos coronéis e do Estado à este movimento inicia com a ocupação do monge José Maria e sua comunidade da localidade de Irani, que na época pertencia à Palmas, Município do Paraná. As tropas paranaenses tentaram conter o movimento, mas se depararam com um exército disciplinado, destemido e conhecedores da região. A intervenção estatal não se limitou às tropas do Paraná, os regimentos de segurança de Santa Catarina, Esquadrões da Guarda Nacional e grande parte do Exército Brasileiro, além da presença dos coronéis nesta região também se uniram à tarefa de repressão desta população. Calcula-se que cerca de dez mil pessoas morreram no sangrento enfrentamento que durou quatro anos. A persistência dos camponeses não resistiu ao poder bélico dos militares nacionais (FRAGA, 2002).

Em relação à política catarinense, como característica nacional, as relações coronelistas e autoritárias se estenderam ao estado. Durante a primeira República o Estado foi controlado por duas grandes forças políticas, ambas patrimonialista e estamental e correligionários do único partido do estado, o Partido Republicano (PR). “A primeira ligada a Lauro Muller, seguia uma linha mais austera e a segunda ligada a Hercílio Luz, tinha uma postura mais liberal” (GOULARTI FILHO, 2007, p.124).

De acordo com Corrêa (1984), até 1910, o PR de Santa Catarina não possuía nenhuma forte oposição. Os conflitos internos do Partido iniciaram quando, em uma convenção do PR, Felipe Schmidt que já havia sido eleito governador do Estado indicou nomes para a Câmara Estadual sem consultar Hercílio Luz, que tinha até então o privilégio das indicações. Neste momento se formaram duas grandes linhas no PR: aqueles ligados à Lauro Muller e Felipe Schmidt e outros ligados à Hercílio Luz, que inicia uma aproximação com os federalistas que ainda militavam. Nas eleições de 1909 para presidência da República, o PR se divide, oferecendo apoio aos dois candidatos: de um lado Hercílio Luz e a família Konder apoiando Ruy Barbosa, e de outro, Vidal Ramos e demais membros do Partido apoiando Hermes da Fonseca.

Na década de 1910 começam a despontar duas figuras políticas: Nereu Ramos e Henrique Rupp Junior, “filhos de políticos da região serrana que disputavam a ampliação de áreas de influência coronelista no planalto catarinense” (CORRÊA, 1984, p.26). Em 1920 Hercílio Luz é eleito governador do Estado e assume a presidência do Partido. Com a eleição do Hercílio Luz, a influência política de Lauro Muller decai, de um lado pela sua ausência da

capital (a atuação política de Muller se deu muito mais no âmbito federal, o que exigia sua estadia no Rio de Janeiro), e de outro pela interferência do governador eleito que não mais permitiu seu posicionamento junto ao PR.

A oposição a Hercílio Luz se consolida a partir de 1920. Nesta época a Lages cabia o título de capital da política de Santa Catarina, e é da região serrana que se estabelece a oposição, marcado pela divisão entre os políticos pecuaristas e o governo urbano-industrial.

A característica agroexportadora presente na cultura das classes dominantes catarinenses influenciou não apenas as condições políticas do Estado, mas sua posição frente à economia das diversas regiões de Santa Catarina. Até cerca de 1950, o governo se preocupou com o setor agropecuário e com as exportações, deixando de lado certos investimentos nos setores industriais, não possuindo uma política desenvolvimentista.

De acordo com Goularti Filho (2007, p. 133), entre 1945 e 1962 o estado viveu um segundo período da formação socioeconômica, em que há uma “diversificação e ampliação da base produtiva”, o que demonstra certo atraso em relação à realidade nacional que já na década de 1930 começava a se industrializar.

No campo da política, vale ressaltar as palavras de Corrêa (1984, p. 26), que afirma que o “processo político catarinense foi um continuísmo oligárquico em que as preocupações maiores estavam em deixar no poder os membros de um Partido único, unidos entre si por laços consanguíneos”. Esta realidade só começa a mudar depois dos anos 1980.

Entre 1962 e 1990, Santa Catarina passa por um período que Goularti Filho denomina de “integração e consolidação do capital industrial”. De acordo com o autor, se altera a forma de crescimento no estado decorrente do

novos sistema de crédito, com os investimentos em energia e transporte e com a consolidação do setor eletro-metal-mecânico, liderado pelas médias e pequenas indústrias. Mesmo nos setores tradicionais, várias firmas se consolidaram, incorporaram outras marcas, tornando-se líderes nacionais. Internamente, o movimento geral da indústria passa a ser conduzido por grandes empresas nos setores de alimentos (2007, p. 185).

Vale lembrar que as duas forças políticas catarinenses (Konder Bornhausen e Ramos), após o Golpe Militar de 1964, aliaram-se à ARENA (Aliança Renovadora Nacional). Ao longo do regime militar a família Ramos foi perdendo o poder, o que não aconteceu com os Konder Bornhausen, que permanecem como grupo dominante e, embora a partir de 1974 o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) tenha um crescimento, a capacidade de cooptação e as relações clientelistas da ARENA catarinense os mantiveram preponderantes. (CARREIRÃO, 2006, p.21).

Retomando o pensamento de Goularti Filho, após a década de 1990 a economia catarinense iniciou um processo de

desarticulação política e reestruturação econômica”. Entre as características deste período está “a redução das atividades estatais, reestruturação da indústria cerâmica, o desmonte parcial do complexo carbonífero, a reestruturação patrimonial no complexo eletro-metal-mecânico, a desverticalização e a retração no segmento têxtil-vestuário, calçados e a denacionalização no complexo agroindustrial (2007, p. 308).

Estas mudanças não podem estar desvinculadas das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, da reestruturação produtiva e das alterações advindas do direcionamento neoliberal do Estado.

Carreirão (2006) afirma que a domínio político em Santa Catarina esteve concentrado nas mãos de poucos. Além dos Ramos e dos Konder Bornhausen, o casal Amim também se inseriu na cena política catarinense consolidando sua influência. Só a partir de 1982 é que se inicia um processo de modificação deste quadro, quando há a criação de um maior número de partidos políticos. Segundo o autor, o período que compreende 1982 e 2004 é caracterizado por uma fragmentação partidária e

apesar de ainda haver um predomínio eleitoral à direita, está se configurando mais recentemente um equilíbrio partidário maior, em termos de polarização ideológica direita/esquerda, do que em toda a história política eleitoral anterior. A eleição de 2002 é o momento em que, pela primeira vez na história catarinense, um partido de esquerda torna-se competitivo em âmbito estadual (CARREIRÃO, 2006, p. 45).

Dessa forma, o cenário atual apresenta mudanças lentas que ainda são combinadas com elementos do passado, mantendo a estrutura partidária e política relações de autoritarismo, clientelismo e coronelismo. O que permite dizer que a formação sócio-econômica e política de Santa Catarina seguiu os padrões da formação brasileira. Nesse processo cabe destacar também “a modernização conservadora [que] articula o progresso no marco da ordem e atribui um ritmo lento às transformações operadas, de modo que o novo surja como um desdobramento do velho” (IAMAMOTO, 2010, p. 130).

2.3 O REBATIMENTO DA CULTURA POLÍTICA CATARINENSE NO COTIDIANO DOS ASSISTENTES SOCIAIS.

Antes de analisar a influência da cultura política em Santa Catarina, é necessário descrever o perfil das assistentes sociais entrevistadas, tanto na Grande Florianópolis, que

permitirá uma descrição mais detalhada já que o questionário aplicado possuía mais elementos; como no interior de Santa Catarina no qual foi aplicado um questionário simplificado para os participantes dos grupos focais. O objetivo ao relatar estes dados não é aprofundá-los, mas apenas localizar quem são os sujeitos da pesquisa. Algumas das informações terão posterior interpretação ao serem relacionados com outros temas.

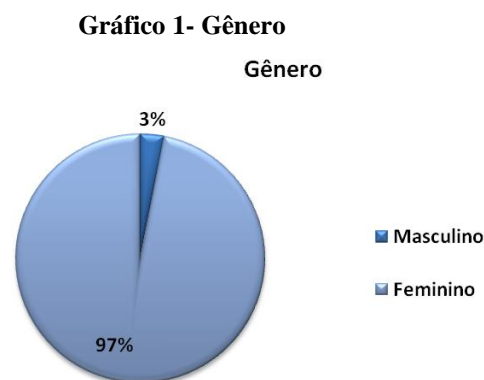
2.3.1 O perfil dos profissionais da Grande Florianópolis

Serão aqui apresentados dados que descrevem o perfil profissional tais como: gênero, idade, religião, raça/cor e dados sobre as instituições nas quais estes profissionais estão inseridos como renda, vínculo empregatício e natureza da Instituição.

Seguindo a tendência nacional, que remonta à origem da profissão e que não foi revertida historicamente, o primeiro dado corresponde ao gênero: 97% dos profissionais entrevistados são do sexo feminino. Em números, cento e vinte oito assistentes sociais dentre os cento e trinta e dois entrevistados, conforme apontam a tabela 1 e o gráfico 1.

Tabela 1 - Gênero	
Gênero	Frequência
Masculino	4
Feminino	128
Total	132

Fonte: Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina, 2011.



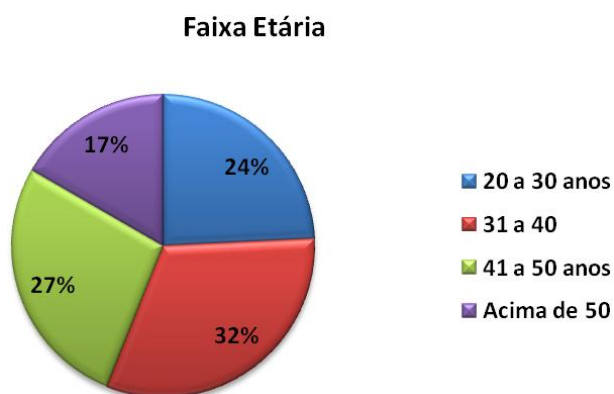
Fonte: Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina, 2011.

Em relação à idade das profissionais entrevistadas, observa-se no gráfico 2 e na tabela 2, que a faixa etária predominante é, com 32% dos profissionais (quarenta e dois em números absolutos), de 31 a 40 anos. Seguida de 27% de profissionais com idade entre 41 e 50 anos (trinta e seis em números absolutos); 24% (trinta e dois em números absolutos) entre 20 e 30 anos; e 17% estão acima de 50 anos (vinte e dois em números absolutos).

Tabela 2 - Faixa etária

Faixa etária	Frequência
20 a 30 anos	32
31 a 40	42
41 a 50 anos	36
Acima de 50	22
Total	132

Fonte: Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina, 2011.

Gráfico 2 - Faixa etária

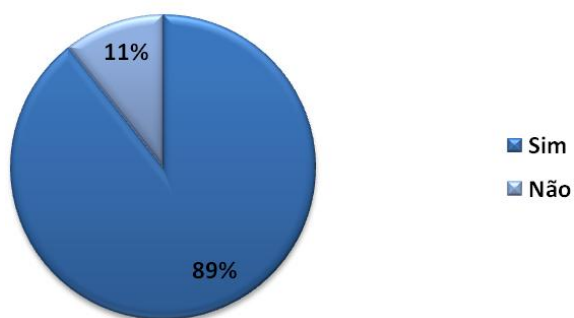
Fonte: Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina, 2011.

Outra pergunta realizada, que envolve o perfil, foi se os profissionais tem religião. A maioria, cento e dezoito profissionais, o que corresponde a 89% dos entrevistados responderam que sim.

Tabela 3 – Vinculação religiosa

Religião	Frequência
Sim	118
Não	14
Total	132

Fonte: Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina, 2011.

Gráfico 3 - Vinculação religiosa**Vinculação religiosa**

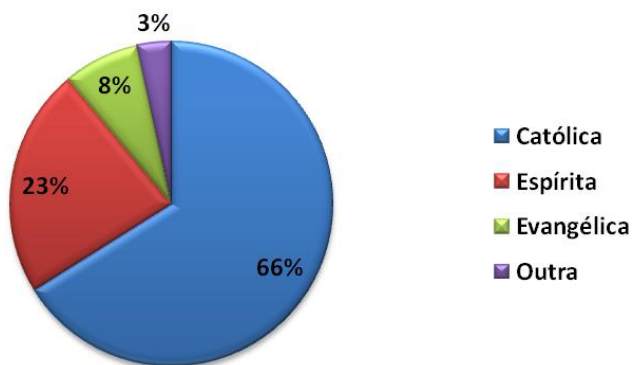
Fonte: Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina, 2011.

Dentre os cento e dezoito profissionais que relataram que tem religião, 66% (setenta e oito profissionais) afirmou ser católica, 23% (vinte e sete profissionais) espíritas, 8% (nove profissionais) evangélicas e 3% (quatro profissionais) responderam outra religião/denominação.

Tabela 4 - Denominação religiosa

Religião	Frequência
Católica	78
Espírita	27
Evangélica	9
Outra	4
Total	118

Fonte: Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina, 2011.

Gráfico 4 - Denominação religiosa**Denominação Religiosa**

Fonte: Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina, 2011.

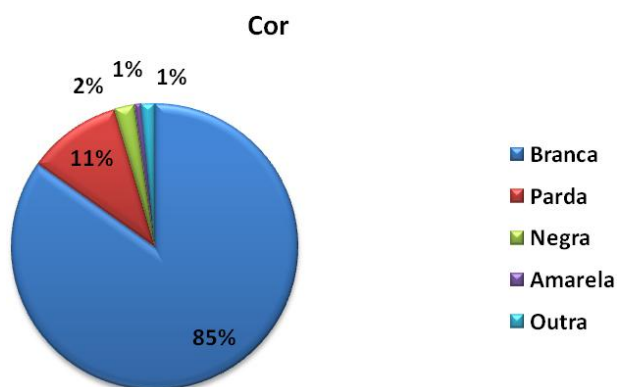
Quanto à cor as profissionais se declararam, em sua grande maioria, brancas com uma frequência relativa de 85% (cento e doze profissionais), seguida por 11% parda (catorze profissionais), 2% negra (três profissionais), 1% amarela (um profissional) e 1% outra (dois profissionais).

Tabela 5 - Cor

Cor	Frequência
Branca	112
Parda	14
Negra	3
Amarela	1
Outra	2
Total	132

Fonte: Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina, 2011.

Gráfico 5 - Cor



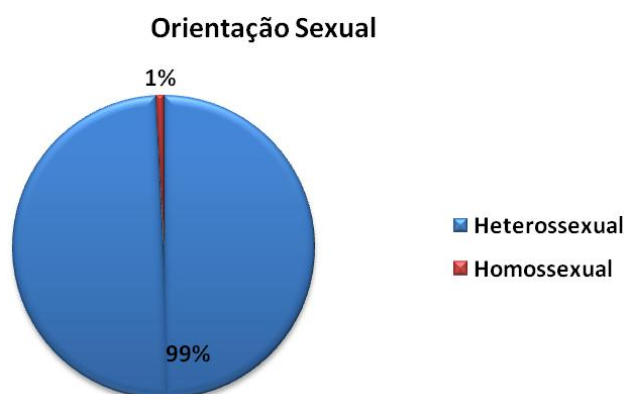
Fonte: Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina, 2011.

Conforme demonstram o gráfico e tabela abaixo, 99% (cento e trinta e um assistentes sociais) responderam que são heterossexuais e apenas um se identificou como homossexual quando responderam à questão sobre orientação sexual.

Tabela 6 - Orientação sexual

Orientação sexual	Frequência
Heterossexual	131
Homossexual	1
Total	132

Fonte: Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina, 2011.

Gráfico 6 - Orientação sexual

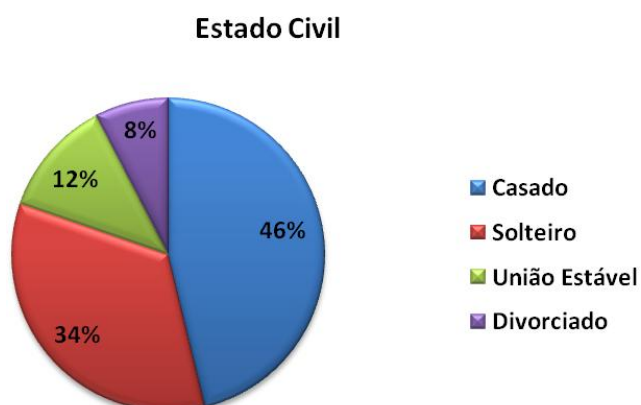
Fonte: Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina, 2011.

Em relação ao estado civil nota-se abaixo que 46% (sessenta e um em frequência absoluta) dos profissionais são casados, 34% (quarenta e cinco pessoas) são solteiros, 12% (dezesesseis assistentes sociais) estão em união estável e 8% (dez profissionais) são divorciados.

Tabela 7 - Estado civil

Estado civil	Frequência
Casado	61
Solteiro	45
União Estável	16
Divorciado	10
Total	132

Fonte: Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina, 2011.

Gráfico 7 - Estado civil

Fonte: Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina, 2011.

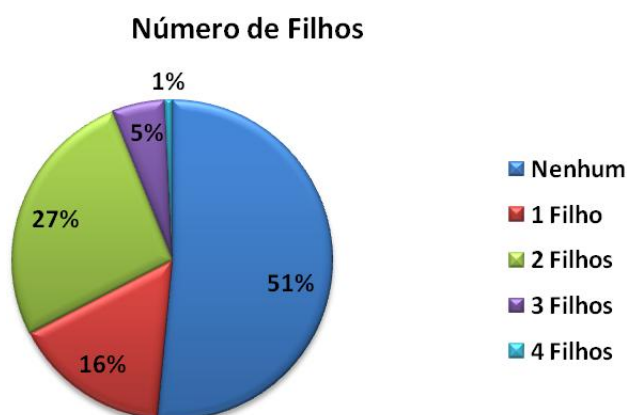
Outro dado que se refere à constituição familiar dos profissionais é o número de filhos que possuem: 51% (sessenta e oito assistentes sociais) não possuem filhos; 27% (trinta e cinco profissionais) possuem dois filhos; 16% (vinte e um profissionais) possuem um filho; 5% (sete profissionais) têm três filhos e 1% (um profissional) tem quatro filhos.

Tabela 8 - Número de filhos

Número de Filhos	Frequência
Nenhum	68
1 Filho	21
2 Filhos	35
3 Filhos	7
4 Filhos	1
Total	132

Fonte: Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina, 2011.

Gráfico 8 - Número de filhos



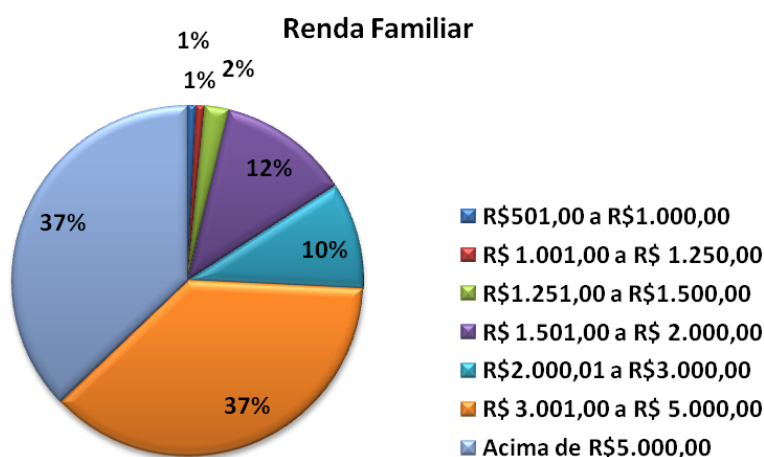
Fonte: Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina, 2011.

Foi perguntado, ainda, sobre a renda familiar dos profissionais, pode-se verificar que 74% (quarenta e nove profissionais) possuem uma renda familiar acima de R\$3001,00. Entretanto, 1% (um profissional) recebe entre R\$501,00 e R\$1000,00 e, também, 1% possui renda familiar entre R\$1001,00 e R\$1250,00. Vale ressaltar que o salário mínimo no momento da aplicação dos questionários era de R\$465,00 em fevereiro de 2009 e passou para R\$510,00 a partir do junho de 2010, o que reflete níveis baixos de renda familiar na profissão.

Tabela 9 - Renda

Renda familiar	Frequência
R\$501,00 a R\$1.000,00	1
R\$ 1.001,00 a R\$ 1.250,00	1
R\$1.251,00 a R\$1.500,00	3
R\$ 1.501,00 a R\$ 2.000,00	16
R\$2.000,01 a R\$3.000,00	13
R\$ 3.001,00 a R\$ 5.000,00	49
Acima de R\$5.000,00	49
Total	132

Fonte: Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina, 2011.

Gráfico 9 - Renda familiar

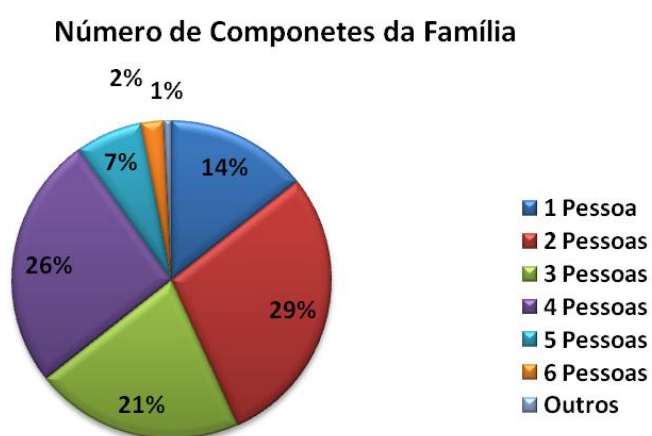
Fonte: Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina, 2011.

Para melhor compreender os dados sobre renda familiar, também perguntou-se o número de componentes da família. O gráfico 10 e a tabela 10 demonstram que 29% (trinta e oito) dos assistentes sociais têm família compostas por dois membros; 26% (trinta e quatro profissionais) têm quatro pessoas na sua composição familiar; 21% (vinte e oito) dos profissionais a família se compõe de três pessoas; já 14% (dezenove) vivem sozinhas; enquanto que 7% (nove) se compõem de cinco pessoas; 2% (três) são compostas de três pessoas e há um que identificou como outros.

Tabela 10 - Número de componentes da família

Componentes	Frequência
1 Pessoa	19
2 Pessoas	38
3 Pessoas	28
4 Pessoas	34
5 Pessoas	9
6 Pessoas	3
Outros	1
Total	132

Fonte: Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina, 2011.

Gráfico 10 - Número de componentes da família

Fonte: Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina, 2011.

O cruzamento destes dois últimos dados apontam que as rendas familiares mais baixas são menos numerosas, destacando-se a maior ocorrência (vinte profissionais) de famílias com quatro membros e renda acima de R\$ 5000,00, seguido de famílias compostas por dois membros e renda entre R\$3001,00 a R\$5000,00 (frequência de dezenove profissionais). Esses dados podem ser vistos na tabela abaixo:

Tabela 11 - Renda familiar e composição familiar

Renda	Composição familiar	Frequência
de R\$ 501,00 a R\$ 1.000,00	1 membro	1
de R\$ 1.001,00 a R\$ 1.250,00	1 membro	1
de R\$ 1.251,00 a R\$ 1.500,00	1 membro	2
de R\$ 1.251,00 a R\$ 1.500,00	2 membros	1
R\$ 1.501,00 a R\$ 2.000,00	1 membro	4
R\$ 1.501,00 a R\$ 2.000,00	2 membros	6
R\$ 1.501,00 a R\$ 2.000,00	3 membros	3
R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00	1 membro	1
R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00	2 membros	2
R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00	3 membros	5

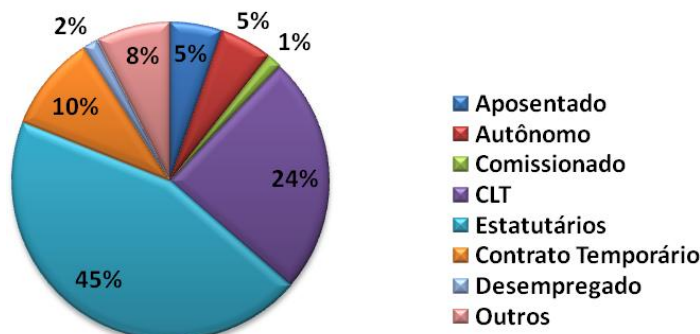
Continuação tabela 11- Renda Familiar e Composição Familiar		
Renda	Composição familiar	Frequência
R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00	4 membros	2
R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00	5 membros	1
R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00	6 membros	2
R\$ 3.001,00 a R\$ 5.000,00	1 membro	4
R\$ 3.001,00 a R\$ 5.000,00	2 membros	19
R\$ 3.001,00 a R\$ 5.000,00	3 membros	12
R\$ 3.001,00 a R\$ 5.000,00	4 membros	13
R\$ 3.001,00 a R\$ 5.000,00	5 membros	1
R\$ 3.001,00 a R\$ 5.000,00	6 membros	1
Acima de R\$5.000,00	1 membro	6
Acima de R\$5.000,00	2 membros	8
Acima de R\$5.000,00	3 membros	9
Acima de R\$5.000,00	4 membros	20
Acima de R\$5.000,00	5 membros	7
Outros		1
Total		132

Fonte: Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina, 2011.

Outro dado importante, se refere à situação no mercado de trabalho e vínculo empregatício dos profissionais. Conforme gráfico e tabela abaixo, verifica-se que sete (5%) dos entrevistados são aposentados e dois estão desempregados (2% dos entrevistados). A maioria, 45% (cinquenta e nove) dos profissionais são estatutários e geridos pelo RJU (Regime Jurídico Único), seguido de trinta e dois (24%) profissionais contratados com registro em CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) e geridos pela CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas); 10% (treze profissionais) possuem contrato temporário, 5% (sete assistentes sociais) são autônomos e dois responderam que estão em cargos comissionados (correspondente a 2% dos profissionais). Aqueles que responderam *outros vínculos* citaram: “não trabalho na área”, “sou pré-aposentada” e “docência”, para citar alguns exemplos.

Tabela 12 - Situação no mercado de trabalho	
Situação no Mercado de Trabalho	Frequência
Aposentado	7
Autônomo	7
Comissionado	2
CLT	32
Estatutários	59
Contrato Temporário	13
Desempregado	2
Outros	10
Total	132

Fonte: Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina, 2011.

Gráfico 11 - Situação no mercado de trabalho**Situação no mercado de trabalho**

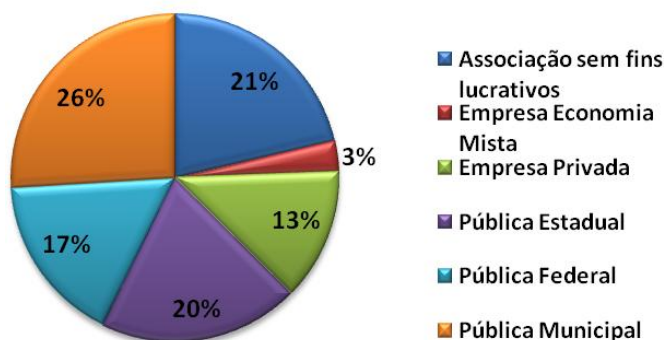
Fonte: Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina, 2011.

Sobre a natureza jurídica da instituição, 26% (trinta e quatro) dos profissionais responderam que a Instituição na qual trabalham corresponde à esfera Pública Municipal, seguidos de 21% (vinte e oito) que atuam em Associações sem fins lucrativos, 20% (vinte e seis) na Pública Estadual, 17% (vinte e dois) na Pública Federal, 13% (dezessete) em Empresas Privadas e 3% (quatro) em Empresas de Economia Mista.

Tabela 13 - Natureza jurídica da instituição

Natureza Jurídica da Instituição	Frequência
Associação sem fins lucrativos	28
Empresa Economia Mista	4
Empresa Privada	17
Pública Estadual	26
Pública Federal	22
Pública Municipal	34

Fonte: Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina, 2011.

Gráfico 12 - Natureza jurídica da instituição**Natureza Jurídica da Instituição**

Fonte: Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina, 2011.

Neste questionário também foram realizadas perguntas sobre a participação sócio-política dos assistentes sociais em eventos da categoria, movimentos sociais, associações civis e Conselhos de Direitos. Na tabela a seguir observa-se que 64% dos profissionais relataram participar de eventos da categoria. Estes eventos são organizados principalmente pelo CRESS/SC em articulação com as Universidades e/ou outras instâncias.

Tabela 14 - Participação em eventos da categoria

Participação	Frequência
Sim	85
Não	46
Não respondeu / Não se aplica	01
Total	132

Fonte: Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina, 2011.

Gráfico 13 - Participação em eventos da categoria



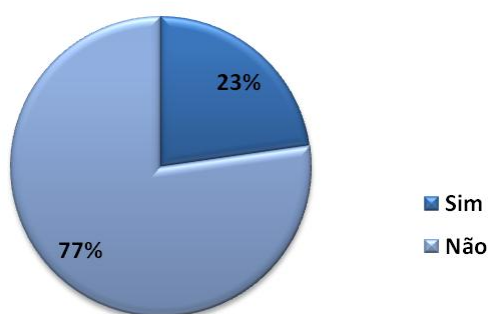
Fonte: Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina, 2011.

Em outra pergunta feita sobre a participação dos profissionais em movimentos sociais, constatou-se que apenas 23% destes estão inseridos em algum movimento social.

Tabela 15 - Participação em movimentos sociais

Participação	Frequência
Sim	30
Não	102
Total	132

Fonte: Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina, 2011.

Gráfico 14 - Participação em movimentos sociais**Participação em movimentos sociais**

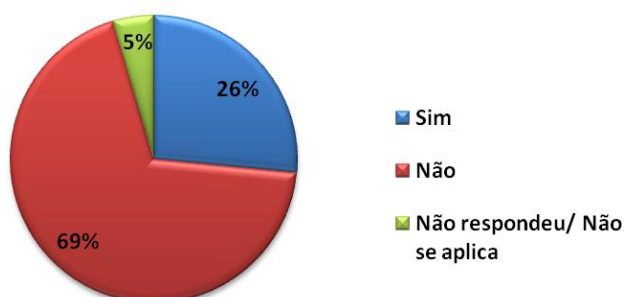
Fonte: Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina, 2011.

Quando perguntadas sobre a participação em associações civis, apenas 26% afirmaram participar de alguma associação, número aproximado dos dados sobre participação em movimentos sociais.

Tabela 16 - Participação em associações civis

Participação	Frequência
Sim	35
Não	91
Não respondeu/ Não se aplica	6
Total	132

Fonte: Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina, 2011.

Gráfico 15 - Participação em associações civis**Participação em associações civis**

Fonte: Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina, 2011.

Além destes dados, pôde-se identificar também a participação em Conselhos de Direito das assistentes sociais entrevistadas. Nota-se que a maior parte dos entrevistados

declarou que não participam de Conselhos de Direito e/ou de gestão de políticas públicas, sendo que apenas 35 % responderam positivamente à questão.

Tabela 17 - Participação em Conselhos de Direito e/ou Políticas Públicas

Participação	Frequência
Sim	46
Não	85
Não respondeu / Não se aplica	1
Total	132

Fonte: Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina, 2011.

Gráfico 16 - Participação em Conselhos de Direito e/ou Políticas Públicas



Fonte: Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina, 2011.

Pode-se, a partir destes dados, concluir que os profissionais da Grande Florianópolis são, em sua maioria, mulheres, brancas, católicas, heterossexuais, casadas, sem filhos, com renda familiar superior a R\$3000,00, sendo a composição familiar entre duas e quatro pessoas, com faixa etária superior a 30 anos, são estatutárias atuando na esfera pública municipal, com renda mensal entre R\$3000,00 e R\$5000,00. Vale ressaltar a pouca participação dos profissionais em espaços sócio-políticos.

2.3.2 O perfil dos profissionais entrevistados do interior do estado de Santa Catarina

Os dados obtidos no interior do estado não podem ser generalizados, uma vez que, como já explicado anteriormente, os critérios de participação foram distintos dos usados na grande Florianópolis. Serão aqui apresentados dados sobre o perfil dos assistentes sociais das seguintes regiões do estado: Oeste, Planalto Serrano, Sul e Vale do Itajaí.

Os grupos focais ‘A’ e ‘B’ realizados em Chapecó envolveram profissionais que atuam nas cidades de Chapecó, Xaxim e Planalto Alegre. Uma das profissionais atua regionalmente abrangendo municípios entre Videira e Dionísio Cerqueira. Esses grupos apresentaram os seguintes dados:

Quadro 1 - Perfil dos Profissionais Participantes dos Grupos Focais de Chapecó

Profissional	Idade	Vínculo empregatício	Natureza Jurídica da Instituição	Renda
1	44 anos	Estatutário	Público Estadual	R\$ 5.000,00
2	23 anos	Celetista	Associação sem fins lucrativos	R\$ 2.200,00
3	27 anos	Estatutário	Público Estadual	R\$ 2.000,00
4	45 anos	Estatutário	Público Municipal	R\$ 2.500,00
5	49 anos	Estatutário	Público Municipal	R\$ 2.000,00
6	40 anos	Celetista	Empresa Privada	R\$ 3.600,00
7	40 anos	Terceirizado	Associação sem fins lucrativos	R\$ 2.040,00
8	39 anos	Estatutário	Público Municipal	R\$ 2.040,00
9	35 anos	Celetista	Fundação Municipal	R\$ 2.200,00
10	29 anos	Celetista	Empresa Privada	R\$ 2.800,00

Fonte: Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina, 2011.

Em relação à idade dos profissionais participantes observa-se que três têm de 20 a 30 anos, quatro possuem idade entre 31 e 40 anos, e três de 41 a 50 anos. O vínculo empregatício da maioria destes profissionais é estatutário, somando cinco assistentes sociais; quatro são celetistas e um é terceirizado. Ao observar a relação com a natureza da instituição pode-se inferir que todos os participantes dos dois grupos focais que estão inseridos em instituições públicas são concursados e têm vínculo estável. Os celetistas estão nas empresas e Associações sem fins lucrativos e um profissional com vínculo terceirizado está em uma Associação sem fins lucrativos. A maioria dos profissionais (oito) possuem uma renda de R\$2000,00 a R\$3000,00; um recebe entre R\$3000,01 e R\$5000,00 e um recebe acima de R\$5000,00.

Os grupos ‘C’ e ‘D’ foram realizados em Lages com a participação de assistentes sociais das cidades de Lages e Palmeira.

Nesta região pode-se constatar uma maior precarização nas relações de trabalho, tanto no que se refere ao vínculo empregatício, quanto em relação ao salário que recebem. Um profissional atua na esfera pública federal, dois trabalham na esfera pública estadual, três estão em associações sem fins lucrativos, um atua numa Fundação Municipal e cinco, a maioria, atuam em instituições públicas municipais. Embora oito entre onze participantes atuem no setor público, o vínculo empregatício é bastante variável: apenas três são estatutários, dois possuem contrato temporário e três são celetistas. Entre os que atuam em associações sem fins lucrativos um é celetista e um presta serviços à instituição. Quanto à renda dos participantes, observa-se a média salarial baixa, sendo que nove recebem entre R\$1000,00 e R\$1500,00, um recebe entre R\$2000,01 e R\$3000,00 e um recebe acima de R\$3000,01. Tais informações podem ser visualizadas na seguinte tabela:

Quadro 2 - Perfil dos Profissionais Participantes dos Grupos Focais de Lages

Profissional	Idade	Vínculo empregatício	Natureza Jurídica da Instituição	Renda
11	31 anos	Estatutário	Público Federal	R\$ 1.000,00
12	49 anos	Estatutário	Público Estadual	R\$ 1.500,00
13	33 anos	Celetista	Público Municipal	R\$ 600,00
14	29 anos	Contrato temporário	Público Municipal	R\$ 1.000,00
15	37 anos	Prestação de serviços	Associação sem fins lucrativos	R\$ 1.600,00
16	38 anos	Desempregada ^{□*}	Associação sem fins lucrativos	R\$ 500,00
17	33 anos	Celetista	Público Estadual	R\$ 2.300,00
18	34 anos	Estatutário	Público Municipal	R\$ 1.400,00
19	36 anos	Celetista	Público Municipal	R\$ 1.200,00
20	37 anos	Celetista	Fundação Municipal	R\$ 3.500,00
21	26 anos	Empresa Privada ^{□*}	Associação sem fins lucrativos	R\$ 1.000,00
22	25 anos	Contrato temporário	Público Municipal	R\$ 1.000,00

Fonte: Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina, 2011.

Esta conclusão sobre a precariedade das relações de trabalho na região serrana deve levar em conta as diferentes formas de organização dos grupos focais, entretanto, os dados

[□] Está desempregada na área de Serviço Social.

apontam para uma tendência regional. Além disso, os assistentes sociais relacionam essa precarização ao contexto histórico da região, marcado pelo autoritarismo e pelas relações personalistas e coronelistas.

O quinto grupo focal (grupo ‘E’) foi realizado em Itapema. Deste participaram assistentes sociais que atuam nas seguintes cidades do Vale do Itajaí: Itapema, Balneário Camboriú e Itajaí. Assim como em Chapecó, um dos profissionais atua regionalmente, não identificando quais municípios. Neste grupo obtivemos os seguintes dados:

Quadro 3 - Perfil dos Profissionais Participantes do Grupo Focal Itapema

Profissional	Idade	Vínculo empregatício	Natureza Jurídica da Instituição	Renda
23	35 anos	Prestação Serviço / Autônoma	Associação sem fins lucrativos	R\$ 4.200,00
24	45 anos	Estatutário	Público Federal	R\$ 6.000,00
25	26 anos	Estatutário	Público Municipal	R\$ 1.600,00
26	29 anos	Estatutário	Dois Vínculos / Público Municipal	R\$3.700,00
27	27 anos	Comissionado	Público Municipal	R\$ 3.000,00
28	27 anos	Estatutário	Dois Vínculos / Público Municipal	R\$ 4.300,00
29	46 anos	Estatutário	Público Municipal	R\$ 1.500,00
30	28 anos	Estatutário	Público Municipal	R\$ 2.580,00

Fonte: Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina, 2011.

A faixa etária dos participantes do grupo de Itapema esteve assim dividido: cinco tem idade entre 20 e 30 anos, uma tem entre 31 e 40 anos e duas tem de 41 a 50 anos. Quanto à natureza jurídica da instituição onde atua, a grande maioria (seis) estão na esfera pública municipal, um está numa instituição pública federal e um atua em associação sem fins lucrativos. Dentre os que atuam no setor público municipal, cinco são estatutários e um é comissionado. Aquele que atua em instituição pública federal é estatutário. Um dos profissionais é prestador de serviços para uma associação sem fins lucrativos. Neste grupo dois profissionais relataram possuir dois vínculos empregatícios, ambos na esfera pública municipal. De acordo com os participantes, os baixos salários fazem com que estes profissionais busquem outros vínculos. Quanto à renda dos profissionais entrevistados,

constatou-se as seguintes informações: dois recebem entre R\$1000,00 e R\$2000,00; dois entre R\$2000,01 e R\$3000,00; três recebem entre R\$3000,01 a R\$5000,00 e uma recebe acima de R\$5000,01.

O último grupo (grupo 'F') realizado em Tubarão contou com a presença de oito profissionais que atuam nos municípios de Tubarão e Imbituba. A tabela a seguir retrata os dados obtidos.

Quadro 4 - Perfil dos Profissionais Participantes do Grupo Focal Tubarão

Profissional	Idade	Vínculo empregatício	Natureza Jurídica da Instituição	Renda
31	59 anos	-	Fundação Municipal	R\$ 2.000,00
32	46 anos	Celetista	Fundação Municipal	R\$ 5.600,00
33	56 anos	Estatutário	Pública Municipal	R\$ 838,00
34	52 anos	Celetista	Pública Municipal	R\$ 1.200,00
35	26 anos	Estatutário	Dois Vínculos: Público Municipal e Empresa Privada	R\$ 1.900,00
36	50 anos	Celetista	Fundação Municipal	R\$ 1.740,00
37	37 anos	Celetista	Pública Municipal	R\$ 1.300,00
38	44 anos	Celetista	Pública Municipal	R\$ 840,00

Fonte: Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina, 2011.

Observa-se a faixa etária predominante acima de 41 anos, sendo distribuído da seguinte forma: um possui idade entre 20 e 30 anos, um entre 31 e 40 anos, três de 41 a 50 anos e três de 51 a 60 anos. A maioria destes profissionais (cinco) atuam na esfera pública municipal sendo que há dois tipos de vínculo empregatício: dois são estatutários e três são celetistas. Um destes profissionais possui um segundo vínculo em empresa privada. Neste grupo houve um número significativo (três) de profissionais atuando em Fundação Municipal, sendo duas celetistas e uma não respondeu. Esta região também apresentou baixos salários, sendo que dois assistentes sociais recebem abaixo de R\$1000,00; cinco recebem entre R\$1000,00 e R\$2000,00 e um recebe acima de R\$5000,00.

Embora sejam bastante descritivos, os dados apresentados nos dois itens acima serão retomados ao longo do trabalho, sendo interpretados na relação com outros temas.

2.3.3 O rebatimento da cultura política no cotidiano dos assistentes sociais catarinenses

Conforme aponta Schwarz (2005), a cultura política no Brasil baseada no favor e na não incorporação dos valores democráticos pela burguesia nacional e pelo povo perpassou as instituições através da burocracia e justiça, de modo que estas se mantêm regidas pelas relações clientelistas.

Essas instituições em que os assistentes sociais atuam, representam espaços em que normas e objetivos são, na maioria das vezes, definidos verticalmente, determinando o cotidiano profissional como um movimento de correlação de forças.

Este item abordará o tema da construção de uma cultura política autoritária, clientelista, coronelista e assistencialista e sua interferência no trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina, a partir dos dados obtidos pela Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina.

Embora este não tenha sido o foco da pesquisa, este tema permeou os debates dos grupos focais e os questionários aplicados na grande Florianópolis, o que exige uma reflexão sobre sua incidência no cotidiano profissional.

Como não houve uma pergunta específica sobre cultura política, os dados apresentados neste trabalho sobre a grande Florianópolis referem-se às questões “há problemas que dificultam a realização do seu trabalho?”, “as condições de trabalho permitem a atuação segundo o Código de Ética?” e “quais suas expectativas quanto ao futuro da profissão?”. No interior do estado o assunto foi colocado em pauta ao responderem às questões sobre a realidade do município e sobre autonomia profissional.

Na pergunta “há problemas que dificultam a realização de seu trabalho?” um maior número de respostas fez menção a algum tipo de relação com a cultura política. Um número considerável de assistentes sociais apontou a fragmentação das políticas sociais, as mudanças de gestão e a conseqüente descontinuidade do trabalho, o assistencialismo, o direcionamento político assumido pelas gestões, e a relação político-partidária como dificultadores da atuação cotidiana. Os dados sobre esta questão serão descritos na íntegra no próximo capítulo, assim como a análise dos mesmos. As respostas relacionadas à cultura política especificamente estão descritas no quadro abaixo:

Quadro 5 - Problemas que dificultam a realização do trabalho - Cultura Política

Assistente Social	Respostas
552	Comprometimento dos dirigentes, cargos comissionados ocupados por políticos, desvalorização do serviço público, crises institucionais, políticas de poder (politicagem).
502	No Poder Público existem inúmeros fatores que acabam dificultando a realização de ações, a exemplo das diferentes posturas no enfrentamento das questões sociais.
100	Político-Partidária, sobretudo. Ausência de políticas públicas de proteção ao indivíduo. Antes da Constituição de 1988 era pior, mas hoje os Conselhos são frágeis e a luta por direitos, muitas vezes, se mistura com as políticas partidárias.
467	A questão do assistencialismo. Por ser uma instituição sem fins lucrativos e no começo de profissionalização.
952	Conscientização do gestor sobre o que é o serviço social, politicagem (influência política de algum partido na hora de garantir o direito do usuário).
906	Fazer com que as pessoas percebam o assistente social, não como uma moça boazinha.

Fonte: Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina, 2011.

Observa-se que seis profissionais apontam para questões políticas como dificuldades na atuação profissional, especialmente relacionadas às relações político-partidárias e ao assistencialismo que permeiam as instituições onde estão inseridos.

Quanto à questão “as condições de trabalho permitem a atuação segundo o Código de Ética?”, cinco assistentes sociais também relacionaram dificuldades em relação à questão político-partidária, além das relações clientelistas.

Quadro 6 - Condições de trabalho permitem a atuação segundo o Código de Ética? - Cultura Política

Assistente Social	Respostas
517	Dentro de uma instituição pública estamos limitados ao exercício profissional devido às políticas clientelistas que estão aquém de atingir as necessidades sociais da população atendida.
254	Pela direção política da gestão.
816	Muitas vezes falta interesse político, sendo colocada a atuação profissional em segundo plano.
395	Burocracia Institucional e o Contexto Político da instituição.
782	A instituição por ser de caráter Público Federal, há regras a serem seguidas de acordo com a política governamental vigente. Atualmente com políticas voltadas às parcerias público-privadas, a atuação profissional assume contornos que subvertem alguns princípios do Código de Ética quanto ao caráter da universalidade de direitos sociais na direção de uma ordem societária não-privatizante.

Fonte: Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina, 2011.

Observa-se que algumas características da cultura política brasileira são relatadas pelos profissionais. A assistente social 517 faz referência às demandas dos usuários atendidos e a intervenção ainda baseada no clientelismo.

Quando questionadas sobre “suas expectativas quanto ao futuro da profissão”, quatro assistentes sociais afirmaram a necessidade de ruptura com o clientelismo e o assistencialismo presentes na estrutura das políticas sociais.

Quadro 7 - Expectativas quanto ao futuro da profissão - Cultura política

Assistente Social	Respostas
347	Não penso em voltar atuar como assistente social. Há um distanciamento entre a teoria e a prática, minhas amigas estão insatisfeitas, falta condições de trabalho e se faz necessário romper com as políticas assistencialistas.
265	Firmar-me no mercado como assistente social, lutar mais pela valorização, pelas causas, não pelo assistencialismo.
384	Acredito que a LOAS fortaleceu bem o fazer profissional. Me decepciono com a idéia de assistente social como "moça boazinha", e nem reconhecem o Serviço Social como nível superior.
366	Se houver ou se continuar abertura na área empresarial ter muito trabalho. Se parar nos programas assistencialistas dos governos, não tem futuro.
355	[sic] uma efetiva inserção profissional na relação com as organizações da sociedade civil (em particular com aquelas que atuam nos Conselhos das Políticas Públicas), nos campos da formação e do exercício profissional. A superação dos mitos sobre as tarefas da profissão junto à realidade social dos usuários do Serviço Social. Conquistas da categoria profissional pela exclusão nos orçamentos da União, dos Estados, dos Municípios, do necessário aporte financeiro para realização de políticas públicas que superem as situações de empobrecimento material, político e cultural. Que a categoria profissional encontre mais urgentemente estratégias políticas de conhecimento crítico da realidade, estratégias de planejamento, de metodologia de ação, avaliação, apresentação de resultados capazes de impactar a participação do Serviço Social na sua relação interdisciplinar, institucional e segmentos organizados ou não da sociedade civil na consolidação de uma cultura política avessa as práticas de tutela e filantropia.

Fonte: Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina, 2011.

O depoimento da Assistente Social 347 aponta para o descontentamento dos profissionais devido às precárias condições de trabalho, assim como a fala da Assistente Social 355, demonstra a expectativa de organização da categoria para romper com estas práticas.

Nota-se, portanto, que dezesseis assistentes sociais da grande Florianópolis percebem no seu cotidiano profissional a interferência negativa das relações clientelistas, assistencialistas e político-partidárias.

Além destes dados, nos grupos focais cerca de dezessete profissionais (o que corresponde a 44%) entre as 38 entrevistadas relataram alguma relação com a cultura política local e sua interferência na atuação profissional, principalmente quando questionadas sobre a realidade do município e sobre a autonomia profissional.

Em Lages, município historicamente marcado por relações autoritárias, esta relação é exposta pelas profissionais:

(...) Isso está muito forte no nosso município, a questão assistencialista, na prefeitura, e político-partidária, uma questão muito histórica, de autoritarismo, de coisas que a gente pensou, quando está na faculdade, que não é real, e quando você vai para o mercado de trabalho você se depara com isso e é desesperador, (...), a articulação da rede e os profissionais infelizmente saem da faculdade e é muito difícil você chegar no mercado de trabalho e por em prática aquilo que você

aprendeu. Não por não conhecer, mas por medo, medo porque Lages é uma cidade pequena ainda e que todo mundo desconhece, geralmente os trabalhos são QI [quem indica], e isso dificulta muito o trabalho daqueles que estão necessitando da garantia de direitos e a gente fica muitas vezes de mãos atadas.(...) Muitas coisas conservadoras aqui ainda, conservadorismo mesmo e isso dificulta. (Participante 23)

(...) o interior mesmo é paupérrimo, a situação do pessoal do interior, a cultura, eles são... é triste mesmo a realidade do interior, ali na praça é mais a questão mesmo do assistencialismo, pessoas que já se acostumaram a ir todo dia bater na porta da prefeitura. Mas no interior tinha gente que nem conhecia os seus direitos, não sabia o que era... Sabe? Se fizesse qualquer coisa, eles morriam de agradecer, não sabiam que era um direito deles. Então toda essa questão... Bem, a gente cresceu muito no trabalho que fez, porque eles aprenderam que realmente eles tinham direito que não eram favores que estavam sendo prestados porque votou no prefeito X. (Participante 22)

Essa fala remete a pensar o assistencialismo como ação baseada na ajuda aos necessitados, que não reconhece o direito social, servindo às relações políticas eleitorais fundando-se no clientelismo e no paternalismo (YAZBEK, 2009). Sposati (1990) afirma que como atividade de ‘benesse’, doação, esta relação “supõe sempre um doador e um receptor. Este, é transformado em um dependente, um apadrinhado, um devedor (...)”. A partir destes depoimentos, retoma-se também as respostas citadas nos quadros cinco e sete das assistentes sociais 384 e 906 respectivamente, já que esta concepção de direito social contribui para o reconhecimento do profissional como ‘a moça boazinha’ ou como um profissional fiscalizadora.

A não incorporação da noção de cidadania pela burguesia nacional se estende à classe trabalhadora. Embora, como aponta Oliveira (1999), todos os esforços da construção de uma esfera pública tenha partido das classes dominadas. Vale retomar também as discussões de Coutinho acerca da formação brasileira e o conceito de “revolução passiva” em Gramsci no qual a ampliação do Estado se deu em detrimento da Sociedade Civil.

Outra profissional descreve a cultura política de sua região:

A nossa região tem uma cultura clientelista, assim muito do favor. Então, a era dos coronéis ainda não passou muito aqui pela região, principalmente nos municípios do interior, menores, que não são pólos. Eu trabalho no município de [nome do Município] então assim, o assistente social do município, ele teve que batalhar muito para hoje estar numa linha de status, vamos chamar assim, em que ele consegue negociar com o prefeito, com o contador e que ele consegue assegurar o recurso. Porque é essa questão mesmo, é secretário que assume o social e acha que pode fazer o trabalho, trabalho técnico. E cada mudança política começa tudo de novo, é as primeiras damas que ainda tem... é uma cultura muito arraigada na nossa região, tradição, vamos dizer assim, política, que influencia e influencia muito, a prefeitura, os vereadores, e em municípios pequenos tem um peso grande. (Participante 11)

A fala da *Participante 11* pode ser relacionada com a noção de favor apontada por Schwarz como nossa ‘mediação quase universal’. Como herança histórica, as relações clientelistas interferem na atuação dos assistentes sociais, que muitas vezes se vêem limitadas no seu exercício profissional.

Embora tenha suas raízes no Brasil colonial, estando originalmente relacionadas ao meio rural, as relações clientelistas, foram incorporadas, historicamente, nas instituições Estatais, sendo que o processo de troca de favores foi adotado nos procedimentos burocráticos, garantindo não apenas o controle de fluxo de recursos materiais na sociedade, mas também garantindo a “sobrevivência política do corretor local. Todo o conjunto de relações característico de uma rede está baseado em contato pessoal e amizade leal” (NUNES, 2003, p. 33). Ainda segundo Nunes, o clientelismo diz respeito a um tipo de relação social, que tem na desigualdade seu fundamento: os camponeses, por não possuírem terra vivem uma condição de subordinação em relação aos coronéis³, gerando “uma série de laços pessoais entre eles, que vão desde o simples compadrio à proteção e lealdade política”. Esta ‘tradição’ permanece presente, mesmo após o processo de urbanização e industrialização.

No mesmo município foi possível perceber um diálogo entre duas profissionais sobre a cultura local. Durante o debate sobre a falta de políticas sociais na cidade, uma profissional afirma, em relação aos usuários:

(...)mas eu também vejo além disso, um pouco comodista também, que já se conformou com aquela situação de miserabilidade. Um pouco também desmotivados, por que muitos deles você orienta, e eles não querem te ouvir. Também tem o outro lado. (...) Aqui em [Município], talvez falte políticas públicas, (...), mas eles também são muito de pedir, de querer (...).(Participante 16)

Logo em seguida, outra participante, discordando desta noção de ‘comodismo’ da população’ resgata o processo histórico da região, retomando a questão da cultura política:

Isso também é a questão histórica, a gente viveu aqui a cultura da fazenda. Quem era essa pessoa que é comodista hoje? (...) E a gente traz muito essa herança, o nosso povo tem muito essa herança da não necessidade de acumulação. E associado a isso, a cultura (...) que eu falava: ele era peão da fazenda, o patrão era dono de gente e de bicho; ele não se preocupava com nada, ele tinha que trabalhar e com a devoção extrema, por que o patrão era padrinho do filho, então a gente vê muito essa questão da devoção, e isso a gente percebe hoje no que... Vê nas eleições, aquele apadrinhamento, a família toda fecha e vota no fulano, que o compadre, que é o conhecido, isso é evidente, isso a gente tem que conhecer. Nós assistentes sociais temos que conhecer a história, se a gente não estiver colado com a história, ligado com a história da nossa região, ou da região onde você vai atuar, por que eu posso conhecer um pouco daqui, mas eu posso não conhecer lá do outro lado, se eu trabalhar lá eu tenho que conhecer a história para saber quem são esses sujeitos, e como trabalhar com eles. Eu vivencio muito. Tem dias que

³ Embora o autor utilize o termo *patron*, aqui prefere-se a denominação coronel, já que se refere a um processo histórico brasileiro.

“você chega lá e você quer resultado, mas resultado para quem, é para mim, é pra ele, é realmente aquilo que eu quero? E essa questão de esperar fazer, os nossos políticos aqui, realmente reforçaram e reforçam muito essa questão do pedir, da benevolência, e não trabalham na perspectiva, nossos administradores, gestores, os políticos, de criar novas oportunidades para essas pessoas, e isso em vários anos, não é de hoje. (Participante 11)”

A Participante 11 em seu depoimento resgata a importância do reconhecimento sobre a realidade dos municípios em que os assistentes sociais atuam, além de salientar a perpetuação de uma determinada cultura política por parte dos gestores locais. A partir desta fala retoma-se o debate sobre a formação histórica de Santa Catarina. Goularti Filho (2007) afirma que no planalto serrano, os caboclos, resultado da miscigenação do branco (bandeirantes, tropeiros gaúchos, açorianos) com índio (guaranis e kaingang)

passaram a viver nas fazendas sob os ditames dos senhores ou ficavam embrenhados na mata junto com índios e forasteiros, em condições precárias, num ambiente hostil. As condições materiais contribuíam para formar um indivíduo mais próximo a natureza e afastado do urbano. O seu ritmo de vida era ditado pelo tempo natural e não pelo tempo racional. Com isso, foi criando-se em torno da figura do caboclo um estigma de vadio, violento, atradado, relaxado, deconfiado, entre outros. (Idem, p.112).

Segundo o autor, nesta região criou-se uma relação distante entre o fazendeiro e o caboclo, baseados no mandonismo local. Para melhor compreender esta relação, José Murilo de Carvalho (1997, p. 3) conceitua o mandonismo como a

existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política.

Embora esteja conectada à constituição das sociedades rurais, toda a estrutura do mandonismo acompanhou o processo de urbanização do estado que teve como consequência um maior número de desempregados, a precarização das condições de trabalho, moradia, alimentação do proletariado, o que contribuiu para a consolidação destas relações clientelistas e personalistas.

Resgatando o processo de formação de Santa Catarina, observa-se a presença de relações autoritárias na relação entre Estado e Sociedade Civil. Predominou em todo o estado uma relação étnica em que, conforme apontado anteriormente, os nativos foram incorporados aos processos de produção capitalistas para desempenharem as atividades mais arriscadas e menos desejadas (Goularti Filho, 2007). Os imigrantes, conforme apontamos no primeiro capítulo chegam ao Brasil e, especificamente a Santa Catarina com uma cultura capitalista e com alguns domínios industriais e, não fomentando o conflito, se inserem na sociedade

brasileira articulando-se com esta estrutura autoritária. As outras regiões do estado, colonizadas por alemães e italianos principalmente, portanto, também sofrem a interferência das relações clientelistas e do assistencialismo.

No Oeste catarinense o tema da cultura política também foi abordado pelas assistentes sociais. Nesta região marcada por episódios de resistência dos trabalhadores, sendo palco da Guerra do Contestado e de alguns enfrentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (surgido na década de 1980, o movimento possui alguns assentamentos na região), a interferência política também faz parte do cotidiano dos profissionais.

(...)Mas, nós sofremos um pouco dessa interferência política, assim. Porque as vezes, o próprio usuário, ele chega no determinado setor, e ele quer ser atendido prontamente, ele não quer esperar a ordem, porque é por ordem de chegada o atendimento. (...) às vezes, esse usuário, já veio encaminhado por um vereador. Então dentro do município a gente sofre, essa influencia política. E ele chega com toda a propriedade, ele quer ser atendido prontamente, e já tem uma equipe, que a gente chama a nossa turma de choque ali. Os monitores sociais que já acalmam essa pessoa, eles não, aqui é assim, é por ordem de chegada, o Sr. Tem que fazer o cadastro, tem que trazer todos esses documentos, a gente já tem tudo aquilo, já entrega pra pessoa, não é assim. Ah, mas foi o vereador tal que me encaminhou. Bom, quando é o vereador a gente consegue se livrar, mas quando vem indicado por uma gerente que está acima de nós. Ou seja, um chefe superior da fundação, aí a coisa complica, por quê? Se você não atender aquela pessoa, não der um jeito de atender aquelas pessoas. Essa pessoa vai sair dali já com o celular, vai ligar e você vai ter que atender. Então muitas vezes você recebe um telefonema que vem de cima, e diz: - estou mandando aí o fulano. Atenda. Já fiz aqui a seleção, digamos assim, conceda o benefício que ele está solicitando. Você tem que atender prontamente, isso nós não temos autonomia.(...) Vamos dizer assim, nos últimos anos, 2 anos, até não tem tido tanta demanda de gabinete. Mas há quatro anos, era incrível, toda semana tinha caso de gabinete. Ia no gabinete, reclamava, aí o gabinete ligava.(...). (Participante 1)

Neste depoimento percebe-se a relação contraditória entre a política do favor e a transparência do público. Aqui retoma-se também o papel que assumiu no Brasil o Poder Executivo e as figuras ‘chefes’, que para manter sua rede de apoio, consolida as relações personalistas, interferindo no acesso aos direitos da população e na autonomia profissional dos assistentes sociais.

Outra profissional da mesma região relata a centralização do poder e o processo eleitoral no município onde vive.

Tem uma coisa, falo porque eu nasci em [nome do Município] e vivi em [nome do Município] por muito tempo, tem uma coisa que tanto em um partido quanto o outro circula, entre as famílias tradicionais há tempos. As relações de força estão concentradas na mão de uma elite do município e o que diferencia são interesses pessoais, eu acho que o projeto político é o mesmo, não vejo diferença entre um e outro se for pensar, alguns detalhes diferentes mas no cerne o fundo é mesma. (...) Em [nome do Município] as eleições, é um caso sério, rola muito dinheiro. É bem no coronelismo mesmo. Gente, é horrível! (Participante 9)

Nos grupos focais de Chapecó, a questão político-partidária e eleitoral foi um tema de debate. A partir do depoimento da Participante 9, pode-se fazer uma aproximação com Martins (1981, p. 46) que caracteriza o coronelismo como “um rígido controle dos chefes políticos sobre os votos do eleitorado, constituindo os “currais eleitorais” e produzindo o chamado “voto de cabresto”. Isto é, o eleitor e o seu voto ficavam sob tutela dos coronéis, que deles dispunham como coisa sua”. Embora tenha sido uma característica da Nova República (o que remonta a instituição da ‘Política dos Governadores’), como foi apontado no capítulo anterior, nota-se que esta forma de organização ainda está presente na política catarinense. Com esta organização a construção de uma esfera pública, se vê ainda mais abalada, devido à prevalência dos interesses privados.

As relações coronelistas perpassam também os setores privados, em que o controle sobre o trabalhador extrapola as relações de produção. A Participante 10 fala sobre a relação entre as indústrias locais e a organização partidária do município:

Tem uma outra coisa, que onde as empresas vão se aproximando de um e outro partido, então também é o que define: o [empresa] apoiava tal partido, então.... os funcionários vestiam a camisa, saíam brigando com os vizinhos. (Participante 10)

Além de Chapecó e Lages, os grupos de Tubarão e Itapema também relataram a interferência das relações político-partidárias no cotidiano profissional. Em Itapema o predomínio da construção civil e do turismo como atividades econômicas modificou a dinâmica da cidade, que no início vivia da pesca artesanal e agricultura de subsistência. O crescimento sem planejamento estatal gerou impacto sobre essa população que pela poluição da praia e rios teve suas atividades de pesca limitadas. Além disso, há uma flutuação muito grande de população devido ao turismo e os interesses do mercado imobiliário são os privilegiados atualmente (PEREIRA, OLIVEIRA, WESTERLON, 2002). As relações político-partidárias são expostas pela Participante 28 do grupo focal de Itapema.

(...) Mas é bem difícil por que o enfrentamento em alguns momentos ele é político-partidário e esse que é o ruim. Por que quando ele é só um enfrentamento político, tudo bem, mas ele, quando ele passa pra esfera partidária ele é complicado (...).(Participante 28)

Esta fala retrata uma vinculação da noção do tema político-partidário com os grupos detentores do poder, não relacionando apenas ao direcionamento ideológico que os partidos políticos assumem.

No grupo focal de Tubarão as relações clientelistas também são apontadas como aspectos da cultura política local:

Só que também tem esse lado também cultural, muito forte na nossa região, (...) ainda tramitamos junto com essa questão clientelista, da política partidária, do domínio de poderes já enraizados, históricos e de famílias na região, e que afeta o cotidiano do profissional e o reconhecimento. (Participante 33)

O desemprego é muito forte aqui. Eu trabalho no CRAS, na proteção básica, e muitas famílias que a gente atende que é a questão do desemprego mesmo. A questão da cesta básica é muito forte no município, acaba sendo assistencialismo mesmo, mas são benefícios que existem e a gente faz todo um trabalho com a família para que não continue sendo aquela caridade, está conversando sempre com a população. (Participante 35)

Vale ressaltar que esta região teve as primeiras intervenções por parte do Estado e do patronato local devido às precárias condições nas quais viviam os operários das minas. Não apenas os nativos, mas os colonos agricultores também venderam suas pequenas propriedades para vender sua força de trabalhos às companhias mineradoras. Novamente, afirma-se que a atual precarização das condições de trabalho contribuem para a perpetuação destas relações assistencialistas.

Nota-se a partir do depoimento das assistentes sociais que o contexto político em Santa Catarina ainda é permeado por uma cultura política claramente autoritária. As características clientelistas e assistencialistas estão presentes em todas as regiões onde ocorreu a pesquisa, embora haja uma prevalência no Oeste e no Planalto Serrano catarinense. Além dos dados aqui expostos, este tema foi abordado relacionado com a questão da autonomia profissional e das políticas sociais nos municípios. Desta forma, o próximo capítulo também apresentará dados que constata a relação da cultura política com a construção das políticas sociais e seu rebatimento no cotidiano profissional.

3 A RELAÇÃO DA CULTURA POLÍTICA COM A CONSTRUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS E O REBATIMENTO NO COTIDIANO DOS ASSISTENTES SOCIAIS EM SANTA CATARINA

3.1 AS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

O assistente social como trabalhador assalariado, inserido na divisão sócio-técnica do trabalho, depende da venda de sua força de trabalho às instituições que dela necessitem. Como uma profissão inserida no processo de reprodução das relações sociais, o exercício profissional do assistente social deve ser analisado a partir de uma perspectiva que reconheça os interesses de classe que polarizam o seu cotidiano (YAZBEK, 2009, p. 4).

Faleiros (2008) já apontava em 1985 a relação do assistente social com as instituições sociais públicas, em que o Estado se consolidava como maior comprador da sua força de trabalho. Esta tendência se mantém ainda hoje, como observa-se no perfil das assistentes sociais desta pesquisa.

Na medida em que o Estado vai incorporando e regulamentando as reivindicações dos trabalhadores, o campo de atuação do Serviço Social se amplia, assumindo seu lugar na execução e/ou gestão das políticas sociais por ele implementadas. De acordo com Behring e Boschetti (2008), a relação do Serviço Social com as políticas sociais teve início com a intervenção estatal a partir da década de 1930, como enfrentamento das latentes expressões da questão social, e a necessidade de profissionais que pudessem intervir sobre estas expressões, o que garantiu a profissionalização do Serviço Social. A relação com as políticas sociais, entretanto, não se limita à incorporação de profissionais em Instituições Públicas, mas também nas Instituições Privadas e Organizações da Sociedade Civil, uma vez que a implementação de tais políticas são constituídas nas relações entre Estado e Sociedade Civil.

Embora os direitos sociais tenham sido resultado da luta dos trabalhadores, esteve atravessado pelas marcas do escravismo, e já que as classes dominantes não haviam incorporado a noção de democracia, a defesa desses direitos tornou-se um cenário complexo.

Conforme apontado no primeiro capítulo, a década de 1930 serviu como um grande divisor de águas no que tange à intervenção estatal sobre a questão social. A movimentação

da classe trabalhadora teve como resposta além da repressão, uma ‘contra-revolução’ na qual as classes dominantes assumem a necessidade de intervenção sobre o social.

Neste capítulo, o objetivo é compreender a interlocução entre cultura política e política social e seu reflexo no exercício profissional dos assistentes sociais catarinenses. O vínculo entre políticas sociais e serviço social se inicia em 1930 com a intervenção estatal, mas foi a partir da década de 1980 que a produção do conhecimento sobre o tema se ampliou.

Aqui, abordar-se-ão algumas definições de política social e o processo histórico de construção da mesma no Brasil.

Para Potyara Pereira (2000, p. 125), no Brasil as políticas sociais “tiveram a sua trajetória em grande parte influenciada pelas mudanças econômicas e políticas ocorridas no plano internacional e pelos impactos reorganizadores dessas mudanças na ordem política interna”. Esta característica não permitiu que o país se apoiasse nas pilastras do pleno emprego e na universalidade dos serviços sociais e nem consolidasse uma rede de proteção que impedisse a queda ou redução da pobreza. Além disso, o fato da concepção democrática ainda ser frágil no país, os momentos de maior expansão das políticas sociais aconteceram em períodos contrários à instituição da cidadania: “durante os regimes autoritários sob o governo de coalizão conservadoras” (Idem). A compreensão sobre o processo histórico da intervenção estatal é analisada por Potyara Pereira em cinco momentos: período lassefariano; período populista/ desenvolvimentista; período tecnocrático-militar, período da transição para a democracia liberal e período liberal.

Outro autor que contribui para o debate acerca das políticas sociais é Vicente Faleiros que, parte da concepção de Gramsci para compreender a política social como “relação do Estado com a sociedade e a economia, tomando como referência o processo de acumulação do capital e de hegemonia, ou seja, a direção dominante do bloco no poder em suas relações econômicas e políticas internacionais e nacionais” (1980, p. 43). Ele afirma que

as políticas sociais se referem, em uma primeira aproximação, ao processo de reprodução da força de trabalho através de serviços e benefícios financiados por fundos a eles destinados. Esta reprodução, quando estruturada pelo Estado capitalista, é um mecanismo distributivo de renda ou riqueza socialmente produzida, sob a forma de benefícios, proteção e serviços, sem que sejam afetadas, entretanto, as relações de produção capitalistas. Os mecanismos distributivos exprimem a correlação de forças existentes na sociedade e no próprio aparelho estatal, mas têm uma dimensão legitimadora do próprio Estado e governo.

O autor descreve também as funções da política social no sistema capitalista. A função ideológica: ao mesmo tempo em que há certa distribuição de renda, as políticas sociais servem para estigmatizar, controlar e esconder da população as relações dos problemas sentidos com

o contexto global da sociedade. Além disso, as políticas sociais teriam a função de servir como contra-tendência à baixa tendência do lucro, valorização da força de trabalho, reprodução das desigualdades, manutenção da ordem social e atendimentos das reivindicações dos trabalhadores. As políticas sociais na relação entre Sociedade Civil e Estado são analisadas como estratégias de governo, sendo determinadas por condições objetivas, dependendo da conjuntura e da correlação de forças presentes entre as classes (FALEIROS, 1980).

Pode-se citar ainda a produção de Evaldo Vieira sobre as políticas sociais. Segundo ele, a política social refere-se à

estratégia do Estado brasileiro. Trata-se de estratégia voltada para o chamado desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, para atuar na correlação de forças sociais, seguindo as determinações daquele desenvolvimento. Considera-se, portanto, que qualquer política social aplicada pelo governo representa, de certa maneira, as relações entre o Estado e a Economia, durante a época em questão (1987, p. 10).

Vieira (2004, p. 140) ressalta que o aparecimento da política social no capitalismo como estratégia governamental de intervenção, esteve atrelada à mobilização dos operários, ao longo das primeiras revoluções industriais no século XIX.

Observa-se que embora os autores acima citados possuam diferentes conceitos sobre a política social, alguns fatores podem ser resgatados em todos: é própria do sistema capitalista e tem sua criação a partir da emergência da classe trabalhadora na cena política, o que demandou respostas do Estado. As políticas sociais, portanto, estão inseridas num contexto de correlação de forças entre Sociedade Civil e Estado e seus avanços, ou retrocessos, estão vinculados à conjuntura histórica.

Behring e Boschetti (2008, p.9) também fazem um resgate sobre os fundamentos e história da política social. As autoras analisam a política social “relacionada à configuração da questão social – aqui compreendida como expressão das relações entre produção e reprodução social no capitalismo – e às respostas das classes sociais e do Estado”. Elas afirmam, ainda, que

se a política social tem relação com a luta de classes, e considerando que o Brasil, apesar de importantes momentos de radicalização, esteve atravessado pelas marcas do escravismo, pela informalidade e pela fragmentação / cooptação, e que as classes dominantes nunca tiveram compromissos democráticos e redistributivos, tem-se um cenário complexo para as lutas em defesa dos direitos de cidadania, que envolvem a constituição da política social (2008, p.79).

O debate sobre a relação do Estado com a Sociedade Civil (que abrange a organização atual das políticas sociais) pressupõe uma análise a partir das particularidades da formação social, econômica e política brasileira, que como apontado anteriormente, se inseriu no contexto de um capitalismo dependente, marcado pelo autoritarismo, pelo clientelismo e pela burocracia.

De acordo com Moljo (2005), a intervenção do Estado nos anos 1930 se deu através de programas influenciados pelo clientelismo, baseados no favor e de caráter meritocrático. Pereira (2000), classifica o período que vai até 1964 como o período populista/desenvolvimentista e afirma que a principal característica deste período foi a passagem da economia agroexportadora para urbano-industrial. A intervenção limitou-se a “reparações tópicas e emergenciais de problemas prementes ou a respostas morosas e fragmentadas à reivindicações sociais dos trabalhadores e de setores populacionais empobrecidos dos grandes centros urbanos” (Idem, p.128). Faleiros que denomina o período entre 1930 e 1960 como período de implantação do sistema de seguro social para setores da classe trabalhadora, afirma que a

revolução liderada por Getúlio Vargas (1883-1954) mudou o bloco do poder e, mesmo de forma heterogênea, direcionou a política no sentido de transformar as relações Estado/sociedade para a integração do mercado interno e desenvolvimento da industrialização, mantendo, ao mesmo tempo, a economia de exportação de produtos agrícolas, sem romper a dependência dos países centrais (2000, p.45).

Vieira que caracteriza este período como “o trabalhismo de Vargas”, ressalta que a intervenção preconizada por Vargas através do reconhecimento legal da questão social e da criação da legislação trabalhista, tinha como objetivo superar as dificuldades econômicas mais sérias para que fossem “dominadas as inquietações sociais mais perigosas à ordem pública” (VIEIRA, 1985, p.32).

Nos anos 1930 e 1940, algumas medidas de proteção social foram tomadas, tais como a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, da carteira de trabalho, dos Institutos de Aposentadoria e Pensão, a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho, entre outras. Embora o Estado tenha incorporado algumas reivindicações dos trabalhadores, o caráter autoritário permaneceu. Os sindicatos permaneceram atrelados ao Estado; no governo Dutra o Partido Comunista do Brasil foi fechado e teve seus deputados cassados; operários, políticos, estudantes, intelectuais, etc. foram brutalmente reprimidos em suas manifestações (IANNI, 2004).

Na década de 1950 a função do Estado muda e propõe-se uma intervenção mais ativa com uma política econômica favorecendo o crescimento das indústrias nacionais e a

instalação de indústrias estrangeiras (MOLJO, 2005, p.174). Sob forte influência do desenvolvimentismo, este período foi marcado pela internacionalização do capital, consolidando no país um capitalismo dependente. De acordo com Pereira (2000, p.129) “a ausência de planificação central, mesmo que indicativa, continuou sendo a marca da proteção social brasileira até 1954”. No governo de Kubitschek o eixo trabalhista adotado na Era Vargas se desloca para as demais áreas sociais, mas ainda de forma incipiente. Vieira (1987, p.73) afirma que “o ideário político de Juscelino baseava-se na manutenção da ordem legal, na consolidação do regime democrático, no alinhamento com denominado ‘mundo livre’, na inevitabilidade do auxílio do capital estrangeiro ao Brasil e no desenvolvimento”. De acordo com o autor, durante o seu governo houve um desinteresse pelas políticas sociais, a conservando linha dos governos anteriores.

Nos anos 1960 o Brasil vive um momento de estagnação econômica como herança do período anterior. A mobilização das massas em torno das reformas de base no governo Goulart, a criação do Estatuto do Trabalhador, do 13º salário, do salário-família, etc., geraram uma divisão entre dois modelos: de um lado um movimento progressista que privilegiava as reformas democráticas e, do outro a alternativa que privilegiava a reprodução de um capitalismo dependente (MOLJO, 2005, p.174). Os setores conservadores, tementes pela instalação de um sistema socialista, após notarem a forte mobilização popular, se articularam à burguesia industrial, à classe média e às velhas forças agromercantis num movimento contra Goulart. Esta “união” teve como resultado o golpe militar de 1964, que inaugura um padrão político-administrativo autoritário no país.

No período que compreende 1964 a 1985, o Estado tem seu caráter populista substituído pela tecnocracia e pela centralização. Pereira conceitua este momento como período tecnocrático militar, enquanto Faleiros prefere a denominação de período da ditadura: complexo militar-industrial-assistencial. O liberalismo conservador, inicialmente adotado pelo Estado, é renegado e substituído por uma direção política autoritária. Nesse período há uma continuidade do período desenvolvimentista, com a valorização do capital estrangeiro. Os trabalhadores foram afastados das decisões do Estado e a política social passa a ser vista como decorrência do desenvolvimento econômico. Dentre algumas medidas, podemos citar:

O arrocho salarial, redução das inversões públicas; controle de crédito, do aparelho arrecadador e do sistema tributário; estatização de áreas de infraestrutura, de indústria pesada e de insumos básicos (...); esvaziamento do poder de pressão dos sindicatos e de suas funções específicas; proibição de greves e substituição da Justiça do Trabalho pelo Executivo Federal no processo de decisão dos reajustamento salariais (MOLJO, 2005, p. 136)

Todos os programas sociais criados durante o período da ditadura militar integravam a ação estatal, mas tinham o objetivo de atender aos interesses dos empresários, sendo executados pela esfera privada. Segundo Vieira (1987, p.232) a partir de 1964 “a política social consistiu sobretudo em controle das populações carentes, apesar de grupos e entidades atuarem em sentido contrário, em momento propícios”.

A Doutrina de Segurança Nacional interferiu nas relações dentro do Estado e na sociedade civil, estabelecendo uma cultura política, que “privilegiou relações de hierarquia, de poder, de desigualdade e de desconfiança, entendendo que ‘inimigo’ pode localizar-se em qualquer âmbito, dentro e fora do país” (MOLJO, 2005, p.174-175). O Ato Inconstitucional 5 (AI5) que em 1968 concedeu ao regime militar poderes absolutos, fortalecendo ainda mais seu caráter repressivo, com a censura à imprensa, à música, ao teatro e ao cinema; com a proibição de manifestações políticas e com a permissão ao presidente de decretar interventores em estados e municípios e recesso do Congresso Nacional e Assembléias Legislativas. Este decreto foi revogado somente em 1978. Oliveira (1999, p. 64) afirma que “o golpe de Estado de 1964 e toda a sua duração não foram senão o esforço desesperado de anular a construção política que as classes dominadas haviam realizado no Brasil.”

A década de 1970 e metade dos anos 1980 estiveram marcadas pela instituição dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) e pelo fortalecimento do autoritarismo. No campo social, data desta época a criação do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) que significaram “um arranjo administrativo calculado”, uma vez que serviu para amenizar os conflitos entre capital e trabalho, além de retirar o cunho político das questões trabalhistas (PEREIRA, 2000). A atenção aos mais pobres, com o intuito da manutenção da elite no poder e da legitimação do crescimento econômico, também se estendeu através da criação da Central de Medicamentos, do Programa de Assistência Social ao Trabalhador Rural, do fundo social que visava os problemas de moradia, dos programas semiprofissionalizantes e da universalização do ensino de primeiro grau.

Esta maior intervenção do Estado exigiu também a criação de instituições encarregadas da nova “estratégia social”: “as reformas institucionais que acompanharam essa modificação resultaram na reestruturação da máquina estatal, privilegiando o planejamento direto, a racionalização burocrática e a supremacia do saber técnico sobre a participação popular” (Idem, p. 135).

De acordo com Nogueira (2006, p.180):

os governos militares reproduziram os traços mais perversos da história nacional e criaram muitas outras mazelas. Suas escolhas fracionaram a sociedade em compartimentos estanques, presos a interesses particularistas e desejosos de um diálogo direto com o Estado, sem a mediação de partidos ou de instituições representativas. Tornaram extremamente complexa a trama política e extremamente desgastante o jogo em torno do poder. (...) A recessão posterior ao fracasso do milagre econômico fez com que o país ingressasse numa espécie de guerra de todos contra todos. E foi essa sociedade que, alguns anos depois experimentou a transição democrática. Em decorrência disso, o processo de democratização não conseguiu encontrar base e impulso para se desenvolver de maneira acelerada ou impetuosa.

A partir da metade dos anos 1980, o surgimento de um movimento operário popular e ativo tendo como pauta o retorno às liberdades democráticas, a afirmação dos direitos sociais e da soberania nacional, etc.; além da necessidade de uma reorganização institucional caracterizaram a chamada “transição democrática”. Pereira denomina este período como “transição para democracia liberal”, e Faleiros analisa-o como “período da Constituinte”. A convocação da Assembléia Nacional Constituinte em 1986 trouxe para o debate a organização de um Sistema de Seguridade Social, além da “instituição de um padrão administrativo e financeiro descentralizado, mediante o qual seriam criados canais institucionais de participação social e política da população” (NOGUEIRA, 2006, p. 148). A promulgação da Constituição de 1988 incorporou conceitos que redefiniram a política social brasileira, dentre estes, podemos citar: ‘direitos sociais’, ‘seguridade social’, ‘universalização’, ‘equidade’, ‘descentralização político-administrativa’, ‘controle democrático’ e ‘mínimos sociais’ (Idem).

Embora a Constituinte tenha refletido um processo de disputa de hegemonia e tenha contemplado alguns avanços, a necessidade de posterior regulamentação de alguns direitos, serviu para que as classes dominantes pudessem impor seus interesses, principalmente voltados à lógica do capital, não garantindo alguns princípios da Carta.

Os anos 1990, de acordo com Behring e Boschetti (2008), foram de contra-reforma do Estado, com a incorporação do pensamento neoliberal. Utilizando um discurso sobre a necessidade de ‘reformas’ no Estado brasileiro, várias ações tiveram em vista a defesa do mercado e do capital. O neoliberalismo pressupõe a naturalização do ordenamento capitalista e das desigualdades sociais e no âmbito social expressou um retrocesso histórico de desmonte das conquistas sociais acumuladas, resultantes de embates históricos das classes trabalhadoras, principalmente através da refilantropização do social e da transferência da responsabilidade do Estado sobre as necessidades sociais para o mercado.

Chico de Oliveira (1999) avaliando o governo de Fernando Henrique Cardoso e o processo de privatização nesse período, afirma que a “privatização do público é uma falsa consciência de desnecessidade do público”. As aparências de que o Estado só se sustenta

como uma extensão do privado são contrapostas ao processo real em que “a riqueza pública, em forma de fundo, sustenta a reprodutibilidade do valor da riqueza, do capital privado”. O autor ainda afirma que no processo de privatização no Brasil,

a subjetivação descrita é uma privatização da esfera pública, sua sua dissolução, a apropriação privada dos conteúdos do público e sua redução, de novo, a interesses privados. Não é por outra razão que as medidas de privatização, de dissolução da esfera pública, de destituição de direitos, de desregulamentação, por parte das burguesias e dos governos, encontram resistência social que não se transforma em alternativa política. (...) sua passagem para a política se vê dificultada justamente porque a ruptura da relação de conflito é anulação da política (OLIVEIRA, 1999, p. 58).

Os anos 2000 também sofrem a interferência do neoliberalismo. No cenário atual há uma tendência como aponta Behring e Boschetti (2008) de crescimento com os gastos com prisões e polícia e um enxugamento dos gastos sociais, de forma que as respostas às demandas das classes trabalhadoras ainda são tímidas, focalizadas e residuais.

Behring (2009, p. 11) retomando a obra de Sônia Draibe (1988), afirma que o neoliberalismo vive uma segunda fase na qual os programas sociais são propostos a partir do “trinômio articulado da focalização, privatização e descentralização (...). Uma política social residual que soluciona apenas o que não pode ser enfrentado pela via do mercado, da comunidade e da família”.

Este redirecionamento das políticas sociais implica na precarização das condições de trabalho dos assistentes sociais que atuam nas instituições públicas, considerando seu “(des)financiamento” e seu caráter residual.

Assim, convive-se com salas sem condições de sigilo, móveis antigos, ausência de equipamentos e de condições de registro, falta de manutenção, de material de consumo e de investimento em bens de capital e equipamentos. Ao lado disso, tem-se a tendência de uma redefinição do próprio trabalho profissional, reduzido ao plantão de emergência, à ambulância que tenta salvar as vítimas do ajuste e ao monitoramento da terceirização do trabalho desprofissionalizado, realizado junto aos usuários por ONGs e congêneres. Não há tempo assegurado para estudar e refletir, para desenvolver projetos de grupalização e organização junto aos usuários. (Idem, p. 12).

No campo privado há um intenso processo de precarização do trabalho com a contratação temporária, ou até mesmo voluntária. Ao mesmo tempo “são convocados a serem gestores de benefícios e a trabalharem no chão de fábrica nas múltiplas estratégias de passivização dos trabalhadores, que devem vestir a camisa da empresa” (BEHRING, 2009, p. 20).

No âmbito da sociedade civil, algumas vezes os profissionais são contratados com melhores condições de trabalho, embora não possuam critérios universais de atendimentos o que pode se tornar um processo de refilantropização da assistência (Idem).

A desresponsabilização do Estado que é acompanhada de uma “responsabilização abstrata da ‘sociedade civil’ e da ‘família’ pela ação assistencial” concedida às organizações não-governamentais e ao chamado terceiro setor (NETTO, 2006 *apud* Behring, 2009, p. 22).

Estas características presentes na sociedade atual quando relacionadas aos elementos do passado elencados no primeiro capítulo, em que a construção de uma esfera pública e a concepção de direitos sociais não são incorporadas pela população, demonstram que a ruptura com a cultura política do clientelismo, do mandonismo e do assistencialismo está por ser construída. Observa-se, também, que esta estrutura das políticas sociais incide diretamente nas condições de trabalho dos assistentes sociais.

Partindo deste pressuposto, a relação da cultura política e as políticas sociais e o exercício profissional será analisado com base nos dados da Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais. Para isso, é necessário descrever como se deu a particularidade da construção das políticas sociais no estado de Santa Catarina, tema que será abordado no próximo item.

3.2 POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL EM SANTA CATARINA

O processo de industrialização e urbanização no Estado ocorreu a partir da década de 1950 em diferentes regiões (dentre as quais podemos citar a indústria têxtil na região do Vale do Itajaí, a indústria metal-mecânica no Norte, a agroindústria no Oeste e a extração de carvão no Sul do Estado). Como consequência desse processo, a população vivia em péssimas condições de moradia, com índices altos de mortalidade infantil, de abandono de crianças, de acidentes de trabalho, etc. A proteção social dispensada aos trabalhadores neste contexto se mostrava insuficiente e, portanto, eram necessárias respostas por parte do governo, das classes patronais e da sociedade em geral (GERBER, 2009, p.224). Tanto os membros do governo quanto os donos das Indústrias percebiam a necessidade de sanar ou minimizar estes problemas urbano-industriais por meio da intervenção social, principalmente na busca por abafar as reivindicações dos operários (Idem, p.226). Esse enfrentamento, entretanto, se deu

de maneira fragmentada e pontual, sendo a burguesia industrial a responsável pela organização e o gerenciamento dos serviços assistenciais.

Nas indústrias carboníferas do Estado, o trabalho precoce era comum. A própria organização das vilas dos operários que se localizavam ao redor das minas, contribuía para que as crianças estivessem sempre por perto. A força de trabalho infantil significava aumento na renda das famílias, e ao mesmo tempo, para os donos das minas, era sinônimo de mão-de-obra barata, aumentando assim, sua lucratividade. Havia uma convivência por parte das duas classes, já que na época havia legislação com determinação da idade mínima para o trabalho (GERBER, 2009, p.226). Gerber, a partir das reflexões de Carola (2002), relata que era comum os pais solicitarem uma nova certidão de nascimento, de modo que fosse alterado o aniversário da criança. A fiscalização inoperante e o aval dos empregadores contribuía para que essa relação existisse.

No início dos anos 1950, as indústrias carboníferas passam por uma crise. A força de trabalho feminina, vista ainda como renda complementar, começa a ser requisitada. Neste momento,

Instituições, como o Serviço Social da Indústria (SESI); o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); a Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão (SATC), além de prefeituras e sindicatos investiram na proteção social às famílias mineiras, com a preocupação de garantir mão-de-obra forte e minimamente saudável para atender às demandas das minas. Por outro lado, já existia a preocupação dos dirigentes em relação à tomada de consciência das massas sobre a situação em que viviam os trabalhadores e suas famílias, a questão social, embora esta não fosse assim denominada (GERBER, 2009, p. 102).

Santa Catarina não contava com um número suficiente de profissionais que pudessem intervir. O Sesi/SC (Serviço Social da Indústria de Santa Catarina filiado à FIESC - Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina) foi a primeira Instituição no Estado a prestar atendimento aos trabalhadores e a suas famílias e teve papel importante na criação do curso de Serviço Social em Santa Catarina (GERBER, 2009, p. 226). Na falta de profissionais que atuassem na intervenção social contratou religiosas como educadoras sociais para atuarem em seus programas (idem). A não existência destes profissionais causou o início do movimento para implementação de um curso de Serviço Social no Estado. Na articulação entre os dirigentes políticos, a classe patronal e os eclesiásticos decidiu-se que a Faculdade de Serviço Social seria criada e viabilizada por meio de uma Fundação (GERBER, 2009, p.128)

O Serviço Social em Santa Catarina não se diferenciou do restante do Brasil e dos países da América Latina no que diz respeito tanto a sua emergência quanto ao processo de formação profissional. Em todo o país o ensino de Serviço Social contou com a participação

efetiva da Igreja Católica na formação dos Assistentes Sociais. Para dar início às atividades, a Fundação Vidal Ramos firmou convênio com a Sociedade Feminina de Instrução e Caridade, instituição jurídica da Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, que teve papel importante na institucionalização do curso em vários estados do país, e ficaram responsáveis pela organização pedagógica do curso (GERBER, 2009:134).

As condições históricas que exigiram a intervenção por parte da classe patronal sobre a emergente questão social e a formação de profissionais que pudessem atuar junto a esses segmentos esteve relacionada aos conflitos entre capital x trabalho. Aqui, pode-se citar parte do depoimento da Entrevistada 3 sobre a criação do curso de Serviço Social em Santa Catarina:

(...) O curso de Serviço Social foi criado por uma Fundação, a Fundação Vidal Ramos, ela foi criada também para dar origem ao Serviço Social, ela se criou também com essa finalidade. E por que é que ela foi criada? Isso tem a ver também com o mercado de trabalho. Por que... Como isso foi acontecendo? Então, era assim, um momento em que despontava mais claramente, mais intensamente a industrialização no estado, e isso nos TCCs vocês podem ver, e o SESI, o Serviço Social da Indústria, se preocupava – palavras que eles diziam – com a questão do trabalhador e os conflitos que já se sabia que com as indústrias, que com o trabalhador da indústria ia acontecer, e precisava prevenir esses conflitos. A idéia era essa, dentro das análises críticas que se fazem, e que então, esse curso deveria preparar profissionais para ir para esse mercado e lá começar a contribuir com a superação dos conflitos “trabalhador x patrão”. (Entrevistada 3)

Os assistentes sociais em Santa Catarina, portanto, tiveram sua inserção a partir de projetos e programas organizados pela classe burguesa em suas empresas, indústrias e fundações. Ao mesmo tempo, o envolvimento com a Igreja Católica favorecia o contato com as comunidades, principalmente através da Ação Social da Igreja. Desde o início, estagiários e professores foram se inserindo nestes espaços e se responsabilizando pela mobilização social.

Este trabalho junto às comunidades, estava relacionado também a uma demanda posta aos serviços públicos. As novas configurações do trabalho a partir do processo de industrialização e urbanização, como já mencionado acima, agravava as condições da população, que acabavam recorrendo às instituições do Estado. Coube a esta primeira turma a conquista de outros espaços sócio-ocupacionais, incluindo as instituições públicas, como expõe o depoimento da Entrevistada 3:

(...) A maioria das pessoas (...) que vinham do interior da Ilha e às vezes da periferia, dos municípios, muito deteriorados (...). Então as pessoas vinham fazer os pedidos (...). A partir disso, além de criar um tipo de articulação de órgãos sociais, inclusive das paróquias para encaminhar essas pessoas para serem atendidos, a gente fez, os estagiários fizeram, uma proposta de fazer trabalhos nas comunidades da Ilha, para as populações, em vez de fazer os pedidos individuais, fazer aqueles trabalhos no coletivo. Aí começaram a fazer aquele trabalho, e aí a grande luta foi contratar o primeiro assistente social do governo, que foi a [Assistente Social], era

recém formada e os estagiários foram marcando e a gente era muito corajosa (Entrevistada 3).

A contratação desta primeira assistente social aconteceu na década de 1960 na então Secretaria Estadual de Saúde e Assistência Social. Nesta época as diretorias de Saúde e Assistência Social eram unificadas. A abertura de campo de estágio para o Serviço Social na diretoria de Assistência Social, bem como a posterior contratação desta profissional possibilitou a reestruturação da mesma, que sob a orientação de professores da Fundação elaboraram um cadastro de identificação das demandas daqueles que buscavam os serviços da prefeitura. A transformação desta em Secretaria do Desenvolvimento Social teve influência direta do Serviço Social.

A conquista de espaço nas instituições públicas e a posterior disseminação do curso em Santa Catarina teve a ver com a própria dinâmica de atuação dos assistentes sociais na época, do envolvimento com as comunidades e as assessorias fornecidas pelo curso de Serviço Social.

A Entrevistada 3 relata que após a criação da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social ocorreu enchentes em Criciúma e Tubarão em 1973 e

essa Secretaria chamou todos os assistentes sociais de Florianópolis, todos não, mas uma grande parte, para irem lá, (...) e precisava recuperar duas microrregiões, que era Tubarão e Criciúma, se criou um programa que era dentro daquela direção dos trabalhos de comunidade, só que seria feito nas duas regiões, e cada uma tinha de quinze a vinte municípios, e todas as prefeituras, (...) ou tinha ou foram criadas nos municípios associações de moradores, pra discutir como reconstruir aquelas regiões. Foi um trabalho imenso, (...) inclusive nessa história surgiram duas entidades importantes: uma foi o curso de Serviço Social de Tubarão, foi uma proposta desse processo; uma outra foi a Fundação Catarinense do Trabalho.

A disseminação da profissão no estado, portanto, esteve relacionado a dois movimentos: 1) de um lado, o processo histórico de transformação da sociedade, já que com o desenvolvimento industrial e a urbanização a questão social emergia também em outras regiões do estado exigindo um maior número de assistentes sociais; além da luta dos trabalhadores pela definição e regulamentação de direitos que interferiu na maior demanda pelo profissional nas décadas posteriores; 2) do outro, o movimento próprio da categoria, tanto localmente, ou seja, a conquista inicial dos profissionais que aqui atuavam por novos espaços sócio-ocupacionais, quanto nacionalmente com o processo de regulamentação da profissão.

(...) trinta anos atrás, quando eu me formei, o campo era muito mais restrito... e ... houve assim um.... desenvolvimento a partir da lei de regulamentação da profissão, das diretrizes curriculares, do próprio código de ética que mostra pra sociedade um pouco do papel da profissão no contexto social me parece que toda a discussão do

projeto ético político profissional e principalmente a inserção dos profissionais também como resultado desse processo de formação, da militância da categoria das conquistas mas principalmente esse resultado concreto da atuação profissional que eu acho que a gente foi ganhando espaço e hoje eu vejo muito diferente a abertura do campo de trabalho não só nessas áreas mais tradicionais principalmente assistência social que é onde eu estou há muito mais tempo, a saúde também; a educação é um campo ainda por expansão, ainda um pouco mais contido, mas também na área jurídica e também eu fiz umas consultorias na área ambiental que é um espaço também novo pra gente e é um campo que a gente precisa se dedicar um pouco mais porque é um campo bastante interessante. (Entrevistada 5)

A promulgação da Constituição de 1988 redefiniu a política social brasileira e os direitos sociais. Conforme apontado anteriormente, conceitos como ‘direitos sociais’, ‘seguridade social’, ‘universalização’, ‘equidade’, ‘descentralização político-administrativa’, ‘controle democrático’ e ‘mínimos sociais’ passam a fazer parte do vocabulário político dos brasileiros. A conquista de determinados direitos sociais acarretou a posterior regulamentação durante a década seguinte. A implementação das políticas no estado foi um tema abordado pela entrevistada 5, suas falas serão utilizadas aqui para retratar como aconteceu este processo.

Historicamente as políticas sociais foram concentradas no âmbito federal, então depois da Constituição houve um processo em algumas políticas de forma mais rápida, outras de uma forma mais lenta. Por exemplo, a saúde que já tinha uma construção antes da Constituição, que era o sistema único descentralizado de saúde, o SUDS, então a gente já vivia essa discussão um pouco dentro da secretaria ... e claro que isso foi já com os conselhos locais de saúde isso antes da Constituição, então isso foi digamos se aprimorando após a Constituição ... a Lei Orgânica da Saúde em 90... e outras políticas ... a assistência houve já um processo mais lento e claro que isso tem a ver com a dinâmica interna da profissão e da própria sociedade em relação à política de assistência ... mas a habitação que eu acompanhei com o estatuto da cidade já levou um pouco mais de 10 anos pra ser regulamentada.. então vejam que dependendo da política é claro que a descentralização ela faz parte desse processo ... então a Constituição ela reconheceu o município como ente federado e daí isso significa maior autonomia pra pensar as políticas locais ... então isso é muito mais interessante do que a gente pensar políticas padronizadas para todo o território nacional que é muito diversificado ... isso permite... apesar de que a gente tenha um financiamento forte ainda federal e em muitos municípios e municípios menores dependem muito do financiamento federal ... o estado nem existe, é uma vergonha ... mas por outro lado isso permite uma certa autonomia na construção das políticas locais ...claro que todo processo de financiamento é uma luta constante ... (Entrevistada 5)

A descentralização acarretou não apenas a responsabilização dos municípios sobre a gestão das políticas sociais como também possibilitou a ampliação dos campos de trabalho do Serviço Social. Outra entrevistada relata essa ampliação na região Oeste do estado, associando a questão da implementação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) ao posicionamento ético-político da profissão.

Eu acho que assim, sem dúvida ele tem aumentado, ele se expandiu muito se a gente pensar em 1980 quando eu cheguei 1981, 1982 quando eu cheguei aqui até hoje.

Nossa! Era um grupo muito pequeno, e hoje a gente perde a conta. Mas acho que por muito da política de Assistência Social, dessa descentralização, dessa organização da Assistência Social, que praticamente exige a presença do profissional. Acho que o curso aqui tem contribuído bastante, os cursos agora na região, porque tem que falar nos cursos, todo o ensino à distância, nem temos mais o controle de quantos tem, quantas turmas, quantos cursos tem por aí. Aqui em Chapecó eu sabia que tinha três, não sei como está hoje, mas enfim, eu acho que tem sim campo de trabalho, está tendo uma inserção na política de saúde, que era muito restrito, mas assim, está gradativamente, os municípios estão contratando profissionais específicos para a política de saúde; algumas experiências já na educação. Eu estou orientando uma monografia de uma aluna nossa que foi contratada no município de [nome do município], para a Secretaria de Educação, e o município de [nome do município] é de dois mil ou três mil habitantes. Então começam a abrir campos. Em Chapecó mesmo tem uma lei municipal, que claro que não está sendo cumprida, infelizmente, mas que existe a lei e que alguém pode reivindicá-la, de contratação de assistentes sociais, na verdade uma equipe, com psicólogos, para as escolas municipais com mais de quinhentos alunos, e tem várias. Foi uma iniciativa de uma vereadora que tem uma experiência de uma assistente em uma escola aqui na Vila Páscoa, e a partir daquela experiência ela achou muito interessante e conseguiu aprovar um projeto de lei, só que assim, está toda uma discussão para poder implementá-la, por que vai abrir espaço de trabalho também. Então acho que é um mercado que está aberto, acho que muito pela questão da regulamentação da LOAS, da política de assistência social, acho que é esse campo aí. Acho que tem a ver também com qualidade dos profissionais, acho que a gente assim, tem muita experiência diversa, em áreas diferentes, por outro lado a gente perde alguns em lugares, acho que na área empresarial, na empresa privada a gente está muito restrito, acho que se perdeu muito. Estava comentando um dia desses, parece que assim, acho que a nossa direção ético-política, ela, não sei se a gente que vê assim, mas me parece que a gente tem muito mais ética no sentido de não assumir determinadas coisas que outras profissões parece que não tem tanto. Parece que a gente tem visto que não fazem, não é muito da profissão, eu acho que é esse ponto da nossa direção mesmo, que a gente tem esse cuidado. Claro que com muitas exceções, às vezes a gente forma alguns profissionais que dói saber que assim, que a maior dificuldade dele é essa questão ética, que também vai fazer coisas que a gente jamais aprovaria. Mas acho que de um modo geral a gente tem conseguido manter este padrão, diria assim, de não se sujeitar a algumas coisas. Então acho que a gente perde espaço, e essa coisa da criatividade, que eu acho assim ó, tem haver com essa nova geração que está aí, que eu falava antes, essas pessoas ficam com a gente esse período de formação, mas isso não transforma radicalmente essa pessoa, e assim, a imaturidade também, temos alunas muito jovens. Até tava falando de uma aluna de dezessete anos, com carinha de quem tem doze, então assim, como é que essa pessoa vai para o mercado e vai dar conta de algumas coisas tão complexas, tão difíceis que estão por aí. (Entrevistada 1)

Este depoimento remete a Iamamoto (2002, p. 37), quando esta afirma que “o processo de descentralização das políticas sociais públicas, com ênfase na sua municipalização, requer dos assistentes sociais - como de outros profissionais- novas funções e competências”. Cada vez mais os profissionais são chamados a atuar na esfera da formulação, avaliação e gestão das políticas sociais, bem como no seu planejamento. Outros espaços que são ampliados são os relacionados ao controle social: implantação de Conselhos de políticas públicas, capacitação de conselheiros, elaboração, acompanhamento e avaliação de projetos e programas (Idem).

Entretanto, todo o processo de descentralização e municipalização não significou melhores condições de trabalho para os assistentes sociais. Se houve avanços relacionados à estruturação das políticas sociais, contraditoriamente, a ampliação dos campos de trabalho dos assistentes sociais foi acompanhada da flexibilização e precarização dos contratos de trabalho.

Houve assim nos últimos tempos uma inversão então têm sido terceirizados muito os serviços que a gente... a expansão do quadro efetivo ela é pequena em relação ao que é o quadro terceirizado... isso complica muito. Quando você pensa em formação continuada e compromisso profissional você sabe que as pessoas estão ali com um vínculo que vem que não é pela profissão, por um concurso público mas é por outros, outros tipos de arranjos. Então fica bem complicado a gente dar conta da continuidade do serviço, de qualidade... não que os profissionais que assumem... faz um esforço mas é diferente quando se é técnico efetivo, você tem uma postura, você tem muito mais liberdade de está se colocando do que alguém que está temporariamente com o vínculo temporário precário. A pessoa na hora de fazer uma crítica ela... sabe... tem muito mais dificuldade de colocar ou de fazer algumas propostas quando essas propostas digamos não são facilmente assimiladas dentro do contexto então... claro que a gente contando com o quadro efetivo faz toda a diferença e a gente vê onde tem mais profissionais efetivos você tem outro tipo de discussão, outro tipo de efetividade dos serviços por que são pessoas que já estão ali a mais tempo e tem condições de estar se colocando de uma forma muito mais tranqüila... então nesse sentido toda a discussão, toda a implementação da política, no caso de assistência, pelo governo federal e as cobranças que são feitas... por exemplo. O CRAS está havendo problema em relação à contratação, se queria chamar tudo do concurso aí parece que houve problemas, só a partir de janeiro, então agora só uma parte e aí como você terceiriza, contrata uma empresa ou então essa discussão aí está atrasando a implementação de mais oito CRAS (agora fugiu, queria dizer mais uma coisa, aí daqui a pouco eu acho o caminho) (entrevistada 5).

Retoma-se o debate feito por Behring (2009), pois relata o aumento da precarização das condições de trabalho dos assistentes sociais a partir da incorporação do ideário neoliberal pelo Estado. Dessa forma, percebe-se que a implementação e gestão das políticas sociais em Santa Catarina segue a tendência nacional. Nota-se pelo depoimento da Entrevistada 5 que precarização do vínculo empregatício também prejudica a continuidade do trabalho e a autonomia profissional. Essa relação entre exercício profissional e política social será o tema do próximo item, que com base nos dados da pesquisa, foi possível fazer uma mediação com a cultura política catarinense.

3.3 O TENSIONAMENTO DA CULTURA POLÍTICA NAS POLÍTICAS SOCIAIS E A RELAÇÃO COM A AUTONOMIA PROFISSIONAL EM SANTA CATARINA

Conforme apontado anteriormente, as políticas sociais, atualmente, apresentam características focalistas, além de serem concebidas e implementadas de forma fragmentada. Os dados aqui apresentados relacionarão o exercício profissional e as políticas sociais tendo como ponto de partida a cultura política do mandonismo, assistencialismo e clientelismo, que redefinem a esfera pública e o acesso aos direitos sociais por parte dos usuários.

Novamente afirma-se que a Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais não teve como foco refletir sobre a relação da cultura política com o cotidiano profissional. Entretanto, o número expressivo de profissionais que depuseram sobre situações relacionadas ao tema, exigiu um aprofundamento dos dados.

Nos grupos focais, cerca de dezessete profissionais relacionaram de alguma forma a cultura política com o seu cotidiano. Dentre estas treze apontaram que esta relação interfere na relação com as políticas sociais nos municípios, tanto no que se refere à atuação profissional (reconhecimento profissional, vínculo empregatício e na autonomia profissional) quanto no acesso dos usuários aos direitos sociais.

Na grande Florianópolis, a relação com a cultura política teve maior expressão quando as profissionais responderam a seguinte questão: “há problemas que dificultam a realização do seu trabalho?”. Noventa e quatro profissionais responderam que sim, trinta e três responderam que não e cinco não responderam ou não se aplica.

Tabela 18 - Há Problemas que dificultam a realização do seu trabalho?

Resposta	Frequência
Sim	94
Não	32
Não Respondeu/ Não se aplica	6
Total	132

Fonte: Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina, 2011.

Dentre as que responderam que sim, há problemas, as respostas foram agrupadas da seguinte maneira:

Tabela 19 - Problemas que dificultam a realização do trabalho

Resposta	Frequência
Fragmentação e desarticulação das políticas sociais	12
Burocracia e organização da instituição	14
Relações políticas	17
Falta de infraestrutura e profissionais	42
Relações com outros profissionais	7
Não respondeu	2

Total	94
-------	----

Fonte: Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina, 2011.

Além daquelas que citaram alguma forma de relações políticas e cujos dados foram elencados no primeiro capítulo, catorze apontaram para os entraves burocráticos das Insituições, sete relataram que o principal problema é a relação com outros profissionais. Ao longo deste subitem as respostas serão demonstradas e interpretadas. Inicia-se com os depoimentos de doze profissionais que conferem à fragmentação e desarticulação das políticas sociais, um dos obstáculos no cotidiano profissional.

Quadro 8 - Problemas que dificultam a realização do trabalho - Fragmentação e desarticulação das políticas sociais

Assistente Social	Respostas
449	Desigualdade salarial, rede de proteção à criança e o adolescente ser deficiente, porque não tem para onde encaminhar.
762	Há fragmentação na rede de proteção social e isso impede que se efetive realmente o trabalho ou o torna demorado.
160	Encaminhamentos - falta de políticas públicas dificulta a ação do Serviço Social.
781	Políticas do ensino superior - alicerçada em princípios produtivistas que menosprezam outros aspectos importantes para o trabalho: ética, valorização da experiência profissional e não somente acadêmica. Ausência de recursos materiais e/ou infraestrutura para atividades administrativas (orçamentos, relatório, correspondências, etc.).
126	Em relação à rede de apoio pós-alta para dar continuidade ao trabalho iniciado.
129	Falta de estrutura da rede socioassistencial.
517	Falta de estrutura física, resistência de profissionais não envolvidos com o profissionalismo do Serviço Social, a precarização das condições financeiras, psicológicas. O caráter que assume a política pública hoje: restritiva, focalista.
686	Não contar com equipe permanente, falta de condições de trabalho. Visão equivocada do gestor sobre a assistência social, também a visão do serviço público muita flexibilização - terceirização do trabalho.
500	Estruturais são as maiores. Apesar de conhecer toda a rede de proteção, o município fica aquém; dificultando o encaminhamento, falta de articulação dos serviços; são muito frágeis. Mudei de área e percebi muito isso. Só tem um computador e não há banco de dados do município acerca da assistência. Aqui tem cadastro, mas é de 2005 e muito precário. Espaço de trabalho é muito ruim.
766	Estruturais, dificuldades metodológicas, concepções obre violência e a forma de enfrentamento.
442	Falta de infra-estrutura. Rede de atendimento e proteção é muito deficitária.
150	Programas sem estrutura e não tem a quem recorrer. Falta de recursos financeiros para encaminhamentos.

Fonte: Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina, 2011.

Do quadro acima depreende-se a desarticulação da rede de proteção e a falta de políticas sociais, quarenta e cinco profissionais relatam as dificuldades pela falta de recursos financeiros, de infra-estrutura e de profissionais. Já o quadro a seguir apresenta especificamente as respostas dos profissionais acerca deste tema.

Quadro 9 - Problemas que dificultam a realização do trabalho - Falta de recursos financeiros, materiais e de profissionais

Assistente Social	Resposta
07	A demanda é muito grande, o número de profissionais é reduzido.
133	Sucateamento da UFSC, falta de recursos materiais.
955	Falta de equipamentos para realização do trabalho, de espaço físico adequado para atendimento e para o trabalho em geral.
207	Falta de equipamentos, equipe de profissionais reduzida (só há um computador no andar de baixo).
222	Falta de um espaço adequado de trabalho, falta equipamentos (computador, impressora, carros para saída a campo, etc) são fatores que comprometem a qualidade do trabalho.
922	Falta de estrutura física, administrativa e operacional oferecida pelo Poder Público Municipal.
144	Falta de recursos humanos, equipamentos, relações de poder, falta de compromisso de alguns profissionais sobrecarrega outros.
464	Falta de estrutura. Não adesão da família aos serviços. Falta de computador, vale-transporte e espaço físico.
252	Falta de recursos humanos e materiais
530	Falta de veículo, e falta de profissionais de psicologia contratados.
62	Faltam recursos humanos, materiais (carro), físico e acúmulo de função por falta de profissionais. Preciso de mais espaço.
941	Espaço físico.
948	Condições de trabalho.
06	No setor hoje é falta de recursos humanos; a estrutura física já está mudando, no mais dispõe de estrutura física.
58	No momento a reforma física no setor.
880	No momento estamos num espaço onde estão trabalhando muitas pessoas e acontecem muitas reuniões, portanto, a concentração fica prejudicada e todos os documentos que redigimos são muito densos e precisam de máxima atenção.
632	Condições de espaço físico, falta de recursos humanos e materiais.
289	Estrutura física, falta de pessoal, fatores organizacionais.
188	Espaço físico, questão de contratação de funcionários, muito fluxo de funcionários por questão salarial, desmotivação dos funcionários efetivos.
366	Falta de infra-estrutura próxima da comunidade.
945	Falta de estrutura física, recursos humanos de profissionais (cada dupla de assistente social e psicólogo atende a 25 famílias), falta de computadores, papel, tinta da impressora, internet (recursos materiais). A precária rede de atendimento na cidade [Município] não tem para onde encaminhar o usuário que não seriam caso para a assistência. Por exemplo a inexistência de um CAPS e psicólogos nos postos de saúde.
821	Falta de espaço físico na instituição.
172	Problemas de comunicação institucional, falta de recursos.
345	Pelo volume de trabalho tenho que trabalhar mais rápido. Muitas vezes não consigo aprofundar muito em um Estudo Social, por exemplo, pois tenho muitos pra fazer.
322	Recursos: materiais, físicos e humanos.
185	Falta de profissionais, sobrecarga de trabalho.
355	Por não oferecer, na maioria das vezes, condições de trabalho com número de profissionais suficientes, constante pressão na relação com os prazos de trabalho. Problemas de incompetência nos encaminhamentos burocráticos. Individualismo como estratégia de desenvolvimento da ação profissional.
136	Falta de automóvel.
532	Falta de equipe multidisciplinar.
899	Omite informações, acúmulo de trabalho, falta de profissionais, não tem veículo próprio para a realização das visitas domiciliares.
94	Falta de estrutura. Às vezes tem que terminar em casa.

Continuação Quadro 9 - Problemas que dificultam a realização do trabalho	
Assistente Social	Resposta
301	Falta de recursos financeiros, faltam funcionários. Dificuldade de capacitar a equipe.
813	Falta de recursos financeiros, não tem internet, baixo salário.
700	Recursos financeiros, aproximação da coordenação perante aos atendimentos, espaço físico.
935	Dificuldade de financiamento para a execução de extensão.
211	Dificuldades financeiras, como em toda instituição de assistência social.
675	Ausência de maior número de profissionais e de recursos materiais (computador, linha telefônica).
546	Falta de estrutura física, de equipamentos, de apoio administração, e de uma questão mais democrática.
454	Falta de espaço físico adequado, apoio administrativo.
663	Nível de escolaridade dos trabalhadores.
931	Condições de acompanhamento pedagógico, muitas tarefas, determinantes institucionais, relações políticas na Universidade, número reduzido de professores no departamento.
440	Materiais, políticos, humanos e relações.

Fonte: Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina, 2011.

O número expressivo de profissionais que relatam a falta de infra-estrutura e de profissionais para a atuação profissional exige a reflexão sobre o lugar que ocupa o social na agenda política dos municípios e do Brasil. Nota-se também que alguns depoimentos sobre a falta de recursos físicos estão relacionados a questões políticas.

Estas condições em relação às políticas sociais foram percebidas também no interior do estado, já que o tema da falta de políticas sociais foi abordado nos grupos focais. Cita-se:

Hoje a Secretaria de Assistência Social, digamos que ela está muito bem estruturada fisicamente, existem os programas, mas em contraponto a rede não se encontra articulada, rede no mais amplo aspecto assim, educação, saúde, assistência, a gente encontra extrema dificuldade de contatar com os profissionais e fazer compreenderem até mesmo os técnicos que se existe, por exemplo, se a gente atende uma família que não é do programa específico não é, aquela família é da rede, então a gente está com algumas reformulações aí devido ao SUAS a gente está se reorganizando enquanto secretaria, isso tem facilitado muito mas a gente ainda encontra, hoje eu percebo a nível de desenvolvimento mesmo da secretaria de assistência e dos outros espaços e a questão da articulação da rede (Participante 23).

Eu percebi que essa falta de políticas públicas que realmente, em todas as áreas, a gente percebe que em Chapecó está bem fragmentado. Sobrecarrega, convida que as empresas venham assumir um papel, que até então não se viam como responsáveis (Participante 2).

Esta última fala de uma profissional de Chapecó demonstra o afastamento do Estado da questão social e a aproximação dos diferentes setores da sociedade civil. Nesta cidade, que conta com um grande número de indústrias voltadas para o ramo alimentício, o aumento da urbanização da região, aliado à condição que ocupa o social na agenda do Estado hoje, teve

como consequência a criação de fundações, mantidas pelas empresas alimentícias. A falta de políticas sociais de acordo com a profissional é o motivo da criação da fundação:

(...) a gente se debate com uma realidade muito difícil, porque nós precisamos de uma rede articulada, nós precisamos de políticas públicas, nós precisamos de alguns encaminhamentos que é fora da empresa, porque a empresa não atende só funcionários, ela atende, acaba atendendo também familiares, então a empresa criou uma fundação. E a[empresa] é a mantenedora da fundação. (Participante 2)

Outra dificuldade relacionada à estrutura das políticas sociais nos municípios e que é relatada pelas assistentes sociais da Grande Florianópolis e do interior do Estado é a relação com os gestores. Na maioria das Secretarias Municipais, os gestores, indicados politicamente e/ou sem conhecimento técnico sobre as políticas sociais. Ao mesmo tempo, a mudança ocorrida a cada quatro anos devido às eleições municipais, impede a continuidade dos programas. As políticas sociais como política de governo e não de Estado, sofrem retrocessos ou avanços a cada mudança de gestão, dependendo da concepção política que aqueles que estão no poder adotam sobre a questão social. O acesso e a consolidação dos direitos sofrem uma grande interferência dos gestores nesses municípios. Em Florianópolis retoma-se a seguinte fala (presente no quadro 8):

Não contar com equipe permanente, falta de condições de trabalho. Visão equivocada do gestor sobre a assistência social, também a visão do serviço público, muita flexibilização - terceirização do trabalho. (Assistente Social 686)

No interior do estado:

(...) Não é nem a questão de influência político-partidária, mas aquela questão assim, que os gestores não são técnicos da área. Isso traz uma dificuldade para nós da Assistência Social, porque você encontra entraves nessa questão assim de que, como não tem a visão técnica, o entendimento técnico, pode ser qualquer coisa. (...) Porque ainda existe uma concepção do pensamento, da pessoa ali se sobressair, de a pessoa ali aparecer, do interesse político porque está a frente de uma Secretaria. (Participante 3)

Lages e região tem essa cultura do assistencialismo e do autoritarismo muito intenso, o que as meninas falaram é verdadeiro, elas estão a frente das principais secretarias de pessoas totalmente políticas partidárias e muitas vezes eu não tenho de repente um técnico qualquer pode ser um secretário, desde que ele tenha bons assessores, nós até temos pessoas boas dentro das secretarias, porém o que eu vejo aqui é uma perseguição pontual às pessoas, então as pessoas acabam não fazendo porque elas tem medo de perder seu emprego. (Participante 21)

Não só nas Instituições Públicas existe o conflito com os gestores. Estas dificuldades também foram relatadas por profissionais que atuam no setor privado:

Então, na nossa estrutura hoje, as Assistentes Sociais nas unidades, elas respondem por uma, para uma chefia. Um supervisor, que muitas vezes não é um supervisor, é mais um supervisor técnico, que às vezes, também falta o conhecimento da área social. Ou para um gerente, que também o foco é a produção. (Participante 2)

No caso das Instituições Públicas, sendo os gestores, na maioria das vezes, profissionais que são indicados politicamente, esta interferência no cotidiano profissional se estende abrangendo relações político-partidárias. Na Grande Florianópolis dezessete profissionais ao responder também a questão sobre as dificuldades encontradas na realização do seu trabalho, expuseram algum tipo de relação política como obstáculo, cita-se:

Quadro 10 - Problemas que dificultam a realização do trabalho - Relações Políticas

Assistente Social	Resposta
552	Comprometimento dos dirigentes, cargos comissionados ocupados por políticos, desvalorização do serviço público, crises institucionais, políticas de poder (politicagem).
384	De ordem política. Interferências de mudanças de gestão, mudanças de governo a nível federal e estadual.
46	A falta de vontade política do Poder Público, as questões burocráticas da máquina Pública, falta de apoio e compreensão do Poder Público sobre a importância da participação popular nos programas de habitação.
251	Os entraves do Sistema de Saúde. Falta de cumprimento dos direitos de saúde, não suprimento da demanda.
697	Questões políticas, mudanças de governo, posicionamentos de outros profissionais de áreas diversas, este último não é um problema mais dificultador.
906	Fazer com que as pessoas percebam o assistente social, não como uma moça boazinha
952	Conscientização do gestor sobre o que é o serviço social, politicagem (influência política de algum partido na hora de garantir o direito do usuário).
238	Na Secretaria o trabalho é descontinuado, pois muda a cada quatro anos os gestores. Nos acostumamos com o tempo, mas é difícil no começo. Quando vê que as coisas estão andando, elas acabam retrocedendo. Para desenvolver ação, não há problema, mas há descontinuidade. Até o nome da própria Secretaria.
100	Política Partidária, sobretudo. Ausência de políticas públicas de proteção ao indivíduo. Antes da Constituição de 1988 era pior, mas hoje os Conselhos são frágeis e a luta por direitos, muitas vezes, se mistura com as políticas partidárias
467	A questão do assistencialismo. Por ser uma instituição sem fins lucrativos e no começo de profissionalização
707	Em relação à estrutura física e também à questão política, que de certa forma os profissionais precisam seguir a lógica política da instituição. Ressalto, porém, que essa pressão é bastante sutil.
819	Limites institucionais, correlação de forças, necessidade de reafirmação diária da profissão.
16	Em relação ao plantão, não. Mas fiz algumas sugestões e a gestora não aceitou. Se você quer fazer trabalho diferenciado não consegue, pois a gestora quer que faça plantão.
502	No Poder Público existem inúmeros fatores que acabam dificultando a realização de ações, a exemplo das diferentes posturas no enfrentamento das questões sociais.
226	Dificuldade de diálogo.
254	As próprias condições estruturais impossibilitam o acesso da população a política como direito, tornando essa como uma benesse. Não fornecendo recursos financeiros e espaço físico. O direcionamento político-metodológico do trabalho por parte dos gestores numa gestão vertical.
802	Falta de recursos humanos, falta de recursos, dificuldade de garantir os recursos para execução dos projetos, falta meio de transporte. Condições de política de estado, entraves políticos. Subordinação as determinações do Estado.

Fonte: Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina, 2011.

Nota-se, através das falas a dificuldade da atuação relacionada à descontinuidade de projetos e programas, que dependem da gestão, o que reafirma a obstrução da esfera pública (já citado acima com referência as obras de Oliveira, Iamamoto, etc.), em que o Estado abarca interesses privados, não reconhecendo a cidadania, nem mesmo aquela liberal, que exige a característica do impersonalismo, contrário à herança política do clientelismo.

As relações de favor como já foi apontado, perpassam as Instituições formais do Estado, de tal maneira, que segundo Nunes (2003, p.33), “poucos procedimentos burocráticos acontecem sem uma ‘mãozinha’. Portanto, a burocracia apóia a operação do clientelismo e suplementa o sistema partidário”. Este sistema favorece a perpetuação das figuras dos ‘chefes locais’, que ainda mantém uma rede baseada no personalismo, no contato pessoal e na lealdade.

Embora a burocracia, segundo o autor tenha como objetivo a superação destas relações personalistas e clientelistas, as instituições ainda são permeadas por estas e são apontadas pelos assistentes sociais participantes da pesquisa. Quatorze profissionais da grande Florianópolis afirmam que dentre a as dificuldades encontradas para a realização do trabalho está a burocracia e a organização institucional.

Quadro 11 - Problemas que dificultam a realização do trabalho - Burocracia e Organização Institucional

Assistente Social	Resposta
515	Os entraves burocráticos, mas isso sempre vai ter.
531	Ausência de definição de fluxos, definição dos processos de trabalho, autonomia, algumas decisões da gestão em função da localização na estrutura hierarquizada na gestão de financiamento, principalmente recursos.
383	Burocratização e falta de comprometimento dos gestores.
246	Burocracia excessiva, contraditória e atrasada. Diferenças de concepção quanto ao direito do cidadão, usuários de serviço, em relação a outros profissionais.
602	De ordem institucional (recursos, disponibilização, cultura institucional)
121	A sazonalidade. Não estar inserido na estrutura da instituição. Há uma necessidade de instituir o assistente social no corpo do [Instituição].
451	Burocracias internas e relações interpessoais.
734	As tarefas são de "cima para baixo" (gestão piramidal).
361	Fragmentação do trabalho e muitas atividades variadas, impedindo o aprofundamento.
395	Burocracia Institucional.
156	Espaço físico inadequado, dinâmica da instituição muito burocrática, uma cultura muito difícil, tarefas de outros profissionais que tem que ser atendidas, devido a um quadro profissional deficitário há mais de 10 anos. Falta de recursos tecnológicos para qualificar o trabalho que vem sendo solicitado da instituição há muito tempo.
543	Sistema organizacional, burocracia, poder e relação pessoal.
399	Falhas (ruídos) de comunicação. Questões institucionais, burocracia, morosidades e políticas internas.
204	De ordem institucional (forma de gestão, recursos humanos, financeiros, infra-estrutura).

Fonte: Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina, 2011.

Outro dado que se relaciona com o tema da autonomia profissional é o vínculo empregatício. A flexibilização das relações de trabalho no mundo contemporâneo influencia ainda mais a construção do posicionamento profissional e a atuação. Tanto na Grande Florianópolis (42%) quanto no interior do estado (15 em números absolutos), a maior parte dos profissionais são estatutários. Entretanto, nota-se novos vínculos em condições precárias: além dos celetistas surgem os terceirizados, contratos temporários, prestação de serviço e cargos comissionados.

Então assim, imagine a situação, eu não podia bater de frente com ele, quando eu entrei lá na época, a primeira atenção que você tinha que ter era que estava cheio de currículo lá, “Tá cheio de gente aqui, se você não fizer tá cheio de gente na gaveta, é só procurar, chamar que vem”. (...) Então assim, há uma dificuldade muito grande, primeiro pela pressão que tem um monte de currículo dentro de uma gaveta. A questão salarial também: um projeto do Governo Federal ele tem um valor x para cada profissional, aí você estava recebendo menos da metade do que você deveria receber que o próprio governo manda. Meu salário deveria ser de mil e duzentos reais para vinte horas e eu recebia quinhentos reais, não sei para onde ia o resto, e a gente descobriu isso em Brasília, infelizmente a gente foi em novembro para Brasília e em janeiro a gente já foi dispensada (Participante 16)

Às vezes o profissional quando ele não é concursado, ele acaba cedendo as pressões políticas, muitas vezes acaba, ou pra não ter que entrar no esquema da prefeitura muitas vezes ele é coagido. Quando ele é concursado, eu vejo que ele tem um pouco mais de autonomia, só que essa autonomia a gente sabe que ela é relativa, não é a autonomia do nosso Código de Ética, mas ela é bastante relativa. O profissional atende, faz o encaminhamento aqui, o usuário sai ali na porta, e aí tem o vereador, o prefeito, que desautoriza. Eu vejo um pouco isso, eu vejo que a nossa região tem um caminho um pouco longo, e os profissionais também um posicionamento crítico. Enquanto a gente for, enquanto a gente prestar esse papel, a gente não vai avançar enquanto categoria na região. (Participante 11)

(...) Essa nova forma de contratação dos profissionais que é o processo seletivo. Então a relação de trabalho com a instituição, tem muito a ver com a autonomia. Porque eu sou concursada, tenho a minha estabilidade, então eu tenho até uma certa garantia. Posso argumentar, posso justificar, embasada no meu conhecimento, mas quando você tem uma relação de trabalho que você é contratada e que pode ser cancelada a qualquer momento. Eu imagino que deixa o profissional meio exposto. (Participante 3)

Observa-se que no primeiro depoimento o controle sobre os profissionais nas instituições é construído também através do medo. O trabalhador, muitas vezes dependente do emprego, não consegue se posicionar, ou quando se posiciona é demitido. A atuação profissional é mediada pela correlação de forças existentes nas instituições. Aqui, retoma-se o debate acerca da autonomia relativa do profissional elencada por Iamamoto (2004, p.18), que embora os assistentes sociais possam atribuir uma direção social ao seu exercício, a interferência dos organismos empregadores ocorre através do estabelecimento de metas, normas, atribuições, condições de trabalho e relações de trabalho.

A autonomia para Muñoz e Fortes (1998 *apud* Silva (2004) é compreendida como capacidade de autodeterminação dos indivíduos de tomar decisões que afetem sua vida e suas relações sociais. O debate sobre autonomia no Serviço Social ganha maior importância se avaliarmos a sua incorporação como princípio do Código de Ética dos Assistentes Sociais de 1993. Embora a noção de autonomia esteja condicionada ao momento histórico e à conjuntura atual da sociedade, Netto (2000, p. 86 *apud* SILVA, 2004) afirma que “enquanto a organização capitalista da vida social não invade e ocupa todos os espaços da existência individual, ao indivíduo sempre resta um campo de manobra ou jogo, onde ele pode exercitar, mesmo que minimamente, a sua autonomia e o seu poder de decisão”.

Embora anteriormente as Participantes 11 e 13, citadas acima, tenham apontado uma maior autonomia quando seu vínculo empregatício é concursado, efetivo, no caso das Instituições Públicas, a concepção política da gestão e dos gestores vai definir não apenas direcionamento da implementação das políticas sociais, mas também a organização interna da Instituição, bem como a lotação dos profissionais.

As mudanças políticas ocorridas a cada quatro anos, durante os mandatos eleitorais determinam o direcionamento assumido pela gestão e pelos profissionais, o que influencia diretamente no avanço ou retrocesso de projetos, políticas sociais, encaminhamentos, etc.

(...) a cada quatro anos uma surpresa. Hoje está legal de se trabalhar. Tem acesso às informações, aos veículos, o que você precisar. Mas, agora, se mudar o governo, vai mudar todos os cargos de chefia. Que não são concursados, a maioria é cargo de confiança. Então, é uma época que muitas vezes trava tudo. Porque a pessoa vem crua, não tem conhecimento de nada, de nada do que se passa ali dentro. (Participante 4)

A conjuntura política dos municípios, portanto, define a relação do profissional com a autonomia no seu cotidiano. Mais uma vez, também é exposto a falta de conhecimento dos gestores indicados politicamente.

Os assistentes sociais também narraram situações graves relacionadas ao remanejamento de profissionais. A estabilidade empregatícia do Regime Estatutário não é acompanhada de estabilidade lotação que muitas vezes, é condicionada pelo direcionamento político das gestões e por seus interesses privados.

Quando assumiu esse novo governo, saiu o governo do PT, entrou o DEM. Façam as contas, que a diferença é muito grande. Projeto político, ideológico é completamente diferente. Eu, em um ano, no ano de 2005 eu passei por seis lugares, seis setores diferentes dentro da assistência, e é assim que começa, eles começam a te transferir até te jogar num buraco, lá no pior lugar até o ponto que tu desistir. Acho que o cúmulo aqui em [Município], que aconteceu com uma colega e gente acabou se mobilizando, eles colocaram uma assistente social para fazer fraldas (...)Essa menina está com depressão até hoje, ela não consegue sair, é uma das que está fazendo curso de direito, porque desistiu da profissão, ela passou

horrores (sic) aí a gente chamou o CRESS, foi pra cima porque isso foi demais. (Participante 9)

O depoimento abaixo da Participante 33, relata como a autonomia profissional sofre interferência das relações político-partidárias, bem como das condições de trabalhos, que redefinem o próprio posicionamento profissional, devido à dependência da renda gerada pelo emprego:

(...) Existe um domínio político-partidário mesmo, e isso interfere diretamente nessa nossa posição, porque somos dependentes do emprego, somos dependentes dessa renda que gera esse emprego para a nossa sobrevivência. E isso nos faz culturalmente, por que temos relações sociais, com poder estabelecido, temos relações familiares, etc., e acabamos nos submetendo, vamos colocar entre aspas "literalmente", o respeito para as pessoas que estão representando esse poder. E isso impede que no dia-a-dia de nossos trabalhos, nós nos manifestemos com posicionamentos contrários às posições, às proposituras do poder estabelecido e isso vai gerando em nós um acanhamento. (Participante 33)

Além da relação com o vínculo empregatício, o debate sobre autonomia nos grupos pautou, também, a importância do conhecimento e do posicionamento pessoal, como incorporação de um compromisso ético a partir do projeto ético-político da profissão. Em relação ao conhecimento é possível citar:

Eu concordo com as colegas quando elas colocam, e acho que é por aí mesmo que a autonomia passa pelo conhecimento. Enquanto projeto ético-político do profissional. Eu acho que você conquista tua autonomia desde o teu primeiro dia de trabalho, é conforme, é com postura e com conhecimento, embasamento, estar mostrando, não isso não é o correto, não é legal. Sempre quem tem chefia, quem, mesmo eu que sou gestora, sempre tem pessoas tentando interferir, é prefeito, é vereador, sempre (deputado), é deputado. Mas você vai ter que ter o conhecimento, que é o teu embasamento técnico, que é por isso que você está aí, pra dizer, não. Argumentar e dizer que não é por aí. (Participante 3)

Nós temos, algumas regulamentações institucionais, que como servidor a gente tem que cumprir. Eu acho que isso em todos os setores: horário, responsabilidades, nós temos sim que dar conta. Mas a autonomia (...) está muito relacionada "com" a capacidade da gente construir esse espaço. E aí, atrás disso vem a questão relacionada ao conhecimento, poder de argumentação(...)Na minha instituição, isso está bem presente, a postura do profissional é que vai determinar a autonomia.(Participante 6)

Em oposição a estas falas em outro grupo focal, uma assistente social reflete sobre o conhecimento técnico dos assistentes sociais, novamente relacionando à autonomia, às determinações e ao direcionamento político da gestão.

Nas políticas sociais eu sempre achei que a competência determinava, mas eu cheguei a conclusão que não é, é verdade! Nós conseguimos fazer aqui em [Município] (...) um trabalho excepcional num serviço de acolhimento e foi para a gaveta do prefeito, então de nada valeu. Valeu pelas crianças que não ficaram mais institucionalizadas e estão lá nas suas famílias, isso é o grande investimento, então se a gente tem compromisso com o usuário ou vai compromissar com o que?

Então é bem que uma capacidade técnica, a capacidade política é uma exigência constante né, e daí é aí que a gente se borra porque a gente não consegue ter pernas para essa reflexão então, as colegas que digam... porque é isso que eu sinto. (Participante 24)

Nota-se que muitas vezes, o posicionamento pessoal não é suficiente para o enfrentamento político, as decisões ainda tomadas ‘pelo alto’, sem a participação de profissionais no planejamento e organização das Instituições, quanto menos dos usuários, são limitadores para a efetivação do trabalho profissional. Outra profissional reflete sobre a aprovação e implementação de projetos conforme o direcionamento político das gestões:

Eu acho que assim, no espaço onde eu trabalho tenho de certa forma liberdade para desenvolver meu trabalho, é claro que a gente trabalha com metas, com aquela pressão profissional, o trabalho com políticas públicas, tendo que fazer acontecer os programas, projetos, vem muita coisa de cima para baixo que você não concorda. Mas é como a [Participante] falou, você utiliza os recursos, mas procura trabalhar de uma forma não alienante, digamos assim. Às vezes um mesmo projeto pode ser, em um município ou com um grupo de pessoas, pode ser assistencialista e em outro grupo outra forma de você trabalhar de uma forma que eleve socialmente, economicamente as pessoas. Dentro da empresa a gente tem conquistado também, tudo é uma conquista. (Participante 11)

No cotidiano, a atuação dos assistentes sociais “mantém uma dupla vinculação: com as instâncias mandatárias institucionais, que o contratam para realizar um trabalho, mediante assalariamento; e com a população usuária a quem o profissional presta serviços” (YAZBEK, 2009, p.15). É devido a esta tensão que a dificuldade de viabilização do acesso aos direitos dos usuários entra em conflito com a direção hegemônica que assume a profissão hoje.

Hoje a situação é esta, o projeto societário desta administração é antagônico ao projeto ético-político crítico que é dito hegemônico dentro do Serviço Social. Então assim, a gente realmente tem conflitos diariamente e por conta mesmo deste desgaste mesmo que a gente está tendo, das relações. Mas assim, eu acho que na medida do possível os profissionais vão no seu dia-a-dia implementando ações e procuram buscar alternativas, criticar, eu acho que mesmo a gente tendo tanto cerceamento, mesmo assim a gente né, “olha, não concordo”, a gente se posiciona. Há que se dizer que no início, quando entrou a administração, por conta deste assédio moral que a gente sofreu muito forte, houve assim um momento de retração, sabe, de todo mundo, ninguém esperava eu acho que fosse uma coisa assim tão brusca, mas agora, passados quatro anos, chegando a uma segunda gestão a gente começa a “bom, espera aí, também não”. (Participante 9)

(...)Estamos defendendo a que classe social? E daí a questão política é muito importante. Será que nós estamos fazendo o nosso papel lá na ponta quando nós temos o contato com o usuário? Por que se nós, eu com as eleições, com o resultado das eleições, chego a conclusão que nós não fizemos, por que se nós tivéssemos feito não teria dado o que deu, do estado principalmente. Esse resultado horroroso no estado(...).(Participante 30)

Estas falas remetem pensar na relação entre política social e projeto ético-político profissional descrito por Behring e Boschetti (2008, p. 197) que afirmam que ao adotar a liberdade como valor central, nosso projeto assume

‘o compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia, ou orientação sexual’ (CFESS, 1993). Claro está, portanto, que reafirmar direitos e políticas sociais no âmbito do capitalismo e lutar por eles, tendo como projeto uma sociedade justa e igualitária, não significa contentar-se com os direitos nos marcos capitalistas. Quando temos clareza de seus limites, vemos a política social como ela é: pode assumir tanto um caráter de espaço de concretização de direitos dos trabalhadores, quanto ser funcional à acumulação de capital e à manutenção do status vigente.

Se a política social pode assumir um caráter “funcional à acumulação de capital”, a fragmentação das políticas sociais analisada acima, apropria-se do social, segundo Yasbek (2009, p.10), como “simples somatória de setores da vida, sem articulação, numa apreensão parcializada da realidade social” dificultando o trabalho do assistente social e definindo o acesso aos direitos por parte da população usuária.

(...) a falta de políticas que acaba agravando a situação daquela família, a falta de política da habitação, por exemplo, a gente sabe que hoje nos estamos desamparados, de habitação eu falei...de manhã. Então, assim, acaba agravando ainda mais a problemática daquela família (...). (Participante 6)

A preocupação e o compromisso assumidos com os usuários pressupõe uma noção de cidadania para além daquela elencada anteriormente, que nem sequer foi incorporada por nossa burguesia. Pressupõe uma ‘nova cidadania, partindo de uma cultura democrática que conforme aponta Dagnino (2000, p.87)

transcende uma referência central no conceito liberal: a reivindicação ao acesso, inclusão, participação e pertencimento a um sistema político já dado. O que está em jogo, de fato, é o direito de participar na própria definição deste sistema, para definir de que queremos ser membros, isto é, a invenção de uma nova sociedade.

No item abaixo serão apresentados alguns dados que se referem às expectativas dos profissionais sujeitos da pesquisa em relação ao serviço social e possibilidades de enfrentamento.

3.3.1 Expectativas sobre a profissão e alternativas de enfrentamento

As discussões sobre autonomia profissional também ressaltaram a necessidade de maior reconhecimento e valorização profissional. Na grande Florianópolis, a partir da questão

“quais suas expectativas quanto ao futuro da profissão?” foi possível identificar alguns depoimentos sobre o tema. Dentre os entrevistados, quarenta e dois profissionais afirmaram que têm expectativas de uma maior valorização profissional, sendo que abaixo destacamos vinte:

Quadro 12 - Expectativas quanto ao futuro da profissão - Valorização profissional

Assistente Social	Respostas
743	Espero um bom reconhecimento do profissional, mas para isso, a responsabilidade é da categoria e que a mesma se mobilize para adquirir mais espaço de atuação.
819	Apesar do momento ser preocupante, quanto á formação com precarização (ensino à distância), o Serviço Social tem a capacidade de luta e resistência e por isso a expectativa é de abertura de novos espaços e por isso quem está na atuação tem que se colocar, afirmando e reafirmando a profissão.
700	Que consiga redução da carga horária para 6 horas, um salário digno que forneça condições mínimas, categoria mais fortalecida, que consigamos reduzir as desigualdades sociais.
813	Fortalecer a categoria, questão salarial (melhor). Temo os cursos à distância.
922	O assistente social tem muitos desafios na profissão. Precisa se unir mais. A remuneração é muito baixa. Quadro preocupante de desvalorização do profissional. Ao mesmo tempo, o profissional se mostra cada vez mais porta-voz daquele que não são ouvidos.
442	Acredito que deve haver mais união e participação. Quando entra no mercado de trabalho, há acomodação.
346	Depende dos profissionais para que a profissão seja mais valorizada. Reconhece que há mais valorização da profissão, financeiro também equiparando.
322	Me basearei no grupo de assistentes sociais com a qual eu convivo. Minha expectativa é que a categoria possa estar politicamente articulada por engajar-se na luta pela transformação social, socialização da riqueza e fim das desigualdades. Que a categoria possa estar concientizada de seus direitos e deveres e que possa somar forças junto à classe trabalhadora, pois afinal, somos todos trabalhadores.
172	Cada vez mais o serviço social se firme enquanto profissão. Possibilidade de transformação, os assistentes sociais tem papel fundamental nisso.
204	Espero que a profissão volte-se a se alinhar aos desafios postos pelo sistema de produção vigente/atual modelo de desenvolvimento econômico. A necessária articulação entre os desafios do cotidiano profissional e a dinâmica da realidade social; a reinserção nas lutas e movimentos da sociedade. A explicitação prática com os princípios que fundamentam o código de ética profissional.
246	Considero que o serviço social é uma profissão em constante busca por espaço para sua atuação. Há grandes desafios para manter e ou redefinir-se e seguir sendo reconhecido como profissão. Há algumas tendências no mundo do trabalho que trazem uma lógica mais generalista. Exemplo disto é o que ocorre hoje no INSS. O concurso realizado é para analista de serviço social com formação em serviço social. Isto estabelece na prática um forte tensionamento entre as chamadas especificidades ou atribuições da profissão versus as demais demandas institucionais.
816	Aumento do mercado de trabalho; maior envolvimento do CRESS com os profissionais na luta pela garantia de seus direitos; melhor formação e capacitação dos profissionais; maior articulação da profissão.
254	Acredito que hoje há uma maior valorização da profissão. Há uma maior dos profissionais em busca de luta pela categoria. CRESS mais atuante com os profissionais. Acredito que futuramente haverá mais valorização da profissão.
67	Necessário mais união, organização da classe e sindicato para que seja mais respeitada a profissão.
54	Tendência a melhorar nas condições de trabalho, os salários ainda são muito baixos. Com a crise da desigualdade social a profissão tende a melhorar e ser valorizada. Os profissionais não recebem insalubridade. O CRESS não é efetivo.

Continuação Quadro 12 - Expectativas quanto ao futuro da profissão - Valorização profissional	
Assistente Social	Respostas
880	Preocupa-se ter percebido a diminuição da carga horária do estágio. O EaD que pode prejudicar de forma irreversível toda a credibilidade que conquistamos até agora. Pode ser um retrocesso para a profissão. Felizmente o CFESS e CRESS tem lutado ferrenhamente contra isso.
955	Não são muito boas, pois pelo o que se percebe em "boatos de corredor" o serviço social pode ser substituído por nível médio. Enfatiza a ausência de piso salarial e a desvalorização da profissão. Em relação ao CRESS, não vê uma organização e luta efetiva na defesa dos direitos da categoria.
805	Boas expectativas. Acredita que o Conselho está bem atuante. Os profissionais estão mais respeitados, tem conquistado mais espaços. Vê a possibilidade do serviço social na educação e abertura de mais concursos.
453	Preocupação quanto à proliferação das faculdades de ensino à distância e quanto a representatividade do CRESS e fiscalização.
254	Acredita que hoje há uma maior valorização da profissão. Há uma maior dos profissionais em busca de luta pela categoria. CRESS mais atuante com os profisisonais. Acredita que futuramente haverá mais valorização da profissão.

Fonte: Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais de Santa Catarina, 2011.

Nota-se, a partir deste quadro que vinte profissionais relacionam a falta de reconhecimento profissional com a necessidade de organização da profissão, e dentre esses, nove profissionais apresentam expectativas em relação a uma maior articulação do CRESS. Entretanto, quando cruzamos esta expectativa de organização da categoria, com os dados sobre participação sócio-política dos mesmos, observa-se que há pouca relação entre aquilo que se percebe como necessidade e as ações dos profissionais.

Retomando estes dados sobre participação descritos no primeiro capítulo, eles sugerem como os assistentes sociais buscam enfrentar todas as dificuldades apresentadas no seu cotidiano: o grande número de profissionais que relatam a fragmentação das políticas sociais, por exemplo, não é acompanhada da participação em Conselhos de Direito e Políticas Públicas. A maioria afirma a fragmentação das políticas, mas não participa de canais onde podem alterar estas relações, e quando se inserem estão vinculadas à funções de representação do Poder Público, e não à militância política. Aqui resgata-se o debate realizado por Vasconcelos (2007) no qual a atuação dos profissionais vive a contradição entre aquilo que é intencionado e o realizado. Portanto, embora reconheçam a importância da articulação profissional, as assistentes sociais ainda pouco se inserem em debates coletivos e pouco propõem alternativas. As alternativas, de acordo com a autora, “são possíveis pela rica contraditoriedade do real, mas suas possibilidades de implementação dependem de um sujeito profissional capacitado teórica, técnica e politicamente” (Idem, p.413).

Vale retomar aqui os dados referentes ao interior do estado, no qual a falta de reconhecimento profissional também é relacionada à discussão da autonomia, e as alternativas apontadas perpassam o posicionamento pessoal e a necessidade de organização da profissão.

Eu acho que ainda falta muita, os profissionais se unirem mais, sabe? A gente vê muita causa individual pra problemas que são coletivos. (...) Então eu acho que para nossa categoria falta ainda uma união profissional,, e eu sempre falo assim, que a gente luta tanto pelo direito do outro, mas o nosso, a gente acaba se dividindo e entrando na lógica até do capital mesmo, por que é isso, “a minha luta individual”, “eu vou pensar no meu, meu umbigo e pronto”. (Participante 28)

O Serviço Social no hospital já existe há alguns anos, ele veio da Congregação que eram irmãs, e tinha a assistente social que na época trabalhava com aquela visão assistencialista, então é quebrar esse paradigma, por que tem profissionais que parece que ainda tem um pé lá no assistencialismo, devido a formação, aí é uma conduta diária, é da própria profissão, da própria categoria de estar quebrando isso, de estar conquistando, mudando (...). (Participante 12)

Um aspecto dificultador que eu entendo também que é a falta de articulação da categoria. Por que quando a gente fala assim, que tem profissional contratado, concursado, de posturas diferentes, eu acho que isso é falta de articulação, e isso a gente vivencia no nosso município, de posturas diferentes quanto a questão ética, quanto a questão de atendimento, quando as condições de trabalho. Enquanto nós não estivermos articulados e não nos colocarmos sempre como categoria, nós vamos continuar sem condições, por que uma coisa é fazermos a leitura do aspecto cultural, da visão do assistente social, do assistencialismo, outra coisa é nós termos posturas de profissionais, e eu atribuo mesmo isso à falta de articulação da categoria. Por que nós nos sentimos sozinhos lá na base, por falta de articulação com outros municípios, no nosso município nós tentamos várias vezes articular grupos de assistentes sociais, todas as tentativas foram frustrantes, por questões pequenas, então é bem difícil. (Participante 35)

Observou-se nos grupos que alguns profissionais tocaram no assunto da articulação da profissão como forma de romper com as relações assistencialistas, fruto da cultura política do estado. Alguns profissionais também relacionaram o embate como enfrentamento pessoal, que deve existir no cotidiano.

Em relação à participação sócio-política destes profissionais foi possível resgatar alguns dados. Em Itapema, o tema foi relacionado à participação em partidos políticos e em Conselhos de Direitos:

Mas hoje qui em Itapema o único lócus de participação é o partido político (...). (Participante 24)

Eu posso dar uma parte antes, por que assim, a gente está morando aqui em Itapema há uns dois anos e uma forma de, já que nosso trabalho não era aqui no começo, foi de participar de alguns Conselhos. Mas a gente se retirou do debate mesmo, sabe? Porque com todo cuidado na expressão, mas a discussão é extremamente medíocre. Focalista. E se fosse de recorte partidário ainda feliz, porque a gente conseguia fazer algum enfrentamento, mas não é. É de benefício, é de recurso. (Participante 24)

Como estou na presidência, sou chamada para representar o conselho, na verdade eu não sei como eu estou ainda. Por que as meninas comentaram assim , é... de ser mandada para fora, né? Eu ainda não sei como é que eu estou. Eu acho que talvez eu tenha outra função para colocar. Porque eu já participei representando Conselho, já participei de reuniões com prefeito, e tudo, que eu me posicionei. Tipo, não gostou, mas... tipo assim, me posicionei enquanto Conselho, não enquanto governo porque era o meu papel naquele momento. Então, então eu tenho essa dificuldade, de que a

sociedade civil está ali para fazer... não está ali para fazer o controle social, está para defender o interesse que é de sua entidade, né? É... apesar disso, eu ainda desisti (risos). Então assim, é... quando tem que fazer discussões, ah, ou como a gente está fazendo agora, a gente vai fazer o plano de ação, tem que fazer as resoluções, então eu providencio cópia para todo mundo para tentar, assim, ampliar a participação dos conselheiros. Mas eu sou bastante boicotada pelas próprias pessoas que deveriam estar fazendo o apoio ao Conselho, assim, né? Então é bastante cansativo. Mas por enquanto eu fico lá. (Participante 31)

As profissionais relatam os poucos espaços políticos em Itapema e a dificuldade que os Conselhos tem hoje de efetivar o controle social, devido, como aponta a Participante 31, aos interesses privados que são colocados em pauta.

Nos grupos realizados em Lages e Chapecó, alguns assistentes sociais participavam de núcleos e associações profissionais das regiões.

Mas a gente tem a associação, a APAS/OESTE, que eu participo. (...) mas a gente trabalha algumas discussões por conta de que a gente tem representação dentro dos Conselhos. Então a gente leva estas discussões para o Conselho Municipal da Assistência, né? Para a garantia da... E agora a gente está com uma briga aí pra implementar a NOB/RH que prevê plano de cargos e salários, plano de capacitação, enfim... Então a gente tem feito essa luta via APAS por dentro do Conselho, para garantir dentro da Política de Assistência os direitos dos trabalhadores da área social. Então é isso que a gente tem feito. E...Ainda é muito tímida a participação dos colegas profissionais na Associação.

Com este depoimento observa-se a inserção da Associação Profissional dos Assistentes Sociais do Oeste de Santa Catarina (APAS/OESTE) num debate mais amplo, no âmbito das Políticas Sociais e dos Conselhos de Direitos.

Em Lages, a maioria dos participantes eram associados ao NUPS (Núcleo de Profissionais do Serviço Social da Região Serrana) e alguns inclusive faziam parte da gestão e relataram a pouca participação dos assistentes sociais da região.

Nós só fizemos um curso que a gente cobrou, que foi de português, que a gente fez um preparatório pro concurso do Tribunal de Justiça, só. O resto, gente, palestras cursos, tudo, parcerias com o CRESS, a gente fez tudo gratuito. As pessoas não vêm. As pessoas não vêm, não aparecem (...).(Participante 22)

Vale ressaltar que a participação dos profissionais nestes núcleos ou associações regionais, não nos permite fazer uma análise geral da participação sócio-política dos assistentes sociais do interior do estado, assim como foi feita com os dados obtidos na grande Florianópolis. A escolha dos participantes esteve vinculada também aos critérios subjetivos dos articuladores. Entretanto, aponta-se a importância destas articulações locais para a reflexão sobre o exercício profissional, para a criação de possíveis propostas e alternativas

diantes dos serviços sociais municipais e a luta pela garantia dos direitos de todos os trabalhadores, o que inclui os próprios assistentes sociais.

Ao longo deste capítulo foi possível fazer uma aproximação com o exercício profissional e com o cenário atual de implementação e gestão das políticas sociais nos municípios de Santa Catarina. Observou-se que na grande Florianópolis as maiores dificuldades no cotidiano dos assistentes sociais se referem à fragmentação e desarticulação das políticas sociais, à burocracia institucional, à falta de infraestrutura e de profissionais, à relação com outros profissionais e às relações políticas, o que compreende a perpetuação da cultura política baseada nas relações autoritárias e clientelistas. No interior do estado estas condições se repetem, embora fique ainda mais claro a relação com a cultura política local, já que foi possível observar a questão político-partidária; a relação com os gestores que, muitas vezes, devido à ocupação do cargo ser por indicação política, não possui conhecimento técnico na área e quando somado às mudanças ocorridas a cada quatro anos interferem na continuidade do trabalho profissional. Além disso, pode-se notar a precarização das condições de trabalho, que não se limitam à questão da infraestrutura e à falta de profissionais, mas envolve também a relação com o vínculo empregatício. Observou-se, ainda, que as relações clientelistas **interferem** na autonomia profissional e no acesso aos serviços públicos por parte dos usuários. Como alternativa, as assistentes sociais relataram preocupação com a valorização profissional e afirmaram a necessidade de articulação da categoria como essencial para o maior reconhecimento da profissão.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se afirmar, a partir dos dados analisados nos dois capítulos anteriores, que as relações coronelistas, clientelistas, assistencialistas e autoritárias ainda estão presentes na relação entre Estado e Sociedade Civil. As assistentes sociais inseridas em instituições que são permeadas por essa cultura política tem sua atuação influenciada de várias maneiras.

Nas Instituições públicas, as mudanças de gestão a cada quatro anos redefinem o direcionamento dado ao âmbito social. As indicações políticas de gestores sem conhecimento técnico dificultam a continuidade do trabalho dos profissionais. Além disso, os diferentes direcionamentos ideológicos determinam a concessão de benefícios mantendo uma rede personalista e clientelista. A interferência político-partidária também exerce um controle sobre o exercício profissional, já que determina o atendimento aos usuários. As mudanças de lotação são características ilegais no caso de concursados.

A falta de infraestrutura e de profissionais nestas instituições demonstra o interesse do Poder Público pelo social. A precarização das condições de trabalho tornam ainda mais complexo o enfrentamento profissional, já que o vínculo empregatício se vê abalado pelo medo de ser demitido ou por sofrer represálias.

No campo das políticas sociais a manutenção destas relações assistencialistas e clientelistas prejudica a incorporação da noção de cidadania e em relação aos assistentes sociais, tem como consequência, o reconhecimento das profissionais como as “moças boazinhas” ou, ainda, ressalta um caráter fiscalizador.

Observou-se que em alguns municípios, as assistentes sociais relatam a centralização de poder nas mãos de famílias ou de determinados grupos políticos, o que remete à formação histórica da política catarinense e impossibilita um processo democrático no estado.

Ao assumir o compromisso de defesa dos direitos humanos, tendo a liberdade como princípio, o serviço social tem o dever de caminhar no enfrentamento destas relações que diluem a esfera pública em prol dos interesses privados. Para isso, é necessário compreender historicamente o processo de formação brasileira e reconhecendo os limites do exercício profissional, criar processos de avaliação constante sobre o trabalho profissional. A ruptura com essas relações autoritárias exige um posicionamento coletivo e não individualizado.

As ações coletivas são alternativas para a desconstrução de uma outra cultura política. Como categoria, pensando na organização dos profissionais e na avaliação constante sobre o seu cotidiano, em espaços conjuntos. Esta necessidade foi elencada pelas próprias

profissionais que agradeceram pelo momento de reflexão sobre o seu exercício profissional com a viabilização dos grupos focais.

O reconhecimento profissional e a efetivação de uma rede de políticas sociais capaz de dar conta da demanda existente hoje, perpassa o trabalho interdisciplinar. A visão ampla que o serviço social busca construir sobre as relações sociais deve ser instigada também com os membros da equipe de trabalho das instituições. Para que se efetive a noção de cidadania nos termos de Dagnino (2000), todos os profissionais das instituições devem partilhar desta concepção de direitos sociais.

Outra dimensão diz respeito à relação com os usuários e a retomada das ações socio-educativas na perspectiva de Iamamoto (2009, p.6) que as descreve como

uma ação de cunho socioeducativo na prestação de serviços sociais, viabilizando o acesso aos direitos e aos meios de exercê-los, contribuindo para que necessidades e interesses dos sujeitos sociais adquiram visibilidade na cena pública e possam ser reconhecidos, estimulando a organização dos diferentes segmentos dos trabalhadores na defesa e ampliação dos seus direitos, especialmente os direitos sociais.

A recusa de práticas clientelistas e assistencialistas pode ser muitas vezes uma limitação, entretanto,

o processo de construção da cidadania como afirmação e reconhecimento de direitos é, especialmente na sociedade brasileira, um processo de transformação de práticas arraigadas na sociedade como um todo. Essa estratégia política implica uma reforma moral e intelectual: um processo de aprendizagem social, de construção de novos tipos de relações sociais, que requer, obviamente, a constituição de cidadãos como sujeitos sociais ativos (DAGNINO, 2000, p.89).

Finalizando, salienta-se que embora a cultura política catarinense limite o trabalho dos assistentes sociais, a sua compreensão não deve servir como justificativa para o exercício profissional, já que como sujeitos, sempre há um espaço de ‘manobra’, nos termos de Netto (2000).

Além das conclusões relacionadas ao objeto de pesquisa deste trabalho, ressalta-se, como conclusão de uma primeira etapa de formação profissional, a importância e o enriquecimento pessoal que esta pesquisa trouxe. Reforça-se o agradecimento aos sujeitos participantes da pesquisa, professores e colegas que durante três anos propiciaram os mais reflexivos, divertidos e inesquecíveis momentos que fizeram parte da graduação.

O novo surge pela mediação do passado, transformado e recriado em novas formas nos processos sociais do presente. (Marilda Iamamoto)

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rosseti. Política social no contexto da crise capitalista. In: **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 202-321.

_____, _____. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo, Cortez, 2003.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

CARREIRÃO, Yan de Souza. **O sistema partidário catarinense**. In: Os partidos na política catarinense: eleições, processo legislativo, políticas públicas. Florianópolis, Insular, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo Caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo**: uma discussão conceitual. In: Dados - Revista de Ciências Sociais. Vol 20, No. 2, Rio de Janeiro: 1997. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci_arttext. Acesso em junho de 2011.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 2006.

CORREA, Carlos Humberto. **Um estado entre duas Repúblicas**: a revolução de trinta e a política em Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1984.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A dualidade de poderes**: introdução à teoria marxista de estado e revolução. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____, _____. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaios sobre idéias e formas. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

D'ARAUJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). **O Brasil republicano**: o tempo do nacional-estatismo- do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

ERNI, J. Siebel. **Políticas Sociais e a questão da debilidade institucional**. In: Revista Katalysis / Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Sócio-Econômico. Departamento de Serviço Social. N. 1(junho de 1997). Florianópolis: Editora USC, 1997.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado capitalista**. São Paulo: Cortez, 3ª ed., 1980.

_____, _____. **Saber profissional e poder institucional**. São Paulo: Cortez, 2008.

GERBER, Luiza Maria Lorenzini. **A formação dos assistentes sociais em Santa Catarina**: um estudo sobre o primeiro curso de serviço social do estado (1958-1983). 2009. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

CARVALHO, Raul de; IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2004.

FRAGA, Nilson Cesar. Turismo de guerra: a possibilidade de novo tipo de turismo para o Brasil - marco inicial: Guerra do Contestado (1912-1916). In: **Percursos: Curitiba em turismo**/Faculdades Integradas Curitiba Ano 1, n. 1. 2002. Disponível em http://www.unicuritiba.edu.br/webmkt/pesquisa/pesquisa_arquivos/publicacoes/turismo/1/suamario.pdf#page=43. Acesso em 28/06/2011.

IAMAMOTO, Marilda. **A questão social no capitalismo**. In: Temporalis N° 3. Brasília, ABEPSS, 2004.

_____, _____. **O serviço social na cena contemporânea**. In: Serviço Social: Direitos Sociais e competências Profissionais. Brasília CFESS/ABEPSS, 2009. p.16-50.

_____, _____. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2010.

_____, _____. **Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade**. In: CFESS. *Atribuições privativas do(a) assistente social em questão*. Brasília: CFESS, 2002.

IANNI, Octavio. **O pensamento social no Brasil**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

IGLESIAS, Francisco. Momentos democráticos na trajetória brasileira. In: JAGUARIBE, Helio (org.). **Brasil, Sociedade e Democracia**. Rio de Janeiro: José Olympo, 1985.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MOLJO, Carina Berta. Cultura política e serviço social. In: **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 4 e 5, n. Especial, p.171-191, jan-dez, 2004 e 2005. Disponível em http://www.ufjf.br/revistalibertas/files/2011/02/artigo_09_5.pdf. Acesso em 20/04/11.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Público e privado na formação social brasileira**: velhas, novas e novíssimas tensões. Trabalho, Educação e Saúde, v. 4 n. 1, p. 171-185, 2006.

_____, _____. **As possibilidades da política**: idéias para a reforma democrática do Estado. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil**: clientelismo e insulamento burocrático. Brasília DF: ENAP, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. **Privatização do público, destituição da fala e anulação da política**: o totalitarismo neoliberal. In: Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e a hegemonia global. NEDIC. Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2000.

RAUD, Cecile. **Indústria, território e meio ambiente no Brasil**: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense. Florianópolis: Ed. da UFSC; Blumenau: Ed. da FURB, 1999.

RESENDE, Maria Efigênia Lage. O processo político na primeira república e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília. (orgs). **O Brasil Republicano**: o tempo do liberalismo excludente. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, Carla Andréia Alves da . O sentido da reflexão sobre autonomia no serviço social. In: **Serviço social em revista**, Londrina, v. 6, n. 2, jan./jun. 2004. Disponível em < <http://www.ssrevista.uel.br/c-v6n2.htm>> Acesso em: 13 de maio de 2011.

SCHWARZ, Roberto. **Cultura e política**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

SPOSATI, Aldaíza. **A assistência social brasileira**: descentralização e municipalização / Aldaíza Sposati; Maria do Carmo Falcão – São Paulo: EDUC, 1990.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A prática do serviço social**: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde. São Paulo: Cortez, 2007.

VIEIRA, Evaldo. **Estado e miséria social no Brasil**: de Getúlio a Geisel 1951 a 1978. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1987.

YAZBEK, Maria Carmelita, O significado sócio-histórico da profissão. In: Curso: **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**, módulo I. Brasília: CFESS / ABEPSS / CEAD-UNB, 2009. Disponível em: <http://www.prof.joaodantas.nom.br/materialdidatico/material/1 - O significado socio-historico da profissao.pdf>. Acesso em 20/07/2011.

ANEXOS

ANEXO I - QUESTIONÁRIO PESQUISA MERCADO DE TRABALHO DO ASSISTENTE
SOCIAL – GRANDE FLORIANÓPOLIS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL
COLEGIADO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL
NÚCLEO DE ESTUDO DO ESTADO, SOCIEDADE CIVIL E
POLÍTICAS PÚBLICAS



PESQUISA MERCADO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

QUESTIONÁRIO: Nº _____

1. PERFIL

1.1 Qual a sua idade?

- 1- () 20 a 30 anos 2- () 31 a 40 anos
 3- () 41 a 50 anos 4- () acima de 50 anos

1.2 Qual seu sexo?

- 1- () masculino 2- () feminino

1.3 Você tem religião?

- 1- () Sim 2- () Não

1.3.1. Qual sua religião?

- 1- () Católica 2- () Evangélica 3- () Espírita
 4- () Umbanda 5- () Candomblé 6- () Outra _____

1.3.2. Quem respondeu evangélica

- 1- () Luterana 2- () Presbiteriana 3- () Metodista
 4- () Outra _____

1.4 Qual a profissão do seu pai? _____.

1.5 Qual o nível de escolaridade de seu pai? _____.

1.6 Qual a profissão da sua mãe? _____.

1.7 Qual o nível de escolaridade de sua mãe? _____.

1.8 Qual sua orientação sexual?

- 1- () 2- () 3- () Bissexual 4- () Outras
 Heterossexual Homossexual

1.9 Qual seu Estado Civil?

- 1- () Solteira(o) 2- () Casada(o) 3- () Separada(o)
 4- () Viúva(o) 5- () União Estável 6- () Divorciada(o)

1.10 Quantos filhos possui?

- 1- () Nenhum 2- () 1 3- () 2 4- () 3 5- () 4 6- () Mais de 4

1.11 Qual sua renda familiar?

- | | | | |
|------------------------------------|-------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
| 1- () menos de R\$ 500,00 | 2- () de R\$ 501,00 a R\$ 1.000,00 | 3- () de R\$ 1.001,00 a R\$ 1.250,00 | 4- () de R\$ 1.251,00 a R\$ 1.500,00 |
| 5- () R\$ 1.501,00 a R\$ 2.000,00 | 6- () R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00 | 7- () R\$ 3.001,00 a R\$ 5.000,00 | 8- () acima de 5.000,00 |

1.12 Qual o número de componentes de sua família?

- 1- () 1 pessoa 2- () 2 pessoas 3- () 3 pessoas 4- () 4 pessoas

5- () 5 pessoas 6- () 6 pessoas 7- () Outros: _____

1.13 Qual sua cor?

1- () Branca 2- () Parda 3- () Negra 4- () Amarela
5- () Outra _____.

1.14 Em que município reside? _____.

1.15 Em que município trabalha? _____.

2. FORMAÇÃO

2.1 Possui outra graduação?

1- () Sim 2- () Não

Se sim, quais?

_____.

2.2 Instituição em que se graduou em Serviço Social:

1- () UFSC 2- () UNISUL 3- () FURB 4- () UNC
5- () UNOESC 6- () UNIPLAC 7- () UNOCHAPECÓ 8- () Outras _____.

2.3 Há quantos anos concluiu a graduação em Serviço Social?

1- () de 0 a 2 anos 2- () de 3 a 4 anos 3- () de 5 a 6 anos 4- () de 7 a 10 anos
5- () de 11 a 15 anos 6- () de 16 a 20 anos 7- () de 21 a 25 anos 8- () 26 a 30 anos
9- () de 31 a 35 anos 10- () mais de 36 anos

2.4 Possui pós-graduação?

1- () não 2- () Especialista 3- () Mestre 4- () Doutor(a) 5- () Pós-Doutor(a)

Em que área: _____.

Em qual instituição: _____.

2.5 Participou de alguma atividade extra curricular durante a graduação?

1- () Não participou 2- () Bolsa de Iniciação Científica 3- () Extensão 4- () Simpósio, fóruns, seminários, etc.
5- () Movimento estudantil 6- () PET 7- () Outros _____.

2.6 Há quanto tempo atua na área de Serviço Social?

1- () de 0 a 2 anos 2- () de 3 a 4 anos 3- () de 5 a 6 anos 4- () de 7 a 10 anos
5- () de 11 a 15 anos 6- () de 16 a 20 anos 7- () de 21 a 25 anos 8- () 26 a 30 anos
9- () de 31 a 35 anos 10- () mais de 36 anos

3. INSTITUIÇÃO

3.1 Quantos vínculos empregatícios você possui na área do Serviço Social?

1- () 1 2- () 2 3- () 3 4- () Nenhum

3.2 Qual sua situação atual no mercado de trabalho?

1- () Aposentado 2- () Autônomo 3- () Cargo Comissionado 4- () Carteira assinada (CLT)
5- () Concursado / RJU 6- () Contrato Temporário 7- () Desempregado 8- () Prestação de Serviço

9- () Voluntário

10- () Outros _____

3.3 Qual a natureza jurídica da instituição empregadora?

1- () Associação sem fins lucrativos

2- () Empresa de Economia Mista

3- () Empresa Privada

4- () Pública Estadual

5- () Pública Federal

6- () Pública Municipal

3.4 Qual o tempo de atuação na instituição?

1- () menos de 1 ano

2- () de 1 ano a 1 ano e 11 meses

3- () de 2 anos a 4 anos e 11 meses

4- () de 5 anos a 8 anos e 11 meses

5- () de 9 anos a 12 anos e 11 meses

6- () de 13 anos a 18 anos e 11 meses

7- () de 19 anos a 22 anos e 11 meses

8- () de 23 anos a 25 anos

9- () acima de 26 anos.

3.5 Qual (is) a (as) área (s) de atuação?

1- () Ambiental

2- () Assistência

3- () Conselhos de Direito

4- () Cooperativismo

5- () Criança e adolescente

6- () Desenvolvimento e Planejamento Urbano

7- () Direitos Humanos

8- () Docência

9- () Educação

10- () Educação Superior

11- () Idoso

12- () Jurídica

13- () Justiça

14- () Juventude

15- () Movimentos Sociais

16- () Pesquisa

17- () Previdência

18- () Recursos Humanos

19- () Saúde

20- () Sistema Penitenciário

21- () Outra. Qual? _____

3.6 O seu nível de atuação é?

1- () Gestão

2- () Execução

3- () Ambos

3.6.1. Qual o tempo dispensado à

Execução _____

Gestão _____

3.7 Qual a nomenclatura do cargo que ocupa na instituição?

3.8 Desenvolve atividades que não competem ao Serviço Social?

1- () Sim

2- () Não

Se sim, quais? _____

3.9 Você conhece o Código de Ética de (do assistente social) 1993? Se não, pule para a 4.1.

1- () Sim

2- () Não

3.9.1 As condições de trabalho permitem a atuação profissional tendo por base o Código de Ética de 1993?

1- () Sim

2- () Não

3- () Em partes

Justifique sua resposta: _____

4. CONDIÇÕES DE TRABALHO**4.1 Qual sua renda bruta em todos os vínculos na área de Serviço Social?**

1- () menos de R\$ 500,00

2- () de R\$ 501,00 a R\$ 1.000,00

3- () de R\$ 1.001,00 a R\$ 1.250,00

4- () de R\$ 1.251,00 a R\$ 1.500,00

5- () R\$ 1.501,00 a R\$ 2.000,00 6- () R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00 7- () R\$ 3.001,00 a R\$ 5.000,00 8- () acima de 5.000,00

4.2 Qual a sua carga horária?

1- () Até 20h 2- () 30h 3- () 40h 4- () Mais de 40h

4.3 O(s) outro(s) vínculos(s) exerce(m) alguma influência sobre aquele vínculo principal? (Para quem possui mais vínculos)

1- () Sim 2- () Não

Se sim, Qual(ais)?

4.4 Como desenvolve suas atividades?

1- () Sozinha(o) 2- () Em equipe de Serviço Social 3- () Em equipe multidisciplinar

4.5 Você utiliza programas de bancos de dados e/ou de geoprocessamento no seu local de trabalho?

1- () Sim 2- () Não

3.7.1. Se sim, conhece a forma de elaboração e/ou o destino/ tratamento dos dados?

1- () Sim 2- () Não

4.6 Seu trabalho repercute sobre sua saúde?

1- () Sim 2- () Não

Se sim, de que maneira?

4.7 Seu trabalho repercute sobre sua vida social, pessoal ou familiar?

1- () Sim 2- () Não

Se sim, de que maneira?

4.8 Há problemas que dificultam a realização de seu trabalho?

1- () Sim 2- () Não

Se sim, quais os principais?

4.9 Você já ficou desempregado(a) na área de Serviço Social? Se não, pule para a 4.10

1- () Sim 2- () Não

Se sim por quantas vezes? _____.

Por quanto tempo? _____.

4.9.1 Você desenvolveu outra atividade nesse período?

1- () Sim 2- () Não

Se sim, quais?

4.10 A sua instituição passou por algum tipo de reestruturação nos últimos cinco anos?

1- () Sim 2- () Não

Se sim, qual(ais)?

5. MILITÂNCIA E PARTICIPAÇÃO

5.1 Participa de eventos realizados pela categoria?

1- () Sim 2- () Não

Com

que

frequência?

Por quê?

5.2 Participa de algum movimento social:

1- () Sim 2- () Não

Se sim, quais?

Por quê?

Há _____ quanto _____ tempo _____ está _____ no movimento? _____

5.2.1 Qual sua situação junto a esse movimento?

1- () Dirigente 2- () Militante de base 3- () Apenas filiado

5.3 Participa de alguma associação civil?

1- () sim 2- () não

Por que?

Há quanto tempo participa da associação? _____

5.4 Participa de Conselhos de Direitos e/ou de políticas públicas?

1- () Sim 2- () Não

Se sim, quais?

1- () Direitos Humanos

2- () Educação

3- () Mulher

4- () Assistência

5- () Política Urbana

6- () Criança e adolescente

7- () Saúde

8- () Idoso

9- () Outro _____.

5.5 Qual sua função de representação no conselho?

1- () Sociedade Civil

2- () Governamental

3- () Usuário

4- () Assessora(r)

5- () Secretária(o)

6- () Outro _____.

6. EXPECTATIVAS E EXERCÍCIO PROFISSIONAL

6.1 O que o(a) levou a escolher o Serviço Social como profissão?

6.2 Como sua formação acadêmica influencia na sua atuação profissional?

6.3 Você utiliza referencial teórico para subsidiar a atuação profissional? Se sim, quais?

Quais suas expectativas quanto ao futuro da profissão?

ANEXO II - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO Nº: _____

Por meio deste documento você está sendo convidado(a) a responder o questionário que faz parte da pesquisa “O Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina”, que tem como objetivo analisar as formas de inserção dos assistentes sociais no mercado de trabalho do estado. Esta pesquisa está sendo desenvolvida pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, por meio do Programa de Educação Tutorial (PET/SSO) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Sociedade Civil e Políticas Públicas (NESPP). A pesquisa propiciará o acesso ao mapeamento das condições de trabalho dos assistentes sociais no estado.

O presente termo assegura os seguintes direitos:

- a) Garantia de esclarecimentos antes e durante o curso da pesquisa, sobre todos os procedimentos empregados em sua realização;
- b) Liberdade de se recusar a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa;
- c) Garantia de sigilo quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa, assegurando absoluta privacidade;
- d) Opção de solicitar que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido.

Você está recebendo uma cópia deste termo em que constará o telefone dos pesquisadores, podendo tirar suas dúvidas, a qualquer momento, sobre o projeto e sua participação.

“Eu, _____ portador do RG nº _____, declaro que, após conveniente esclarecimento prestado pelos pesquisadores e ter entendido os objetivos da pesquisa, consinto voluntariamente em colaborar para realização desta. Fico ciente também de que uma cópia deste termo permanecerá arquivada com os pesquisadores do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, responsáveis por esta pesquisa”.

Assinatura do Declarante

Florianópolis, de de .

Contatos:

Departamento de Serviço Social: 3721- 9297 r-24

Programa de Educação Tutorial de Serviço Social: 3721-9453

Email: pesquisamercadoss@hotmail.com

Entrevistador (a):

Nome: _____

Tel: _____

Email: _____

ANEXO III – ROTEIRO DE ENTREVISTA GRUPO FOCAL

ROTEIRO DE ENTREVISTA GRUPO FOCAL

- 1 Fale sobre a realidade do seu município, explicando quais as principais formas de organização econômica e política?
- 1.1 Quais são as demandas sociais do município ou da região?
- 1.2 Quais são os determinantes dessas demandas?
2. Em qual política atua e quais são as demandas que o Serviço Social recebe?
3. Como você vê as suas condições trabalho (carga horária, salário condizente, como interfere na vida social e familiar)?
4. De que forma você avalia o reconhecimento profissional, tendo em vista as condições de trabalho e as relações interprofissionais e com os gestores?
5. Como é a relação do Serviço Social com as organizações sociais e populares no seu município?
6. Como se dá a mediação entre o exercício profissional e o projeto ético político da categoria?

ANEXO IV – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO GRUPO
FOCAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO GRUPO FOCAL

A pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina tem como objetivo analisar as formas de inserção dos profissionais de Serviço Social nos espaços sócio-ocupacionais catarinenses. Este trabalho consiste numa pesquisa desenvolvida pelo DSS/UFSC e financiada pelo CNPq. A pesquisa propiciará o acesso ao mapeamento das condições de trabalho dos assistentes sociais para uma intervenção mais qualificada.

No que tange à técnica de coleta de dados, serão realizados grupos focais com profissionais atuantes no município >>NOME DO MUNICÍPIO<<. Esclarecemos que quando da utilização da técnica do grupo focal, as entrevistas serão gravadas e transcritas.

O presente termo assegura os seguintes direitos:

- e) Garantia de esclarecimentos antes e durante o curso da pesquisa, sobre todos os procedimentos empregados em sua realização;
- f) Liberdade de se recusar a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa;
- g) Garantia de sigilo quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa, assegurando absoluta privacidade;
- h) Opção de solicitar que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido.

Você receberá uma cópia deste termo em que constará o telefone dos pesquisadores, podendo tirar suas dúvidas, a qualquer momento, sobre o projeto e sua participação.

“Eu, _____ portador do RG nº _____, declaro que, após conveniente esclarecimento prestado pelos pesquisadores e ter entendido os objetivos da pesquisa, consinto voluntariamente em colaborar para realização desta. Fico ciente também de que uma cópia deste termo permanecerá arquivada com os pesquisadores do Departamento de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Catarina, responsáveis por esta pesquisa”.

>>NOME DA CIDADE<<, >>DATA<<.

Assinatura do Declarante

Contato do coordenador: Prof^a. Dr^a. Vania Maria Manfro
Telefones: DSS: (048) 3721 9297 r-24 Cel. (048) 99239928
Email: vaniamanfro@yahoo.com.br

ANEXO V – FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES GRUPO FOCAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PESQUISA MERCADO DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS EM SANTA CATARINA
PET – SERVIÇO SOCIAL

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES
GRUPO FOCAL

Nome: _____
Telefone: (____) _____ Email: _____
Idade: _____ Instituição em que se graduou: _____ Ano: _____
Tempo de atuação na área de Serviço Social: _____
Tipo de vínculo empregatício: _____
Instituição em que trabalha: _____
Tempo de atuação na instituição _____
Já ficou desempregado? _____ Por quanto tempo? _____
Faixa salarial: _____
Município em que reside: _____
Município em que trabalha: _____